UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE – FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

GEOGRAFIA DA VIDA CAMPONESA: ESPAÇOS DE VIDA, ESPAÇOS DE PRODUÇÃO NO ASSENTAMENTO NOVA CONQUISTA - RANCHARIA/SP

Ana Lúcia Teixeira

Presidente Prudente SP
2015

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE – FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

GEOGRAFIA DA VIDA CAMPONESA: ESPAÇOS DE VIDA, ESPAÇOS DE PRODUÇÃO NO ASSENTAMENTO NOVA CONQUISTA - RANCHARIA/SP

Ana Lúcia Teixeira

Dissertação de Mestrado elaborada junto ao Programa de Pós-graduação em Geografia - Área de Concentração: Produção do Espaço Geográfico - Área de Conhecimento: Trabalho, saúde ambiental e movimentos socioterritoriais -, para obtenção do Título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto Feliciano

Presidente Prudente SP
2015

FICHA CATALOGRÁFICA

Teixeira, Ana Lúcia.
T264g Geografia da vida camponesa : espaços de vida, espaços de produção no assentamento Nova Conquista-SP / Ana Lúcia Teixeira. - Presidente Prudente : [s.n], 2015
164 f.

Orientador: Carlos Alberto Feliciano
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia
Inclui bibliografia

1. Espaços de vida. 2. Espaços de produção. 3. Assentamento. 4. Campesinato 5. Luta na Terra. 6. Reforma Agrária. 7. Conflito. I. Teixeira, Ana Lúcia. II. Feliciano, Carlos Alberto. III. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Tecnologia. IV. Geografia da vida camponesa: espaços de vida, espaços de produção no assentamento Nova Conquista.

unesp

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Presidente Prudente

BANCA EXAMINADORA

PROF. DR. **CARLOS ALBERTO FELICIANO**
ORIENTADOR

PROFA. DRA. **SÔNIA MARIA RIBEIRO DE SOUZA**
(FCT/UNESP)

PROFA. DRA. **MIRIAN LOURENÇÃO SIMONETTI**
(UNESP/MARÍLIA)

ANA LÚCIA TEIXEIRA

Presidente Prudente (SP), 11 de setembro de 2015.

RESULTADO: APROVADA

Faculdade de Ciências e Tecnologia
Seção Técnica de Pós-Graduação
Rua Roberto Simonsen, 305 CEP 19060-900 Presidente Prudente SP
Tel 18 3229-5417 fax 18 3223-4519 posgrad@fct.unesp.br

A minha mãe Sueli Rosa Teixeira

AGRADECIMENTOS

A minha mãe Sueli, pela mulher guerreira de sempre que teve a ousadia de educar sozinha na área rural suas duas filhas direcionando ambas para os estudos na Universidade Estadual Paulista.

Aos meus avós Severiano José Teixeira e Generosa Rosa Teixeira que vieram da Bahia como tantos migrantes na esperança de vencer em São Paulo, que me deixaram o amor pela área rural e principalmente à minha avó pela doçura e dedicação que me direcionou em vida, à ela minha eterna gratidão.

Aos meus irmãos Aline Teixeira e Luiz Teixeira pelo carinho e afeto nesses anos em que tornava os momentos com eles um refúgio em épocas turbulentas.

Ao meu orientador Carlos Alberto Feliciano, dono de um estilo ético de orientar me passou confiança quando necessitava em relação ao trabalho e tornou possível a realização desta dissertação.

A Profª. Drª Mirian Cláudia Lourenção Simonetti, que já admirava por meio de bibliografias e Prof. Dr. Luiz Antonio Barone pelas contribuições importantes na qualificação deste trabalho. Ao Prof. Barone em especial pelos anos de orientação durante a graduação e pela amizade.

Aos professores Fernando Biazi e Selma Morigaki que me mostraram a beleza do ensino e a doçura de se ir além da relação professor-aluno estabelecendo uma relação de amizade e admiração. Serão sempre mestres amados!

A toda minha família, ao meu tio Luiz Teixeira, em especial ao meu tio Luiz Antonio que foi meu auxiliar de pesquisa durante anos de graduação e depois mestrado, acompanhou todos os meus trabalhos de campo no assentamento Nova Conquista tornando-se um grande incentivador desta dissertação.

Aos meus amigos de luta e de convivência durante esses anos de universidade, Guilherme Moreira de Sousa, Rafael Flores da Costa, Larissa Coutinho, Rafael Monteiro, Emerson Oliveira Maestrelo, Lidiane Prado Reis, Leticia Prado Reis e Elton Prado Reis.

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo que financiou esta pesquisa.

Por fim, agradeço a Deus pelo amparo durante todos os dias conflituosos de minha vida e aos camponeses assentados do Nova Conquista que me auxiliaram nesta pesquisa, mais do que produzir informação durante esses anos de trabalho tenho por eles um profundo afeto. Agradeço em especial a D. Nice, Sr. Moises, Sr. Bira, Martin, Mirian e D. Fatima pelo companheirismo.

“Gosto de ser gente porque, inacabado, sei que sou um ser condicionado, mas, consciente do inacabamento, sei que posso ir mais além dele. Esta é a diferença profunda entre o ser condicionado e o ser determinado”.

PAULO FREIRE

RESUMO

Os estudos a respeito do espaço de vida e de produção dos camponeses em áreas de reforma agrária são relevantes à medida em que começamos a desvendar um universo empírico significativo no contexto regional em que se insere e também como uma classe social dentro do capitalismo. Diferenciado e contraditório, no que se refere à lógica capitalista, necessita de trabalhos que forneçam subsídios para que os próprios sujeitos sociais possam pensar o seu espaço, assim como possibilitar ao poder público o conhecimento sistematizado a respeito das normas, significados, formas de cultivo, trabalho e estratégias de produção que predominam nos assentamentos rurais. Esta pesquisa revela parte das relações existentes entre os camponeses (família) no interior de cada lote ou entre famílias, assim como questões que envolvem o desdobramento das relações de parentesco no cotidiano dos assentados, no PA Nova Conquista (Rancharia/SP). Apontamos também, fatores que contribuem para o funcionamento das organizações, a partir de experiências vivenciadas por esses sujeitos, buscando refletir a respeito das vantagens e dificuldades, necessárias a novas construções organizativas.

Palavras-chave: espaços de vida; espaços de produção; assentamento, campesinato; luta na terra; reforma agrária; conflito.

ABSTRACT

The studies regarding farmer‟s production and living space in land reform are relevant as we start to unveil a significant empiric universe in the regional context in which it is in and also as a social class within capitalism. Considered differentiated and contradictory, according to the capitalist logic, it needs work which allows support so the social individual can reflect about their own space, as well providing the public service with systematized knowledge regarding rules, meanings of cultivation, work and production strategies which rules in the rural settlements. This paper reveals part of the relationship between farmers (family) from each allotment or between the families, as well issues which involve the spreading of family relationships of the settled from Nova Conquista PA (Rancharia/SP). In addition, factors which contribute to the organization functioning are pinpointed from these individual‟s living experience, leading to reflect about their endeavor, needed for the new organizational structures.

Keywords: living space; production space; rural settlements; peasantry; struggle on land; land reform; conflict.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Escala comunidade. Esquema da relação/interação entre os diferentes sujeitos sociais, agentes de mediação e Estado 23
Figura 2: Esquema partindo da escala do sujeito 24
Figura 3: Agricultura camponesa e agronegócio 56
Figura 4: Notícias acerca do despejo 66
Figura 5: Trabalhadores passando pelo cruzeiro 67
Figura 6: Cordão Humano 68
Figura 7: Policiais destruindo o acampamento e crianças com medo 69
Figura 8: Acampamento na cidade 70
Figura 9: Acampados dentro da igreja em Macucos 72
Figura 10: A morte do Jagunço 73
Figura 11: Vegetação do Morro do Diabo 76
Figura 12: Planta da fazenda Pirapó-Santo Anastácio 79
Figura 13: Desmembramento do Latifúndio Laranja Doce 82
Figura 14: Preparo para o plantio do feijão que foi tombado pelo latifundiário 84
Figura 15: Camponeses realizando manifestação no dia da mulher em Março de 1995 85
Figura 16: Família desmontando o barraco da fazenda faxinal para seguir para o lote já demarcado 87
Figura 17: Lotes individuais 89
Figura 18: Agrovila 90
Figura 19: Núcleos de Moradia 90
Figura 20: A colheita de arroz da família camponesa no assentamento emergencial .. 109
Figura 21: A família nuclear construindo a moradia de alvenaria 114
Figura 22: Moradia sendo construída aproveitando a estrutura do barracão do bicho da seda e com madeiramento oriundo do lote 115
Figura 23: Croqui do lote 117
Figura 24: Croqui do espaço de vida da camponesa assentada 128
Figura 25: Croqui do espaço de vida no assentamento 135
Figura 26: A primeira moradia do camponês: uma mistura de lona/madeira 136

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Síntese: metodologia, sujeitos e resultados 34
Quadro 2: Brasil – Percentual do pessoal ocupado nos estabelecimentos 53
Quadro 3: Brasil - Pessoal ocupado nos estabelecimentos em 31.12.06 54
Quadro 4: Brasil – Distribuição do valor de produção 55
Quadro 5: Munícipio onde os camponeses do Nova Conquista residiam antes do acampamento 107

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Assentamento Nova Conquista. 108
Mapa 2: Territorialização camponesa: Assentamento Nova Conquista……154

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento

COOPANOVA - Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Conquista

CPA - Cooperativa de Produção Agropecuária

CPT - Comissão Pastoral da Terra

DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra

FEPASA - Ferrovias Paulista S/A

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

ITESP - Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo

MASTER - Movimento dos Agricultores Sem Terra

MDA - Ministério de Desenvolvimento Agrário

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

OAB - Ordem dos Advogados do Brasil

PA - Projeto de Assentamento Federal

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PC do B - Partido Comunista do Brasil

PDA - Plano de Desenvolvimento do Assentamento

PDS - Projeto de Desenvolvimento Sustentável

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PT - Partido dos Trabalhadores

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

UDR - União Democrática Ruralista

ULTAB - União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

UNIARA - Centro Universitário de Araraquara.

SUMÁRIO

Introdução..... 15

Capítulo 01 - O caminhar da/na pesquisa..... 17
1.1 A construção do objeto..... 17
1.2 Como a espacialidade do objeto está sendo lida..... 20
1.3 Discussão metodológica..... 25

Capítulo 2 - Sobre o campesinato enquanto classe social..... 36
2.1 O campesinato no capitalismo e o capitalismo no campesinato..... 44
2.2 As dimensões da exploração do campesinato..... 46
2.3 O campesinato no Brasil..... 50

Capítulo 3 - Das terras prometidas as lutas da Nova Conquista..... 58
3.1 A luta e resistência dos camponeses sem-terra do Nova Conquista nas terras griladas do Pontal do Paranapanema..... 75

Capítulo 4 - Territorialização e estratégias de resistência do campesinato no Assentamento Nova conquista. 88
4.1 Os assentamentos rurais..... 88
4.2 A construção da unidade territorial camponesa..... 94
4.3 A organização espacial do assentamento: Do lote ao sítio. Construindo o espaço de vida. 105
4.4 O trabalho camponês no e fora do assentamento..... 116
4.5 O espaço doméstico e espaço de produção..... 133
4.6 A comida como um elemento de memória da luta e resistência..... 139
4.7 Experiências organizativas do campesinato a partir do assentamento..... 144

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 160

REFERÊNCIAS..... 163

INTRODUÇÃO

Os estudos a respeito do espaço de vida e de produção dos camponeses em áreas de reforma agrária são relevantes à medida em que começamos a desvendar um universo empírico significativo no contexto regional em que se insere. Diferenciado e contraditório, no que se refere à lógica capitalista, necessita de trabalhos que forneçam subsídios para que os próprios sujeitos sociais possam pensar o seu espaço, assim como possibilitar ao poder público o conhecimento a respeito das normas, significados, formas de cultivo, trabalho e estratégias de produção que predominam nos assentamentos rurais.

Esta pesquisa quando revela parte das relações existentes entre os camponeses (família) no interior de cada lote ou entre famílias, assim como questões que envolvem o desdobramento das relações de parentesco no cotidiano dos assentados, busca chamar a atenção das instituições de assistência técnica para que conheçam os entraves e possibilidades que compõem esse universo tão diversificado, afim de apontar caminhos que possam evitar que estas instituições cometam erros (como da cooperativa dos tratores ainda no período emergencial do assentamento organizada em núcleos compostos por camponeses que não possuíam um bom relacionamento) tão caros a comunidade camponesa, visto que, no caso dos grupos de tratores, além de bloquear os créditos dos agricultores por um determinado tempo, ainda propiciou uma desconfiança em relação às formas de organização (cooperativas, associações, etc.).

Aos camponeses apontamos fatores que contribuem para o bom funcionamento das organizações, a partir de experiências vivenciadas por seus próprios companheiros, buscando refletir a respeito das vantagens e dificuldades, mostrando que são possíveis, e por vezes, necessárias novas construções.

Para os teóricos do tema possibilitaremos nossas reflexões acerca do campesinato no assentamento, a construção de informação e parte dos resultados das metodologias observação participante, cartografia social, entrevista e história oral.

O primeiro capítulo “O caminhar da/na pesquisa” expressa nossas construções acerca do objeto de pesquisa, a espacialidade deste objeto e as metodologias qualitativas que utilizamos para produzir informação a respeito do tema. Verificamos ainda os estudos a respeito das metodologias esclarecendo determinados entraves e possibilidades que o uso destas possibilitou ao trabalho.

O segundo capítulo deste trabalho procura esclarecer precisamente no âmbito teórico questões essenciais para a compreensão do campesinato bem como situa-lo enquanto classe social, analisar sua relação com o capitalismo junto com as dimensões da exploração que sofre e finalmente buscar analisar como o campesinato esta territorializado no Brasil.

O terceiro capítulo refere-se ao processo de luta pela terra dos camponeses hoje assentados no Nova Conquista. Neste momento encontramos o que de melhor a metodologia História Oral poderia nos oferecer expressa em relatos e combinado a notícias de jornais e fotos da época. Neste capítulo encontramos luta, resistência e indignação.

O quarto momento desta pesquisa contém as análises realizadas em campo aliadas a teoria objetivando reflexões acerca de diversas dimensões que formam o espaço de vida dos camponeses como: o processo de construção de suas unidades territoriais, o trabalho, o gênero, os espaços doméstico e o de produção, comida e as tentativas de organização dos assentados além das representações deste espaço elaboradas pelos próprios camponeses.

Os nomes que utilizaremos ao longo deste trabalho são fictícios para preservarmos a privacidade e identidade de nossos entrevistados.

Capítulo 01 - O caminhar da/na pesquisa

1.1 A construção do objeto

No que concerne à construção do objeto de pesquisa deste trabalho utilizaremos como referência, para compreender este processo, a dupla dialética (ascendente e descendente) abordada pelo autor Marre (1991).

A dialética ascendente "vai da apreensão do tema empírico para sua construção, dentro de um quadro de hipóteses teóricas não somente válidas, mas igualmente relevantes" e a dialética descendente parte da elaboração teórica que é realizada "no primeiro processo de dialética ascendente tenta pelo contrário torna-la não somente operacional, mas suscetível de uma demonstração ou verificação empírica" (Marre, 1991, p.09).

O objeto deste trabalho é a formação do campesinato no assentamento Nova Conquista[1]. Todavia, a construção deste objeto iniciou-se ainda no período da iniciação científica na área de ciências sociais (sociologia rural) no período de graduação em geografia. Realizaremos a exposição sucinta dos processos e resultados durante esse período. Sendo que o processo de construção do objeto de pesquisa do mestrado realizou-se de acordo com o seguinte movimento:

Dialética Ascendente (iniciação cientifica) → Dialética Descendente (iniciação cientifica) → Dialética Ascendente (mestrado) → Dialética Descendente (mestrado).

O tema "assentamentos rurais na região do Pontal do Paranapanema", configurou-se como o motivador para os estudos desenvolvidos na iniciação científica, pois, no processo de dialética ascendente, a teoria forneceu bases para a construção de uma hipótese. A hipótese estabelecida era a de que no assentamento rural Nova Conquista, localizado no município de Rancharia-SP, havia uma interface entre comercialização e autoconsumo.

Os conceitos e temas norteadores da pesquisa foram: reforma agrária; assentamentos rurais; assentamento Nova Conquista; autoconsumo; comercialização e Pontal do Paranapanema. A teoria dialogava acerca destes conceitos.

[1] O assentamento possui 104 lotes sendo que , destes, 77 localizam-se no município de Rancharia -SP e 27 no município de Martinópolis-SP.

No processo de dialética descendente no período de graduação, foi necessário realizar uma reflexão sobre determinados conceitos e temas, trazendo como proposta para a operacionalização destes e para a verificação empírica da hipótese, procedimentos metodológicos como trabalhos de campo e aplicação de questionários.

Num momento posterior à construção do objeto, após utilização das técnicas metodológicas, tratamento das informações e reflexões, confirmou-se, em campo, a hipótese de que no Assentamento Nova Conquista, de fato, havia uma interface entre comercialização e autoconsumo, na medida em que os assentados contavam com a produção de hortaliças e frutas para o autoconsumo, bem como a produção leiteira para a comercialização.

A construção do objeto de pesquisa para o projeto de mestrado partiu dos resultados da pesquisa de graduação, uma vez que os questionários revelaram dados quantitativos, como a quantidade de culturas (autoconsumo e comercialização) e dados a respeito da comercialização do produto oriundo do gado em lactação. Buscamos no trabalho de mestrado, as reflexões sobre novos conceitos e temas, assim como aprimorar os estudos sobre temas já abordados no momento da iniciação científica.

Dentro da dialética ascendente o tema abordado é a "Geografia da vida camponesa no assentamento Nova Conquista". Marre (1991) nos direciona para o fato de que no processo de relacionar os conceitos teóricos com o tema empírico, durante a construção do objeto, temos de mostrar a posição que estes ocupam na corrente teórica abordada no trabalho.

Dentro desta perspectiva, a teoria se revela através da análise dos seguintes conceitos e temas: Pontal do Paranapanema (frente de expansão e frente pioneira); sujeitos sociais envolvidos (integrantes dos movimentos sociais e ruralistas); campesinato (elementos estruturais da produção camponesa, unidade e espacialização camponesa); espaço doméstico diretamente relacionado ao autoconsumo e o espaço de produção relacionado à comercialização.

As teorias referentes ao tema campesinato trouxeram novos elementos e também um posicionamento político frente aos sujeitos (camponeses) que são considerados neste trabalho como uma classe social específica, dentro do capitalismo.

De acordo com Marre (1991), não é possível realizar uma escolha neutra do tema, pois a escolha deste está relacionada tanto com um sistema de valores quanto com as convicções do pesquisador. Ainda segundo o autor, os pressupostos teóricos

correspondem a uma maneira de conceber a realidade empírica, sendo que a pesquisa em evidência tem como principal norteador a concepção de campesinato de Alexander V. Chayanov, que trabalhou com a organização da unidade econômica camponesa servindo de referencial e inspiração para diversos teóricos do tema dentre os quais: Beatriz Maria Alásia de Heredia, com o seu texto "Morada da vida"; Afranio R. Garcia Jr., com o livro "Terra de Trabalho" e Bernardo Mançano Fernandes com trabalhos referentes aos assentamentos da região.

Os objetivos da pesquisa no trabalho convergem no interesse pelas estratégias de reprodução social dos camponeses, o que contempla uma quantidade maior de variáveis que devem ser analisadas (força de trabalho, produção, relações sociais, etc.), na busca por apreender elementos mais profundos (percepção dos camponeses, trajetórias das famílias, etc.).

No que se refere à relevância da construção teórica, nos deparamos com os questionamentos em relação à importância da pesquisa que será realizada a partir deste trabalho. Neste sentido, busca-se trazer uma análise que forneça subsídios para o trabalho de pesquisadores que queiram se aprofundar no tema. Entretanto, o intuito maior desta é fornecer aos assentados e ao poder público um trabalho que disponibilize informações para que sejam planejadas intervenções neste território (Assentamento Nova Conquista).

O trabalho trará o estudo sobre elementos e estruturas que compõem uma classe social que faz parte contraditória do desenvolvimento capitalista no campo e que poderá se aplicar a outras unidades camponesas, resguardando suas especificidades.

No processo de dialética descendente, Marre (1991, p.17) nos revela que a questão central é "mostrar que o tema escolhido e as relações hipotéticas formuladas contêm certo número de dimensões operacionais". Sobre tais dimensões, sabemos que estas contemplam o modo pelo qual se "imagina que um conceito teórico possa ser concretizado na realidade empírica". Assim, o processo de dialética descendente neste trabalho envolve reflexões sobre metodologias essencialmente qualitativas como, observação participante, entrevistas e História Oral.

O trabalho de campo com elaboração de diários constituiu-se em técnicas que foram utilizadas além das reflexões teóricas que perpassam tanto a dialética ascendente quanto a descendente acerca dos conceitos mencionados anteriormente. Nesse sentido, Marre (1991, p.24) nos revela que a teoria "não é apenas subjacente a toda a construção

do objeto: ela é a alma da dialética ascendente e descendente da construção do objeto até a interpretação".

1.2 Como a espacialidade do objeto está sendo lida

Os autores apresentados nesta seção da pesquisa convergem no sentido de que não estamos estudando comunidades isoladas. Para tanto, trazemos os termos "inter-relações", interconexões, e processos como o centro das discussões a respeito de identidade e espacialidade.

A teoria nos direciona para as reflexões sobre o assentamento, objeto da presente pesquisa, sobre a formação de seus sujeitos, bem como à busca pela compreensão das instituições (externas) que atuam no Nova Conquista.

Iniciaremos as discussões com a autora Doreen Massey (2004) que apresenta as reflexões sobre espacialidade baseadas em três proposições:

> O espaço é um produto de inter-relações. Ele é constituído através de interações desde a imensidão do global até o intimamente pequeno [...]. O espaço é a esfera da possibilidade da existência da multiplicidade; é a esfera na qual distintas trajetórias coexistem; é a esfera da possibilidade da existência de mais de uma voz [...]. Finalmente, e precisamente porque o espaço é o produto de relações – entre, relações que são práticas materiais necessariamente embutidas que precisam ser efetivadas, ele está sempre num processo de devir, está sempre sendo feito, nunca finalizado, nunca se encontra fechado. (MASSEY, 2004, p.08).

A autora ainda nos adverte, para a ideia de que as diferenças espaciais estão sendo imaginadas como sendo temporais, ou seja, os lugares nesta concepção não são genuinamente diferentes e sim à frente ou atrás numa mesma escala temporal. Ilustrando a afirmação mencionada anteriormente, temos os lugares desenvolvidos e os emergentes, o atrasado e o avançado, as escalas dos modos de produção (capitalista, socialista, comunista) (MASSEY, 2004, p.15).

O entendimento de espacialidade, segundo Massey (2004), envolve o reconhecimento de que há varias estórias no mundo ocorrendo concomitantemente. Todavia, essas tem pelo menos uma autonomia. A espacialidade é ainda uma "fonte de

produção de novas trajetórias, de novas estórias [...] uma fonte de produção de novos espaços, de novas identidades, novas relações e diferenças" (MASSEY, 2004, p.18).

Até agora, entendemos o assentamento Nova Conquista na perspectiva da referida autora, como uma comunidade que interage e que "contém relações existentes, mutáveis e futuras", em contraposição com a interpretação essencialista que nos diz que a cultura local brota do próprio solo (MASSEY, 2004, p.18).

Smith (2000, p.144) nos traz contribuições no sentido de propor uma discussão a respeito da escala geográfica, examinando uma sequência de escalas como "corpo, casa, comunidade, cidade, região, nação, globo" o autor nos adverte para o fato de que não separa rigidamente as esferas espaciais, pois considera importante a conexão social entre elas. As diferentes escalas são preferencialmente concebidas como "encaixadas em vez de hierarquizadas".

Smith ainda elucida que a escala é produzida ativamente, pois esta é uma produção das práticas espaciais dos sujeitos em interação. As reflexões do autor são importantes, na medida em que nos auxiliam na compreensão dos objetivos deste trabalho.

A questão das escalas está muito presente ao analisarmos o espaço doméstico e o espaço de produção (lote), suas relações com outros lotes do assentamento, as relações do assentamento e de seus sujeitos com o poder público em esfera (municipal e estadual). Portanto, teremos uma análise que trabalha com as particularidades de cada escala, todavia, reconhece a interação entre elas como fundamental na pesquisa.

No que concerne à escala da casa, Smith (2000, p.147) converge com o referencial teórico utilizado neste trabalho, no sentido de que a casa (espaço doméstico de acordo com Heredia, 1979) é "lugar de reprodução pessoal e familiar" e, ainda nos revela, que a "diferenciação da casa" pode "variar de uma dicotomia simples dentro/fora até uma divisão mais elaborada". A divisão mais elaborada exposta pelo autor, diz respeito a características como idade e função social, dividindo a casa em termos de usos e lugares e ainda a casa internamente funcionando como um espaço de disputa, principalmente no que se refere às questões de gênero e geração.

A respeito da comunidade utilizamos as concepções de Gupta e Fergunson (2000), que nos revelam que as noções de localidade ou comunidade "referem-se tanto a um espaço físico demarcado quanto a agrupamentos de interação", nos quais os questionamentos circundam o processo de formação da comunidade a partir do espaço

interligado. Os autores trazem o debate sobre identidade coletiva, que parece assumir um caráter peculiar "em um mundo onde as identidades estão se tornando cada vez mais, senão totalmente, desterritorializadas, ao menos, territorializadas de maneira diferente" (GUPTA, FERGUNSON, 2000, p.34-35). A necessidade de estarmos atentos à "bifocalidade" caracterizada pelas "vidas localmente vividas em um mundo globalmente interconectado" ilustra a relação local/global.

Ainda de acordo com Gupta e Fergunson (2000), evidenciamos que as diferenças culturais surgem como um produto oriundo de um processo histórico, que diferencia e conecta o mundo simultaneamente. Os autores esclarecem que na perspectiva da crítica cultural a diferença não se constitui como ponto final, todavia, esta deve ser abordada como ponto de partida. As reflexões nos levam a considerar que não podemos enxergar nossos sujeitos como se fossem facilmente delimitáveis no espaço e, nesse sentido, uma vez que o "outro" não faz parte da "nossa própria sociedade", tendemos a nativiza-lo colocando-o num quadro de análise e "encarcerando-o espacialmente" (GUPTA; FERGUNSON, 2000, p.41).

James Clifford (2000), no texto "Culturas viajantes", através de metáforas questiona os antropólogos que estudavam as aldeias como se fossem circunscritas e que perdem as fronteiras ("um lugar específico de hibridismo e lutas"), pois a cultura não seria isenta de relações. O autor acrescenta que devemos considerar as culturas como lugares atravessados (CLIFFORD, p.61) e, nesse sentido, consideramos o objeto desta pesquisa (o Assentamento Nova Conquista) como uma comunidade ainda num processo de construção de identidade coletiva (importante estratégia política), em que devemos pensar em mais lugares quando se pensa neste, pois os sujeitos e atores que participam desta comunidade são oriundos de municípios diferentes em realidades (campo/cidade) diferenciadas.

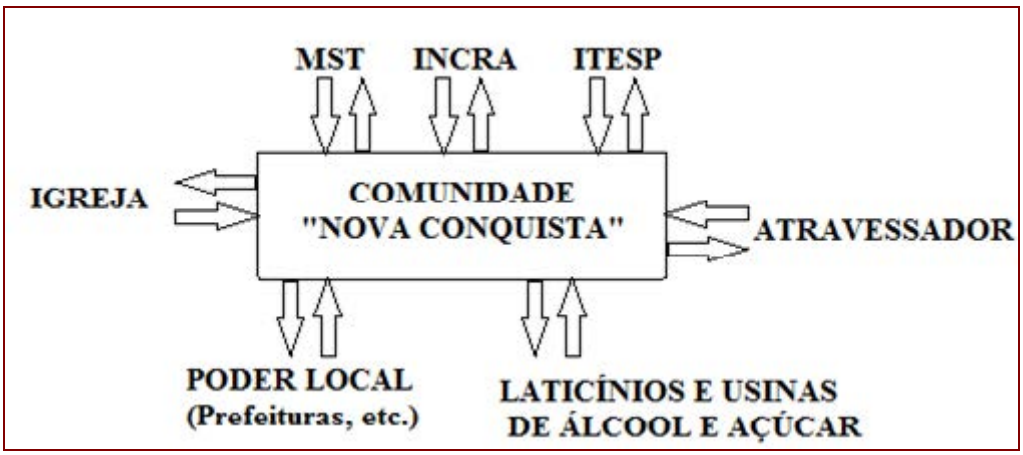
Em relação ao processo exposto anteriormente, Clifford (2000) contribui com vários questionamentos pertinentes no momento de se pensar sobre a construção da identidade coletiva do Nova Conquista. "O que é trazido de um lugar anterior?" (dos municípios e áreas de origem dos camponeses), "E como é mantido e transformado pelo novo ambiente?" (as experiências trazidas são abordadas no novo espaço-assentamento), "o que é articulado dentro da comunidade?" e, ainda, "o que funciona em coalizão?". As respostas para estes questionamentos do autor, aqui relacionados com as reflexões deste trabalho, foram norteadoras no momento da pesquisa. Todavia, neste momento, o que nos é apresentado sobre a identidade cultural e política, converge no

sentido de que estas são resultados de uma "configuração processual de elementos historicamente dados incluindo raça, cultura, classe, gênero e sexualidade cujas combinações diferentes podem aparecer em conjunturas diferentes" (CLIFFORD, 2000, p.61).

Dentre outras funções a construção de uma identidade coletiva é essencial para os assentamentos, na medida em que, a formação de cooperativas e associações garantem a estes melhores condições de negociar seus produtos, bem como acessar os créditos oferecidos por programas como o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e etc. Uma hipótese levantada em diversos trabalhos é a de que estas formas de organização só conseguem êxito quando os sujeitos se reconhecem como comunidade.

As reflexões a respeito dos referenciais teóricos deram suporte a um esforço, para construir algumas relações em duas escalas: a local (comunidade) e a do sujeito (identidade), partindo do pressuposto de que há interconexões, culturas e atores que atravessam tanto a comunidade quanto o sujeito.

Figura 1: Escala comunidade. Esquema da relação/interação entre os diferentes sujeitos sociais, agentes de mediação e Estado

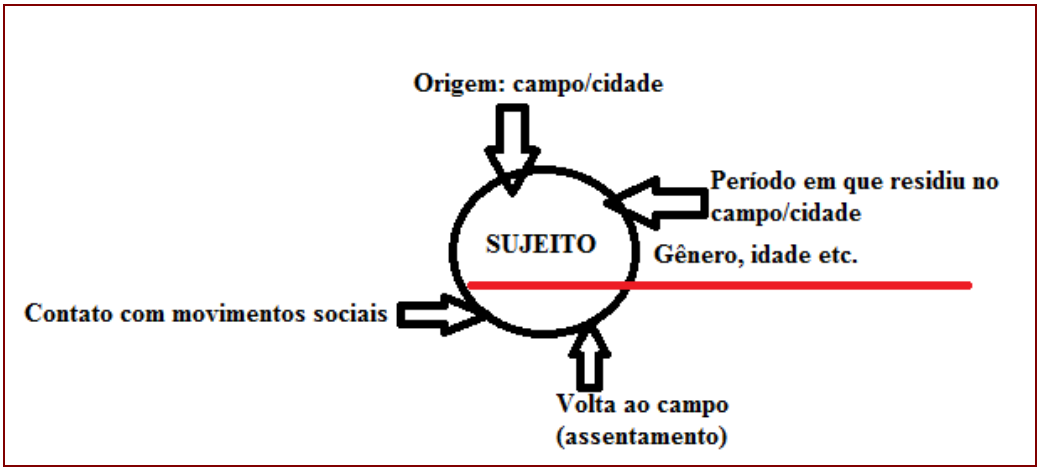


Organização da autora (2014).

A figura acima (1) nos mostra o assentamento Nova Conquista e suas conexões com alguns atores. Os atravessadores são os responsáveis por comprar os produtos do assentamento e revendê-los nos laticínios da região (algo que se enfraqueceu devido aos laticínios enviarem seu próprio transporte para o leite). As usinas de álcool e açúcar interferem no assentamento, na medida em que têm interesse na mão-de-obra dos camponeses. A assistência técnica no assentamento é constituída pelo ITESP (Instituto

de Terras do Estado de São Paulo) e pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). O poder local, mais especificamente a prefeitura, é responsável pelos serviços de transporte, educação, segurança e infraestrutura do assentamento. O MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) esteve mais presente no momento da luta pela terra. Porém, igrejas (católica e evangélica) estão presentes em todo o assentamento, o que faz com que estas assumam importantes papéis na mediação das relações entre os membros das famílias assentadas.

Figura 2: Esquema partindo da escala do sujeito



Organização da autora (2014).

De acordo com a teoria evidenciada, a formação da identidade é um processo de construção ativa e, no caso do sujeito em estudo, temos alguns aspectos considerados *a priori* como a origem do assentado, que pode ser urbana ou rural, o local de residência do camponês antes do processo de luta pela terra (campo/cidade), o contato com os movimentos sociais e a volta ao campo (assentamento).

Aspectos como gênero, idade e sexualidade (em vermelho na figura) são igualmente relevantes, pois "atravessam" o sujeito em diferentes contextos. A partir de novos questionamentos a respeito da identidade deste sujeito, algumas reflexões serão incorporadas na pesquisa, como por exemplo: Como estas múltiplas trajetórias convergem para a mesma luta e passam a compor um sujeito coletivo? E, ainda, como é a coexistência?

1.3 Discussão metodológica

A pesquisa contou com cinco metodologias qualitativas, sendo que a teoria esteve presente em toda a sua etapa e as demais foram: observação participante, entrevista, história oral e cartografia social.

A observação participante consiste numa técnica que tem origem na Antropologia Social e foi na Escola de Chicago que tomou importância através de Robert Park que incentivou seus alunos a estudar pela observação, mais precisamente pela observação dos fenômenos sociais em mudança nos períodos de 1920 a 1930 em Chicago (MAY, 2004).

Segundo Becker (1999, p.47), "o observador participante coleta dados através de sua participação na vida cotidiana do grupo ou organização que estuda", além de observar as situações e os comportamentos das pessoas que está estudando, o pesquisador ainda entabula conversações e realiza análises.

Dentre as contribuições de Becker, temos o fato de que ele orienta que o estudo da observação participante deva buscar tanto descobrir quanto testar hipóteses, então, recorremos a esta metodologia também com este sentido de descobrir hipóteses. (BECKER, 1999, p.48).

Becker (1999) nos direciona para algumas operações analíticas em que difere quatro estágios distintos de análise, sendo três de análises conduzidas no campo e uma no momento posterior ao campo, sendo eles: "A seleção e definição de problemas, conceitos e índices" (constatação de que um certo fenômeno existe, etc.), "controle da frequência e distribuição de fenômenos" (o observador, após verificar alguns problemas, conceitos e indicadores, dá início a uma seleção de quais deles permanecerão nos estudos, descobrindo, por exemplo, a frequência e distribuição destes problemas), "incorporação de descobertas individuais num modelo de organização em estudo" (construção de modelos de sistemas sociais, que contemplam um modelo teórico da organização, um modelo descritivo que tem, por objetivo, explicar os dados produzidos) e ainda o quarto estágio, que envolve problemas de apresentação de evidências e provas.

Foote-White (1980) tem uma postura menos sistemática neste sentido, pois não traz em seu texto estágios tão definidos quanto Becker (1999) e esta pesquisa concorda em termos com a abordagem de Foote-White, na medida em que não existe uma fórmula exata a ser seguida, podemos utilizar as contribuições de Becker como

norteadoras, todavia, as questões surgem durante o campo e, algumas vezes, direciona a pesquisa para rumos antes não previstos.

Foote-White (1980), nos mostra, com base na descrição de uma de suas pesquisas que, durante a realização da observação participante temos de nos atentar para os seguintes aspectos: o pesquisador deve elaborar uma explicação sobre o seu trabalho; procurar obter o apoio de indivíduos-chave; perambular (observar) ao invés de realizar muitas perguntas; depois de se integrar ao campo (comunidade), preocupar-se com o nível de inserção; procurar ser agradável para que as pessoas fiquem satisfeitas, ao mesmo tempo não influenciar ou afetar o grupo com a sua presença; e finalmente, escolher um modo de organizar as anotações.

Reconhecemos as limitações da técnica no sentido de que a observação participante "demanda que os pesquisadores despendam tempo com grupos de pessoas relativamente pequenos para entender completamente o meio social no qual elas habitam" (MAY, 2004, p.200) e que não possibilita a comparação dos dados nem entre pesquisadores que estudam o mesmo objeto. Entretanto, Becker (1999, p. 86) nos revela que as observações múltiplas "nos convencem de que nossa conclusão não esta baseada em alguma expressão momentânea e passageira das pessoas que estudamos, sujeita a circunstâncias efêmeras e incomuns", o que confere a confiabilidade de nossas pesquisas.

No contexto das bibliografias, as reflexões sobre a realização desta pesquisa giram em torno da condição da entrevistadora (mulher, jovem, etc.), do tempo da observação que esta sendo realizada no assentamento Nova Conquista e, ainda, em relação à quantidade de famílias que são observadas no assentamento.

Realizando um esforço inicial de planejamento, o que pretendíamos era realizar uma semana de observação em cada família, sendo que a entrevista seria realizada (indicação da teoria aqui exposta) no final de cada um desses períodos, pois a observação forneceu *a priori* o auxílio na formulação de questões. A quantidade de famílias ainda não poderia ser definida, uma vez que teríamos que considerar o tempo para a realização desta pesquisa.

Ao longo da observação tivemos que modificar o planejamento inicial adotando duas famílias dentre as 104 possíveis, para residir durante 15 dias e, a partir destas famílias, conhecer o restante. Na primeira família permanecemos durante 10 dias e na segunda por 5 dias, além dos trabalhos de campo realizados antes do início da observação participante para elaborar um roteiro.

Outra estratégia foi acompanhar os camponeses na etapa de trabalho voltada para a comercialização. Todas as quartas-feiras acontece a feira dos assentados no município de Martinópolis-SP. No início a feira contava com um bom número de participantes, todavia, com o passar do tempo o número foi diminuindo. Embora atualmente com poucas barracas, a feira recebe assentados feirantes dos três assentamentos: Nova Vida, Chico Castro Alves e Nova Conquista (que possui a maioria de seus lotes no município de Rancharia).

Decidimos que iriamos conversar com os feirantes para obter informações acerca de possíveis famílias que poderiam nos receber em suas casas para vivenciar o assentamento. No dia 18/12/2013, optamos por "perambular" pela feira e encontramos uma de nossas conhecidas que havia comprado um lote no assentamento Chico Castro Alves e que também era feirante, paramos em sua barraca e iniciamos uma conversa em busca de possíveis conhecidos dela no assentamento vizinho, nos frustramos inicialmente, porque ela não conhecia ninguém que tivesse participado do acampamento, ou seja, do processo inicial da luta pela terra.

Enquanto conversávamos em sua barraca, uma moça nos escutava e resolve interromper: "é do Conquista que vocês estão falando?". Paramos e resolvemos conversar um pouco mais e explicar sobre nossa pesquisa a ela. A "moça" chamada Liriane, prometeu que iria nos ajudar, pois ela residia no assentamento Nova Conquista. Anotamos as informações da Liriane e prometemos a ela que iríamos ao lote dos pais dela no dia seguinte, embora residisse em outro lote, devido a problemas pessoais com seu conjugue ela optou por me receber no lote dos pais. Liriane me confidenciou que seu pai Sr. Heitor teria muita satisfação e disposição para me contar como foi o período de luta no acampamento.

Anterior à decisão de conversar com os feirantes, telefonamos para uma família que conhecemos pesquisando o assentamento ainda nos tempos de graduação. O Sr. Paulo e D. Cecilia adquiriram um lote no assentamento há alguns anos mediante compra e nos indicaram duas famílias para a observação, uma das famílias era a da sogra de um dos filhos (Denis) que residida com sua esposa no lote dos sogros (D. Nina e Sr. Mateus). A outra família era um casal de pastores da igreja Quadrangular o titular do lote já foi presidente da associação dos produtores de leite do assentamento.

No dia 19/12/2013 acompanhada de um familiar (que conhecia o assentamento muito bem), seguimos para o assentamento em busca dos contatos que havíamos estabelecido. Num primeiro momento partimos em busca da família de Liriane, eles foram prontos em nos receber, entretanto, notamos que estavam passando por alguns momentos delicados e agradecemos o contato, mas não insistimos num período de convivência para preservar a intimidade da família.

Partimos em busca do lote 85 do Sr. Paulo e da D. Cecilia para que eles nos apresentassem seus dois contatos. D. Cecilia nos acompanhou na visita a D. Nina e a proximidade familiar propiciada pelo casamento de seus filhos auxiliou na conversa a respeito de quem nós somos e de como seria a metodologia. D. Nina nos explica que no momento do acampamento já havia recebido estudantes em seu barraco de lona e que agora era bem mais fácil receber em sua moradia. Perguntamos se poderíamos ligar no outro dia para D. Nina, pois seu marido não estava no momento da visita e gostaríamos que ela conversasse com ele a respeito, mas D. Nina nos explica que o Sr. Mateus sempre gostou de visitas. Depois da conversa em que D. Nina nos mostra sua casa com alguns quartos prontos e vazios, ela aponta para sua estufa e para os estragos que a ventania forte causou. Percebemos a intensidade dos ventos que passaram pelo assentamento devido a muitos galhos de árvores nas estradas do assentamento e combinamos com D. Nina uma data, ou melhor, um período de convivência.

A última família a ser visitada foi a do Sr. Lourenço. Conversamos com o Sr. Lourenço sobre a pesquisa e D. Cecilia que havia nos acompanhado na visita reforçou nossas explicações, a esposa do Sr. Lourenço não estava no momento da conversa e então combinamos que ligaríamos no outro dia para conversar também com ela. Quando já estavamos de partida, a esposa do titular do lote chega a residência, então explicamos para ambos a vontade de passar alguns dias com eles, notamos que minha proposta foi aceita com conforto depois que revelamos algumas coincidências entre nós, pois frequentamos a mesma igreja que o casal e temos algumas pessoas em comum.

Depois dos primeiros campos para estabelecer as famílias que nos aceitariam em suas moradias partimos para o assentamento e fomos recebidos inicialmente pela família da D.Nina e do Sr. Mateus. Os contatos dessa família e a disponibilidade de nos conduzir pelo assentamento nos apresentando outras famílias propiciou o desenvolvimento das entrevistas, conversamos e gravamos com quase todas as famílias

que os camponeses nos apresentaram e deixamos a critério deles a questão da amostra. Ainda no período de realização das disciplinas na academia conduzimos algumas reflexões a respeito da técnica da entrevista.

A técnica da entrevista constituiu-se numa das estratégias metodológicas de coleta das informações abordadas neste trabalho. Colognese e Mélo definem entrevista como "processo de interação social, no qual o entrevistador tem por objetivo a obtenção de informações por parte do entrevistado" (COLOGNESE; MÉLO, 1998, p.143).

No que concerne aos aspectos referentes à padronização da entrevista, foi utilizada na pesquisa a entrevista semi-diretiva (semi-estruturada), pois as perguntas foram formuladas com antecedência e a localização provisoriamente determinada, de modo que a entrevistadora seguiu um roteiro, porém, realizamos perguntas adicionais.

Quanto à natureza das informações, utilizamos a entrevista oral, pois esta é indicada para a "obtenção de informações amplas e detalhadas sobre processos sociais, como em história oral", as questões não são rigidamente pré-fixadas, portanto, é necessário a utilização de um roteiro geral e estratégias de condução da entrevista (Colognese; Mélo, 1998, p.144-145). O registro das informações foram realizadas através da gravação.

No que se refere aos informantes, optamos pela entrevista individual, pois o entrevistador obtêm respostas de indivíduos isoladamente, utilizando um roteiro e registrando as informações por meio de um gravador. O local escolhido para a entrevista foi a moradia, local de trabalho, terreiro, etc. Já, quanto ao nível de controle, a entrevista foi formal, utilizamos um roteiro de entrevista e realizamos um pré-teste. (Colognese; Mélo, 1998, p.146-147).

A elaboração do roteiro é algo primordial para a realização da entrevista detalhada anteriormente, pois, segundo Colognese e Mélo (1998, p.147), "o roteiro deve ser exaustivo e conter todas as perguntas e tópicos considerados aprioristicamente relevantes, com o objetivo de orientar os rumos da entrevista". O tipo de roteiro que utilizamos foi o contextual, no qual apresenta tópicos orientadores ao invés de perguntas e os tópicos são organizados respeitando-se a problemática da pesquisa. O roteiro foi submetido a um pré-teste com o Sr. Mateus, camponês marido de D. Nina.

Utilizamos as contribuições de Thompson (1998) para realizar as reflexões relativas à situação da entrevista, pois acreditamos que, além de escolher a técnica mais

adequada para a produção de determinadas informações, é necessário apreender alguns aspectos de como utilizá-la.

De acordo com o referido autor, o entrevistador deve conter as informações básicas sobre o universo que circunda o entrevistado - de posse dessas informações podemos situar o relato. Este trabalho foi realizado nesta pesquisa mediante a leitura do PDA (Plano de Desenvolvimento do Assentamento) do Nova Conquista, pois, neste documento, encontramos informações básicas referentes aos titulares dos lotes, o que nos possibilitou identificar em que contexto alguns depoimentos estavam inseridos.

No contato com o informante, explicamos sucintamente os objetivos da pesquisa, preenchendo uma pequena ficha com informações sobre o respondente como: nome, sexo, ocupação, endereço, etc. No momento de elaborar as perguntas os cuidados referentes a perguntas de duplo sentido também foram levados em consideração. (THOMPSON, 1998).

Após a realização da entrevista, foi necessário a codificação e a categorização do material levantado. No que concerne a esses dois processos, Gibbs (2009) nos revela que,

> Codificação é a forma como você define sobre o que se trata os dados em análise. Envolve a identificação e o registro de uma ou mais passagens de texto ou outros itens dos dados; como partes do quadro geral que, em algum sentido, exemplificam a mesma ideia, ou seja, o código. Sendo assim, todo o texto, entre outros elementos que se refere à mesma coisa ou exemplifica a mesma coisa é codificado com o mesmo nome (GIBBS, 2009, p.60).

Para facilitar este processo, utilizamos a transcrição, pois a análise da gravação em áudio ou vídeo torna a codificação mais complicada. Realizamos a categorização, que é um momento em que nos afastamos da descrição apenas e passamos a um nível mais categórico, analítico e teórico da codificação. Segundo Colognese e Mélo (1998, p.153), o processo de categorização implica "além do nível conceitual, na necessidade de elaboração de indicadores que permitam agrupar as variações de respostas por afinidade temática".

Realizando a reflexão acerca da entrevista, podemos adiantar que uma das duas lideranças do assentamento foi entrevistada, pois esta contém uma visão mais ampla sobre o que foi o movimento do MST no momento da luta e ainda sobre as políticas públicas direcionadas ao assentamento.

No que concerne à amostra das entrevistas, nossos procedimentos foram direcionados totalmente por Marre (1991), no sentido de que utilizaríamos os conceitos de diversificação, no momento da escolha do restante dos entrevistados, e saturação, para definir a quantidade de entrevistas. O conceito de saturação foi mantido na observação, mas o de escolha dos entrevistados deixamos a critério dos camponeses que nos receberam em suas casas, eles nos apresentaram a outros agricultores e, assim, seguimos realizando entrevistas e conversas informais de acordo com esse critério.

A História oral [2] consiste em mais um instrumento de produção da informação que foi trabalhado na dissertação. Para tecer as considerações a respeito desta técnica, utilizaremos Meihy (2002), que nos revela que a história oral se apresenta "como forma de captação de experiências de pessoas dispostas a falar sobre aspectos de sua vida. Quanto mais elas os contarem a seu modo, mais eficiente será seu depoimento" (MEIHY, 2002, p.51).

A ação de Nevins passou a ser um nova postura em relação às entrevistas, pois o conceito de história oral não vale para qualquer forma de entrevista, pois esta só se constitui como história oral quando há um projeto que "reconheça a sua intenção e determine os procedimentos e a devolução pública dos resultados". Estes pressupostos nos revelam que não é possível fazer história oral sem fazer entrevista, todavia é possível fazer entrevista sem fazer história oral (MEIHY, 2002, p.89).

Segundo Meihy (2002), podemos definir quatro etapas principais da história oral que são eventualmente complementares: elaboração de projeto; gravação; confecção de documento e análise. Trabalhamos com a história oral temática, pois abordamos temas específicos e a intervenção do entrevistador é maior do que na história oral de vida.

No que concerne à importância da história oral, poderíamos ressaltar, de acordo com o autor supracitado, que sua relevância é por tratar de "impressões, aspectos subjetivos, fantasias e visões de mundo que implicam interpretações diferentes das possíveis em histórias feitas com critérios considerados científicos" (MEIHY, 2002, p.49).

A relação da história com a memória é retratada por Decca (1995) que nos revela que é no seio do pensamento iluminista que a história faz as pazes com a memória. Meihy, por sua vez, nos diz que "a memória é um suporte para as narrativas de história oral, mas não é ela" (MEIHY, 2002, p.53). Entretanto, reconhecemos as

[2] Sobre a origem da técnica temos que a moderna história oral nasceu na Universidade de Colúmbia em Nova York (E.U.A.) em 1948 quando Allan Nevins organizou e formalizou um arquivo.

limitações desta técnica no sentido de que as narrativas podem conter confusões em relação a datas, distorção das opiniões pessoais e etc.

No trabalho que foi realizado no assentamento Nova Conquista aplicamos parte da metodologia citada, com os depoimentos dos sujeitos, no sentido de colher relatos sobre o período de luta, perpassando o momento de escolha dos lotes, o início da organização da unidade camponesa até a atualidade. Esses relatos foram tratados, o momento do relato do período de luta pela terra foi analisado junto com documentos da época.

Os momentos mais difíceis em campo foram os relacionados à história oral, pois faze-los de alguma forma reviver alguns despejos extremamente violentos nos causou momentos de emoção, algumas das entrevistas da metodologia começaram com a frase "nossa, a respeito do despejo de Getulina eu não gosto nem de falar".

Compreendemos a trajetória de luta dos camponeses, eles demonstraram em toda a etapa da pesquisa um interesse relacionado ao material que seria elaborado relacionado a história deles. Abrimos espaço para que os camponeses contassem essa trajetória de lutas no trabalho, pois essa vivência influenciou diversos aspectos da construção do espaço do assentamento, é preciso que os leitores desta dissertação compreendam algumas das características do período de luta pela terra para que compreendam determinados arranjos sociais e econômicos do período atual de luta na terra.

A necessidade em compreender o espaço do assentamento bem como questões relacionadas ao trabalho dos camponeses e de seus filhos suscitou no estudo de uma nova metodologia, a cartografia social.

A metodologia denominada "Cartografia Social" demanda um tempo maior de pesquisa, pois requer um planejamento específico e consultas às possibilidades dos camponeses (em marcar reuniões etc.). Durante a observação participante e a partir da construção do diário de campo verificamos a importância da metodologia, a necessidade de aprofundar os estudos e de se elaborar um conjunto de atividades para dar suporte a realização da Cartografia Social.

De acordo com o "Centro de Estudios Sociales" a cartografia social "es uma metodologia de investigación participativa que invita a le reflexión, organización y acción alrededor de um espacio físico y social específico" (Centro de Estudios Sociales, 2011, p. 06). Sinthia Cristina Batista (2014), em sua tese "Cartografia Geográfica em questão: do chão, do alto, das representações", utiliza a técnica da cartografia para

realizar mapeamentos comunitários no assentamento Roseli Nunes. Sobre o mapa como instrumento de luta a autora afirma que,

> Portanto, o mapa como instrumento de luta viabiliza a compreensão e apreensão de uma dada lógica espacial, cotidiana (compreendida na relação entre as diversas escalas) e ao mesmo tempo a possibilidade de reivindicar condições objetivas para a resistência no espaço e quiçá a possibilidade da transformação social. (BATISTA, 2014, p.32).

Segundo Batista (2014, p.243), algumas classes sociais já detém o conhecimento a respeito da importância do mapa para discussões e lutas; todavia, para outras classes é fundamental reforçar a elaboração "do mapa e da cartografia como uma possibilidade de ser uma de suas ferramentas de luta, de realização de diagnósticos e estratégias espaciais". A respeito do planejamento cartográfico realizado no caso do mapeamento comunitário, a autora nos fornece subsídios sobre a preparação das condições objetivas do trabalho:

> Condições políticas e materiais do trabalho: a necessidade e os sentidos do mapeamento; a mobilização da comunidade envolvida; a organização dos espaços para a realização das assembleias e oficinas; logística de deslocamento pelas comunidades; alojamentos das equipes que trabalharão no mapeamento; alimentação, almoços, jantares e lanches coletivos, fundamentais para momentos de reposição de energia, descanso e trocas. Condições técnicas e do conhecimento cartográfico: a preparação teórica e técnica da equipe de mapeamento; a seleção de bases cartográficas existentes, ou as condições para sua produção; a preparação das oficinas de mapeamento – a escolha dos conceitos e técnicas cartográficas fundamentais a serem apreendidas por todos os sujeitos envolvidos para a realização da atividade. É importante diversificar as técnicas cartográficas utilizadas como os „mapas mentais"/ mapas do vivido, croquis e cartogramas conciliadas à representação desejada. (BATISTA, 2014, p.161).

A primeira reunião da cartografia social foi marcada para um domingo, ligamos para todos os contatos que tivemos durante a observação confirmando com os camponeses a data e o local. Pensamos num primeiro momento na moradia da família do Sr. Lourenço, pois contava com áreas amplas e algumas mesas, mas por motivos de problemas de saúde na família o casal não pode nos receber. Então mudamos a reunião para a moradia da filha de D. Nina que nos recebeu e auxiliou durante os primeiros

materiais elaborados. A primeira reunião contou com 10 camponeses assentados, um número considerado bom pela teoria estudada a respeito da metodologia, dentre eles 3 não participaram da luta pela terra, pois compraram seus lotes. Os camponeses desenharam seus lotes evidenciando em alguns croquis a ordem com que alguns elementos foram construídos desde sua chegada ao lote/assentamento. Os camponeses que não participaram da luta auxiliaram os demais principalmente no mapa em que eles apontaram os camponeses que trabalhavam também ou somente fora do assentamento, o mapa que consta o trabalho principalmente na usina de álcool e açúcar localizada na frente do assentamento contou com a colaboração destes camponeses que desempenham funções nesta usina. Algumas famílias que estavam convivendo diretamente ou frequentemente com a pesquisadora não puderam participar devido ao trabalho no domingo relacionado à colheita de cultivos para no dia seguinte realizar a comercialização em outros municípios.

Quadro 1: Síntese: metodologia, sujeitos e resultados

Metodologia	Sujeitos	Resultados
Observação Participante	Membros de duas famílias nucleares.	Observamos situações e comportamentos através do cotidiano dos sujeitos, bem como atores que se relacionam com estes e a configuração geográfica do espaço doméstico e o de produção.
Entrevista	Uma liderança do assentamento, uma liderança que fazia parte da organização do MST na época do acampamento e 17 titulares de lotes.	Obtemos uma visão mais ampla do que foi o MST no momento de luta e as políticas públicas direcionadas ao assentamento. Produzimos informações sobre temas atuais e perspectivas futuras dos assentados.

História Oral	Um sujeito de cada uma das 19 famílias do assentamento.	Compreendemos alguns aspectos da trajetória dos sujeitos e também buscamos entender como as unidades (lotes) e o assentamento foram sendo construídos e planejados.
Cartografia Social	Uma oficina foi realizada contando com a colaboração de 10 camponeses.	Desenvolvemos croquis e mapas visando representar e problematizar seus espaços de vida.

Organização da autora.

Esta pesquisa foi elaborada a partir dos procedimentos metodológicos detalhados no quadro, somados as análises de campo e a reflexão teórica. Parte dos conceitos foram evidenciados antes do campo, para dar suporte a realidade que iríamos encontrar nos assentamentos, mas foi necessário recorrer a teoria novamente para dar apoio as compreensões acerca de novos fatos, dados e informações.

Esse processo metodológico foi essencial para a pesquisa, pois não nos apoiamos a apenas uma metodologia porque acreditamos que para apreender a diversidade da classe camponesa, todas as aberturas e modificações pelas quais ela vem sofrendo e também todas as características que ela conseguiu manter ao longo dos séculos é necessário diversificar os modos de apreender a realidade, que tentamos desvendar com o objetivo de que uma metodologia consiga alcançar informações que escaparam a outra e através destas metodologias conseguirmos visualizar pelo menos parte do espaço de vida no assentamento Nova Conquista.

Capítulo 2 - Sobre o campesinato enquanto classe social

O objetivo deste capítulo é trazer as principais formulações dos contextos teóricos sobre a agricultura e sobre o campesinato ao longo do desenvolvimento do capitalismo. È necessário partirmos destas reflexões para compreendermos as formulações atuais, os questionamentos político/teórico do campesinato enquanto classe e se considerada uma classe revolucionária ou não.

Para compor a discussão teórica do campesinato utilizaremos inicialmente os estudos de Guzmán e Molina (2013) a respeito da evolução deste conceito. A obra que utilizaremos para dar início às discussões encontra-se dividida fundamentalmente em três capítulos importantes para a sistematização dos teóricos da questão agrária, sendo eles: "O campesinato na antiga tradição dos estudos camponeses"; "Da nova tradição dos estudos camponeses à agroecologia" e "O campesinato na agroecologia". No entanto, não optamos por realizar um estudo detalhado dos temas que serão abordados, mas sinalizarmos ou contextualizarmos a trajetória dos estudos camponeses ao longo dos anos e de países distintos, para tanto, os primeiros capítulos do trabalho foram vistos com maior importância para esta reflexão.

A respeito do campesinato, no que os autores chamam de "antiga tradição dos estudos camponeses", verificamos que estes situam o início do pensamento social agrário ao longo dos séculos XVIII e XIX em que a implantação do capitalismo no Ocidente e, consequentemente, as transformações sociais que o acompanha traria consequências ao campesinato. Trataremos brevemente, de algumas orientações teóricas como o narodnismo, anarquismo agrário e o marxismo ortodoxo.

Sobre o narodnismo russo, Guzmán e Molina (2013, p.24) nos aponta que esta corrente de pensamento dá início aos estudos campesinos da antiga tradição, em que no centro deste coletivo de pensamento ocorria uma variedade de orientações teóricas com distintas "práxis intelectuais e políticas, que propugnaram e perseguiram para a Rússia um modelo de desenvolvimento econômico não capitalista em que aparecia, como protagonista central, o campesinato" (GUZMÁN; MOLINA, 2013, p.24). Sobre uma definição e as características desses teóricos temos que:

> (...) o narodnismo russo pode ser definido como uma práxis intelectual e política que elabora uma estratégia de luta contra o capitalismo caracterizada pelos seguintes traços: 1. os sistemas de organização política gerados no seio do capitalismo constituem formas de

> submissão e dominação sobre o povo, o que cria uma minoria que pretende se legitimar mediante falsas fórmulas de participação democrática; 2. os sistemas de legalidade assim estabelecidos desenvolvem uma prosperidade material que vai contra o desenvolvimento físico, intelectual e moral da maior parte dos indivíduos; 3. nas formas de organização coletiva do campesinato russo, existia um estado de solidariedade contrário à natureza competitiva do capitalismo; 4. era possível freiar o desenvolvimento do capitalismo na Rússia mediante a extensão das relações sociais do coletivismo camponês ao conjunto da sociedade; 5. os intelectuais críticos devem se fundir com o povo para desenvolver com ele, em pé de igualdade, mecanismos de cooperação solidária que permitam criar formas de progresso às quais se incorpore a justiça e a moral. (GUZMÁN; MOLINA, 2013, p.26)

Os autores distinguem três etapas do narodnismo: fundação, clássica e revolucionária. Na fundação destacam Nicolai Gavrilevich Chernychevski da revista "Crítica Literária" que, analisando principalmente as experiências da França e da Inglaterra, a respeito dos pontos positivos e negativos do desenvolvimento do modo capitalista de produção, conclui que na Rússia ainda poderiam optar por outro caminho, "evitando a proletarização, a pauperização e a desorganização social das comunidades rurais provocadas pelo avanço do capitalismo" - o objetivo era "pular" a etapa do capitalismo e chegar ao socialismo (GUZMÁN; MOLINA, 2013, p.27).

No Narodnismo clássico os representantes foram Tkachev, Lavrov, Mikhalovsky e Bervi-Flerovski. Continuaram na mesma perspectiva da época da fundação, no que se refere à tentativa de "pular" o capitalismo e todas as suas desvantagens e com a teoria das vantagens do atraso que permitiria assim que a Rússia avançasse diretamente para o socialismo. O desenvolvimento estaria subordinado ao bem-estar social do campesinato e o progresso teria de ser medido pelo "impacto das transformações técnicas e sociais nas classes trabalhadoras-incluído, obviamente o pequeno campesinato" (GUZMÁN; MOLINA, 2013, p.28).

Na etapa revolucionária do Narodnismo, a partir de 1860, evidenciamos a prática das ideias dos períodos anteriores, em que a proposta girava em torno de propor uma análise da realidade conjunta com os camponeses para encontrar possíveis saídas para os problemas a partir da sugestão dos próprios sujeitos. No contexto da privatização das terras e das condições precárias em que os camponeses se encontravam, o grupo intelectual desenvolveu uma ação de entrega de panfletos e publicação de textos nas comunidades rurais (propaganda denominada "causa do livro") que posteriormente, devido à sua abrangência territorial, passou a ser substituída pela "causa dos operários".

Verificamos a partir de Guzmán e Molina (2013), que esta organização se debilita e desagrega-se dando origem ao Partido Social Revolucionário da Vontade do Povo e à Partilha Negra, que abrigava a minoria de integrantes, cuja proposta era a continuação das ações que foram realizadas. A primeira organização, Partido Social Revolucionário da Vontade do Povo, tinha como objetivo a luta armada contra o Estado tzarista, pois era necessária sua derrota para a "transformação da sociedade russa". A luta destes permaneceu até 1887 após matar o tsar Alexandre II (1881) e começar a sofrer detenções e execuções em massa.

A segunda orientação teórica que trataremos neste trabalho é o anarquismo agrário, os referidos autores definem o movimento anarquista como:

> [...] um sistema de pensamento aberto e nada rígido, compartilhado com outras correntes radicais diversos elementos de seus pressupostos filosóficos, da crítica à sociedade atual, bem como do modelo de futura sociedade ideal; distingue-se por alguns traços teóricos comuns que se concretizam na negação do Estado e na busca do estabelecimento de inter-relações humanas na base da cooperação voluntária expressa mediante pactos livres, do ponto de vista da práxis política. A rejeição da participação política nas instituições burguesas se configura, entre outros como elemento mais destacado e amplo [...] (GUZMÁN; MOLINA, 2013, p.30-31).

No que concerne ao campesinato, os autores desta orientação que Guzmán e Molina destacam são Bakunin e Kropotkin. Na teoria do campesinato de Bakunin o camponês é um agente revolucionário, em que no século XIX na Rússia eles vivenciavam as condições propicias para uma revolução social. Este autor definiu pontos positivos e negativos na consciência da população da Rússia e merece destaque o fato de que esta compreendia que a terra pertencia ao povo e também que a terra não deveria ser posse de um único sujeito, mas de toda a comunidade rural (*mir*) que se encarregava de distribuí-la para que fosse utilizada durante o tempo necessário. Outro aspecto positivo é a "autonomia política quase absoluta, bem como a capacidade administrativa e gerencial do *mir,* que provocava a hostilidade manifesta daquele em relação ao Estado". Nos pontos negativos estavam: "patriarcalismo, absorção do individuo pelo *mir* e confiança no tsar" (GUZMÁN; MOLINA, 2013, p.30-31).

As contribuições de Peter Alekseievich Kropotkin (1842-1921) fundamentaram-se em Bakunin, pois era discípulo de suas ideias. Direcionadas no que se refere às reflexões anarquistas, "a questão social, a moral solidária, o comunismo e a crítica ao

darwinismo social". Todavia, Guzmán e Molina destacam dentre todas as contribuições a transformação do apoio mútuo em categoria científica. Para Kropotkin o apoio mútuo se desenvolvia na comuna rural, pois o acesso à terra era igualitário e também ocorria a defesa mútua contra os inimigos, além de uma participação democrática nos assuntos comuns culminando no "progresso econômico, intelectual e moral da época" (GUZMÁN; MOLINA, 2013, p.34-35).

A terceira orientação teórica que trataremos é o marxismo ortodoxo que, de acordo com os referidos autores, trata-se de um "conjunto de desenvolvimentos sobre o pensamento de Marx e Engels" que foram "realizados a partir da Segunda Internacional (1889) e encaminhados a gerar uma estratégia teórica e metodológica desde os interesses do proletariado para, ao serem assumidos por este, atingir o socialismo" (GUZMÁN; MOLINA, 2013, p.38).

Ainda de acordo com Guzmán e Molina (2013, p.38-45), alguns traços teóricos caracterizam o marxismo ortodoxo, sendo eles:

a- A "incompreensão do contexto teórico de *O capital"*, que decorre da forma peculiar de escrita de Marx, pois destinava importantes pontos de sua obra a notas de rodapé e também a generalização a todo o mundo de um trabalho que Marx escreve centrado em evidências empíricas da Inglaterra, o primeiro país industrializado;

b- O "esquecimento do ultimo Marx" constitui-se numa característica importante visto que Marx, em seus últimos dez anos, começa a analisar o "papel do campesinato no processo histórico" que, de acordo com alguns estudiosos, se aproxima de determinados marcos teóricos do narodnismo, aceitando, também, a possibilidade de articulação dentro de uma formação econômica de vários modos de produção;

c- A respeito do "processo histórico unilinear" evidenciamos que os marxistas ortodoxos aplicam a periodização dos modos de produção[3] (comunismo primitivo, escravista, feudal e capitalista) a qualquer sociedade histórica em que depois do modo de produção capitalista viria o socialista.

d- No que concerne à "consideração da agricultura como um ramo da indústria", Marx analisa os elementos básicos da agricultura na obra *O capital* e desenvolve a hipótese de que a agricultura europeia já era um ramo

[3] O modo de produção é "uma espécie de estrutura que articula formas de produzir com maneiras de pensar e atuar, surgidas delas de certa maneira" (GUZMÁN; MOLINA, 2013, p.44).

de indústria, Guzmán e Molina revela que *O Capital* apresentava, segundo a característica em evidência, um vazio teórico que seria preenchido por Lenin (estudos na Rússia – *O desenvolvimento da agricultura na Rússia*) e Kautsky (estudos na Alemanha – *A questão agrária*) em 1899 que estudaram a passagem da agricultura feudal para a capitalista.

Ressaltaremos as características da interpretação que o marxismo ortodoxo realizou a respeito da questão agrária denominada *Marxismo ortodoxo agrário,*

> 1. evolução unilinear – as transformações que se operam na agricultura respondem às mudanças que se produzem na sociedade global. Essas mudanças estão determinadas pelo crescimento das forças produtivas e a configuração do progresso como resultado, gerando formas de polarização social nas quais se produz um processo acumulativo de formas de exploração social. Assim, "a escravidão é a primeira forma de exploração, a forma própria do mundo antigo; é sucedida pela servidão, na idade média, e pelo trabalho assalariado nos tempos modernos"; 2. Sequência histórica – tais formas de exploração se inserem em fases históricas de evolução das sociedades em que a reprodução das relações econômicas e sociais responde a lógica de funcionamento do desenvolvimento das forças produtivas. Portanto, as transformações que têm lugar no campo se produzem seguindo uma sequência histórica de modos de produção irreconciliáveis entre si; 3. Dissolução do campesinato – a aparição do capitalismo, como modo de produção anterior ao socialista, determina a dissolução do campesinato como organização socioeconômica característica dos modos de produção anteriores a ele. A centralização e a concentração, como processos necessários ao capitalismo industrial, eliminam o campesinato da agricultura por ser ele incapaz de se incorporar ao progresso técnico; 4. Superioridade da grande empresa agrícola – as grandes possibilidades de adaptação da grande exploração ao funcionamento da agricultura capitalista, como um ramo a mais da indústria, dotam o latifúndio de uma potencial superioridade técnica que, por meio das vantagens das economias de escala, permitiriam o crescimento de sua composição orgânica do capital, avançando assim para a socialização da produção agrária; 5. Contraposição entre a grande e a pequena exploração – como resultado anterior, a dinâmica do capitalismo gera uma confrontação entre o campesinato e o latifúndio, que tem como desenlace a proletarização do campesinato e a polarização social no campo (GUZMÁN; MOLINA, 2013, p.50).

Os autores retomam à ideia de que o marxismo ortodoxo atribui a Lenin e a Kautsky a "formulação do contexto teórico das transformações que se produzem na agricultura durante o desenvolvimento do capitalismo" (GUZMÁN; MOLINA, 2013, p.51). Dada à importância desses autores na orientação teórica seguiremos para uma breve introdução de duas de suas obras, ambas publicadas no mesmo ano (1899): "A

Questão Agrária" de Kautsky e "O desenvolvimento do capitalismo na Rússia" de Lenin.

A obra de Kautsky surge após um intenso debate no partido da Social-democracia alemã onde estes discutiam qual seria o posicionamento em relação aos camponeses. Bandeira (1968, p.09), na apresentação da tradução brasileira da obra, sintetiza as contribuições do autor da seguinte maneira,

> Em A questão Agrária, fruto daqueles debates, Kautsky apresentou, pela primeira vez, uma análise profunda e detalhada das leis do desenvolvimento da agricultura, segundo a doutrina de Marx, exposta em O capital e nas teorias sobre a mais-valia. O capitalismo, ao penetrar nos campos, provoca o fenômeno da concentração da riqueza, como ocorre na indústria. As grandes propriedades absorvem as pequenas e verifica-se a proletarização das camadas mais pobres do campesinato, que não aguentam o peso dos impostos e das dívidas cobradas pelos capitalistas e latifundiários (KAUTSKY, 1968, p.09).

O autor realiza um estudo a respeito da pequena e da grande exploração ressaltando a superioridade técnica desta - "quanto mais o capitalismo progride na agricultura, tanto mais acentua ele a diferença qualitativa entre a técnica da grande e da pequena exploração". Com base em dados, revela que a grande exploração é a que mais utiliza máquinas e, consequentemente, a que precisa de menos animais e ferramentas. (KAUTSKY, 1968, p.108).

Kautsky ressalta a necessidade de mão de obra para a fundação de uma grande exploração capitalista, ou seja, embora o capitalista tenha "extensão de mercado", a "posse dos meios financeiros" e as "condições técnicas indispensáveis", se não houver "trabalhadores sem propriedade, forçados a se venderem aos patrões, uma empresa capitalista se torna impossível" (KAUTSKY, 1968, p.174-175).

O autor disserta a respeito do êxodo rural ("despovoamento do campo") que surge devido ao desenvolvimento das grandes cidades e a entrada do capitalismo na agricultura, o que resulta numa reserva de trabalhadores agrícolas formada por camponeses. Kautsky, ainda revela que o camponês também realiza emigrações e imigrações temporárias necessárias para manter o trabalhador no campo (trabalho acessório). A cidade é um centro de atração que, na concepção do referido autor, é o local onde se encontra emprego com maior facilidade, onde o camponês pode constituir um lar, "agir como cidadão". Nessa leitura, os camponeses pobres são os que deixam o campo primeiro, movidos pelas condições precárias em que se encontra a agricultura: impostos, dívidas, esgotamento de solo e submetidos à concorrência entre a grande

exploração e a exploração camponesa, estes fatores fazem com que estes sujeitos desenvolvam excessos de trabalho - uma degradação voluntária. O autor esclarece que "quanto mais a gleba perde a possibilidade de encadear ao solo o próprio lavrador, tanto mais a emigração para a cidade se transforma em lei, também, entre os pequenos camponeses" (KAUTSKY, 1968, p.234).

A respeito das sociedades cooperativas, Kautsky revela que a formação dessas organizações é "muito mais fácil para os grandes proprietários do que para os camponeses, pois são menos numerosos e dispõem de tempo, de relações extensas, de conhecimentos comerciais – próprios ou de empréstimo". Destarte, a grande exploração também apresenta vantagens no que se refere às cooperativas em detrimento das pequenas propriedades, que isoladas "tanto pelo seu gênero de trabalho como pelo seu gênero de vida, fechados num horizonte estreito, veem-se eles privados dos lazeres que a administração de uma cooperativa exige" (KAUTSKY, 1968, p.133-134).

Sobre Lenin e "O desenvolvimento do capitalismo na Rússia" verificamos que o problema central é o processo de formação de um mercado interno para o capitalismo no qual o nível de desenvolvimento deste mercado "corresponde ao nível de desenvolvimento do capitalismo no país". Nesta obra Lenin também desenvolve críticas às formulações populistas (LENIN, 1985, p.16).

O capítulo II da referida obra ressaltamos como fundamental para a compreensão das características do marxismo ortodoxo agrário, pois após uma demorada análise dos dados levantados pelo autor, assim como cálculos realizados por ele, Lenin chega à conclusão de que a comunidade camponesa desintegrou-se em três segmentos: os camponeses ricos; os camponeses médios e os camponeses pobres.

Sobre os camponeses ricos ou burguesia rural Lenin caracteriza como um campesinato que "associa à agricultura comercial empresas industriais e comerciais e essa „combinação da agricultura com as oficinas" constitui o seu traço especifico", resumidamente são "camponeses que praticam a agricultura mercantil sob todas as suas formas", que conta com o trabalho de *operários agrícolas* e *diaristas* e que numericamente representa uma parte pequena do campesinato (LENIN, 1985, p.115).

A respeito do campesinato pobre, que inclui o proletariado rural, evidenciamos que este é o "assalariado agrícola, o diarista, o peão, o operário da construção civil ou qualquer outro operário com um lote de terra". A respeito das características destes camponeses o autor nos revela que possuem "estabelecimentos de extensão ínfima", não podem sobreviver sem vender a sua força de trabalho, o "nível de vida é extremamente

baixo" e pertence a eles ao menos metade dos estabelecimentos camponeses (LENIN, 1985, p.116).

No que se refere ao campesinato médio, este é um grupo intermediário e menos desenvolvido, e encontra-se em situação "extremamente instável", pois, na maioria dos casos, "o camponês médio só sobrevive contraindo dívidas a serem pagas em trabalho e procurando rendas suplementares, que advém basicamente da venda de sua força de trabalho". Lenin revela que, ao oscilar entre os grupos extremos (camponeses ricos e pobres), os camponeses médios, na maioria dos casos em colheitas ruins, passam a camponeses pobres e pouquíssimos passam a camponeses ricos, intensificando assim a "descamponização" (LENIN, 1985, p.118).

Segundo Lenin, a desintegração do campesinato cria um mercado interno para o capitalismo, pois o proletariado rural compra mais e o campesinato rico se "esforça para converter em capital os meios de produção que acumula". Os fenômenos que no contexto da economia russa retardavam a desintegração do campesinato eram: servidão, usura e o pagamento em trabalho. O autor afirmava que o sistema necessitava do camponês médio para retardar a desintegração (LENIN, 1985, p.120-121).

Em 1925, o agrônomo e economista Aleksandr Vassilievitch Chayanov publica sua obra "La organización de La unidad econômica campesina" e, a partir de levantamentos estatísticos, realizados na Rússia desde 1870, contribui para os estudos a respeito do campesinato. O autor destaca o fato de que a unidade camponesa é ao mesmo tempo unidade de produção e de consumo ocorrendo a ausência de salário. Chayanov realiza uma análise microeconômica do campesinato diferente dos demais autores, pois parte do modo de produção camponês para compreender sua interação com o sistema capitalista, mas, acima de tudo, os mecanismos que proporcionam a reprodução destes sujeitos. Trataremos desta obra no capítulo a respeito da família camponesa. É importante ressaltar que Chayanov foi um dos continuadores das reflexões da corrente dos narodnistas questionando assim a politica de desintegração do campesinato enquanto classe, para ele o capitalismo permite a existência do campesinato, acredita na resistência dessa forma de produção não capitalista.

Por meio de diversas pesquisas contemporâneas a respeito do campesinato acreditamos que a corrente do marxismo ortodoxo embora equivocada no que se refere ao desaparecimento da classe camponesa obteve êxito em formulações como ao afirmar por meio de Kautsky que o capitalismo ao entrar no campo provoca a concentração de riqueza e que há uma diferença qualitativa entre a técnica da grande e da pequena

exploração, sendo que esta primeira utiliza mais maquinas (observamos por exemplo, o agronegócio). Todavia nossas formulações aproximam-se da corrente narodnista quando reconhecemos nas formulações de Chayanov bases para compreendermos a inserção do capitalismo no campesinato e do campesinato no capitalismo, o que autores brasileiros também confirmam.

2.1 O campesinato no capitalismo e o capitalismo no campesinato

Para elucidar algumas questões a respeito das unidades socioeconômicas camponesas, atualmente inseridas no modo de produção capitalista e como o campesinato sobrevive e é recriado neste/por esse sistema recorreremos à obra de Armando Bartra Verges. Intitulada "Os novos camponeses: leituras a partir do México profundo" (2011), este trabalho apresenta uma análise profunda e atual do tema, além de fornecer subsídios para pensarmos a respeito do camponês em termos econômicos e posteriormente, ao longo, deste trabalho fornecer elementos para as reflexões acerca do camponês na atualidade. Recorreremos, também, ao autor Ariovaldo Umbelino de Oliveira e sua obra "Agricultura Camponesa no Brasil" (2001) para tratarmos da realidade brasileira e, para analisarmos a questão da violência e expropriação, contaremos com a teoria de José de Souza Martins e sua obra "Expropriação e Violência: a questão política no campo" (1991).

Antes de adentrarmos às discussões referentes à exploração do campesinato no sistema capitalista, gostaríamos de pontuar aspectos relacionados à classe social camponesa reproduzida pelo sistema vigente. Verificamos em Verges (2011), no que concerne à classe, que "a existência atual de uma classe social não pode ser explicada por razões de inércia histórica e como herança do passado". Destarte, é necessário concebermos o contrário, "mostrá-la como constituída pela operação do modo de produção imperante". A respeito do campesinato mexicano o autor revela que a produção camponesa é "permanentemente refundada pelas necessidades mutantes do capitalismo", é um "produto da reprodução do capitalismo atual do país" (VERGES, 2011, p. 05).

A respeito dessa discussão, Rosa Luxemburgo no capítulo "A luta contra a Economia natural" da obra "A acumulação do capital" nas primeiras discussões a respeito do tema já nos revelava a necessidade do capitalismo em relação às formas de produção não capitalistas: "O capitalismo necessita, para sua própria existência e

desenvolvimento, estar cercado por formas de produção não-capitalistas". No capítulo anterior ela revela que, "o processo de acumulação de capital está ligado por suas relações de valor e materiais: ao capital constante, ao capital variável e à mais-valia e as formas de produção não-capitalistas" (LUXEMBURGO, 1970, p.314 e 317).

O autor Ariovaldo Umbelino de Oliveira, no referido estudo, aponta para o fato de que no Brasil a pequena propriedade camponesa nasce da necessidade da grande propriedade. Em relação à mão de obra camponesa, este autor destaca como exemplo o caso dos fazendeiros do Oeste do Estado de São Paulo, que, em determinados períodos do ano, necessitam reformar o pasto, contudo estes latifundiários já dispõem de mão de obra de "peões" para o cuidado com o gado e não se dispõe a contratar mais pessoal para tal atividade (devido ao capital necessário para empregá-los). Destarte, ao invés de realizar a contratação, este arrenda a terra para camponeses sem-terra ou com pouca terra que plantam algodão, amendoim, milho, etc; depois da colheita (que às vezes destina-se metade ao fazendeiro) o camponês tem de semear o capim e, assim, reformar o pasto. O latifundiário com esta prática não utiliza nenhum capital para a reforma e ainda obtém lucro com tal atividade (OLIVEIRA, 2001, p.19).

Verges evidencia algumas funções estruturais que possibilitam a reprodução de uma economia camponesa a "serviço da acumulação do capital", dentre elas destacamos o seguinte:

> Regulamenta o abastecimento da força de trabalho requerida pelos capitais agrícola e industrial, e colabora, de maneira importante, para sua reprodução. Essa função é cumprida tanto ao assegurar a subsistência e a disponibilidade dos assalariados agrícolas de tempo parcial, como ao garantir a transferência de força de trabalho adulta e já formada para o setor industrial (o qual, ao mesmo tempo, possibilita a presença de um exército de reserva que permite manter os baixos salários da indústria). O autoconsumo global, incluindo o rendimento obtido pelo trabalho assalariado de tempo parcial entre os camponeses, permite a reprodução integral e permanente de um trabalhador cuja capacidade de trabalho é utilizada apenas parcialmente pelo capital e cujo custo de reprodução total seria oneroso ao capital assumir. (VERGES, 2011, p.06-07).

Oliveira (2001, p.18) ressalta que o desenvolvimento capitalista é contraditório e desigual o que significa que "para seu desenvolvimento ser possível, ele tem que desenvolver aqueles aspectos aparentemente contraditórios a si mesmo".

Todos os aspectos mencionados revelam a resistência do campesinato no capitalismo e os "benefícios" que o sistema incorpora do campesinato para manter sua sobrevivência, revela também um aspecto que será mencionado posteriormente no trabalho a respeito da concepção do teórico Ariovaldo Umbelino de Oliveira a respeito de um processso contraditório e desigual em a pequena propriedade convive com as grandes propriedades e o quanto essa reflexão é atual se pensarmos que a permanência de camponeses no assentamento em estudo é uma forma de resistência do campesinato, vendendo sua força de trabalho nos latifúndios vizinhos, o que proporcionou a compra de lotes pelos filhos de camponeses após anos de trabalho nas grandes propriedades.

2.2 As dimensões da exploração do campesinato

Este tópico nasce da importância de conhecermos o modo como se dá a exploração do campesinato pelo capitalismo, compreendermos as consequências do intercambio desigual positivo ou negativo para o camponês e o que este processo pode causar a esta classe.

Importantes teóricos a respeito do campesinato revelam a importância de partirmos dos estudos de Marx. Tanto Verges (2011) quanto Oliveira (2001), nos traz o estudo de Marx a respeito do movimento da circulação da produção camponesa e o movimento da circulação da produção capitalista. No livro "Para a crítica da Economia Política; Salário, preço e lucro; O rendimento e suas fontes: a economia vulgar" de Marx, que foi traduzido por Edgard Malagodi em 1982, encontramos no tópico "Meio de circulação" as considerações trazidas pelos autores atuais a respeito dos processos de circulação que se apresentam em duas formas: M-D-M e D-M-D, em que M corresponde a mercadoria e D ao dinheiro. No primeiro poderemos considerar como o movimento de circulação da mercadoria camponesa e o segundo da mercadoria capitalista. Sobre M-D-M, Marx explica que,

> O circuito M-D-M decompõe-se em: movimento M-D, troca de mercadoria por dinheiro, ou *venda,* movimento contrário D-M, troca de dinheiro por mercadoria, ou *compra*, e na unidade de ambos os movimentos M-D-M, troca de mercadoria por dinheiro, para trocar dinheiro por mercadoria, ou *vender* para comprar. Contudo, o resultado desse processo é M-M, troca de mercadoria por mercadoria ou o metabolismo efetivo. (MARX, 1982, p. 69-70).

A partir das reflexões de Marx, Verges nos explica que o camponês vende a mercadoria que produz para adquirir outras mercadorias e que não pode simplesmente deixar de vendê-las e passar para outra atividade pelo fato de que seus meios de produção não adquiriram a "forma livre do capital". O camponês que não pode mudar de meio e que necessita comercializar a produção para poder subsistir "não pode impedir que o capital como comprador obtenha as mercadorias que ele vende sistematicamente a preços abaixo do preço de produção" (VERGES, 2011, p. 19-20).

Sobre a mercadoria capitalista Verges (2011) nos revela que o valor de uso e valor de troca são essenciais na mercadoria capitalista e que o valor de troca é o elemento regulador deste tipo de circulação em que a base do processo é D-M-D. "Este raciocínio somente ganha sentido se entre o princípio e o fim existe uma diferença quantitativa, ou seja, se corresponde a D-M-D‟ onde D‟ é maior que D ". De acordo com o autor, D‟ é portadora de valor e de mais valia (VERGES, 2011, p.17).

Oliveira (2001), na produção camponesa (M-D-M), M e M podem ter "valores de uso qualitativamente diferentes" e tanto este autor quanto Marx nos explica que uma mercadoria simples, como o café, por exemplo, pode ser vendido para que o camponês possa comprar sapatos. Se a quantidade de dinheiro que ele obter com a venda do café for maior que o necessário para a compra dos sapatos ou estes estiverem com o preço abaixo do normal, de acordo com os autores, é possível que ocorra uma "acumulação desse dinheiro". Se pensarmos nesse movimento de forma que a mercadoria produzida por este sujeito seja comercializada num preço muito inferior, que ele não consiga comprar os sapatos ou as mercadorias que ele não produz, mas que necessita para viver, esse processo pode levar o camponês à "pauperização" (OLIVEIRA, 2001, p.53-54).

À respeito da exploração do camponês Verges (2011) explica que esta se concretiza no momento em que a mercadoria é submetida ao mercado, ao processo de circulação, no qual o camponês transfere seu excedente. Todavia, o autor nos revela que o pensamento de Marx nos traz a ideia de que a análise do processo de exploração deve ser feita na circulação, mas também no momento da produção - é importante a combinação das duas. Verificamos que nas relações de comprador (camponês) e vendedor (capitalista) o que ocorre é uma relação de explorado e explorador.

Um terceiro caminho, a respeito da situação relatada por Oliveira (2001) a acumulação do dinheiro ou da pauperização do camponês é a reprodução da condição

camponesa dentro do processo global. Sistematizamos as explicações de Verges da seguinte maneira:

"Intercambio desigual pode proporcionar ao camponês mais ou menos que o trabalho necessário contido nos produtos":

↓

Tendências:

a) "Quando proporciona mais o camponês acumula e transforma-se em capitalista".

b) "Quando proporciona menos entra em falência". (grifo nosso)

c) "Reprodução do campesinato como tal pelo capital". (VERGES, 2011, p.25).

Tanto em a) quanto em b) a relação se dissolve, o que resulta no processo de descamponização. Em c) ocorre um processo que será abordado com detalhes quando tratarmos principalmente da obra "Colonos do Vinho", onde evidenciaremos os mecanismos utilizados pelos camponeses para se reproduzir mediante o capital. Ainda sobre este processo o autor sintetiza da seguinte maneira:

> O camponês cria produtos, lança-os no mercado e, ao mesmo tempo, obtém desse mercado outros produtos que consome. O que se evidencia para o camponês é o fato de que nesse intercâmbio de valores de uso, a venda do que ele produz permite apenas obter o necessário para manter sua existência física e de sua família, além de reproduzir o processo produtivo no mesmo nível (isso quando não se configuram perdas absolutas e surge a necessidade de completar sua renda vendendo não apenas produtos, mas também sua própria força de trabalho). Essa exploração não pode ser medida pelo camponês em termos de valor porque durante o processo de produção seu trabalho não se transformou em mercadoria e, paralelamente, na perspectiva capitalista, esta transferência de valor não parece surgir da exploração do trabalho porque o capitalista não interfere diretamente no processo de produção. No entanto, em uma visão de conjunto, o processo constitui um mecanismo de transferência - exploração que se realiza na forma de produtos excedentes que se transformam em valor – na órbita da circulação. (VERGES, 2011, p.32).

Além da compra e venda de produtos, o camponês com certa frequência necessita obter dinheiro adiantado, cujo pagamento envolve também taxas de juros. O autor supracitado, afirma que o camponês necessita vender para poder comprar, mas

que, nem sempre, estas duas práticas coincidem devido ao ritmo próprio (lento, descontínuo) da "produção submetida aos ciclos naturais do trabalho agrícola". Destarte, é necessário comprar as mercadorias necessárias ao consumo vital da família e também realizar a aquisição dos meios de produção. Verges, explica que o pagamento dos juros também se transforma em exploração, na medida em que difere do setor industrial a unidade camponesa, pois "não compartilha com o capital financeiro uma parte da mais-valia por ele expropriada, pois o camponês, enquanto produtor direto, esta cedendo seu próprio trabalho excedente no pagamento de juros" (VERGES, 2011, p. 44).

Verificamos o intercâmbio desigual no mercado de trabalho em que o camponês somente venderá sua força de trabalho (em parte-jornada) quando os rendimentos obtidos com os seus próprios meios de produção não conseguirem garantir a reprodução da sua força de trabalho e de sua família. Destarte, o autor nos revela que o camponês é explorado quando vende sua força de trabalho "por valores que seriam insustentáveis em um setor proletário normal" (VERGES, 2011, p. 51).

A respeito da exploração do campesinato, numa visão de conjunto, o autor nos dá, através desse fragmento, subsídios para que possamos concatenar as reflexões,

> Como unidade de produção e consumo, a economia camponesa é um todo complexo constituído por diversas atividades organicamente entrelaçadas e não há uma lógica específica para cada uma delas senão o fato de que são guiadas pela racionalidade do conjunto. No entanto, a unidade camponesa de trabalho e consumo não é mais do que o suporte de um processo produtivo imerso no capital e definido, sobretudo, por sua condição de trabalho explorado. Essa exploração, que se consuma por meio de diversos mecanismos de intercâmbio desigual, é também um todo complexo constituído por diversas transferências organicamente entrelaçadas. As diversas formas de transferência – exploração incidem sobre um mesmo sujeito socioeconômico e constituem um processo único e multilateral, além de a totalidade do excedente camponês, independentemente das diversas atividades das quais se origina, ser saqueada por procedimentos múltiplos e ao mesmo tempo complementares. (VERGES, 2011, p. 52).

A partir das dimensões acerca da exploração do campesinato num contexto geral, conseguimos compreender os mecanismos que levaram, por exemplo, muitos camponeses assentados a venderem seus lotes a descamponização, compreendemos também, como alguns conseguiram condições melhores de vida e como se deu essa

trajetória a partir das análises dos detalhes dessa circulação de mercadorias propiciada pelos autores mencionados. Assim, adentraremos as discussões do campesinato no Brasil, buscando as reflexões no que se refere às especificidades da classe camponesa no país.

2.3 O campesinato no Brasil

As questões referentes à propriedade privada da terra no Brasil norteiam as discussões a respeito do campo brasileiro. Destacamos dois tipos distintos de propriedade privada: a capitalista e a não-capitalista.

A propriedade capitalista caracteriza-se pela exploração do trabalhador pelo capital, em que o primeiro, destituído de seus instrumentos de trabalho, vende sua força de trabalho ao capitalista. De acordo com Martins (1991, p.55) "quando o capital se apropria da terra, esta se transforma em *terra de negócio,* em *terra de exploração* do trabalho alheio", o autor ainda acrescenta que o a intencionalidade do proprietário é o lucro direto ou indireto, pois se não o faz por meio da exploração do trabalho, então utiliza a terra como mercadoria para ser vendida a altos preços, Martins destaca que nem sempre o capital se apropria da terra para dedicar-se à agricultura.

Em relação à propriedade não-capitalista , o referido autor nos revela que esta não é propriedade de quem explora o trabalho de outros, é propriedade de trabalhador,

> Seus resultados sociais são completamente distintos, porque neste caso a produção e reprodução das condições de vida dos trabalhadores não é regulada pela necessidade de lucro do capital, porque não se trata de capital no sentido capitalista da palavra. O trabalhador e lavrador não recebe lucro. Os seus ganhos são ganhos do seu trabalho e do trabalho de sua família e não ganhos de capital, exatamente porque esses ganhos não provêm da exploração de um capitalista sobre um trabalhador expropriado dos instrumentos de trabalho. (MARTINS, 1991. p.54)

Na propriedade com relações sociais de produção não capitalista evidenciamos o que o autor denominou *terra de trabalho* que, em geral, corresponde a quando o trabalhador se apossa da terra. Martins revela a necessidade de se efetivar uma alteração no regime de propriedade fundiária e reconhecer como legítimo os "regimes de propriedade alternativas", reconhecendo as formas de ocupação de terra realizadas pelos camponeses posseiros e também pelos sujeitos dos movimentos sociais de luta pela

terra. A luta da *terra de trabalho* contra a *terra de negócio* imposta pelo capital tem, como forte aliada dos capitalistas, a lei brasileira que reconhece como legítimo o regime dominante de propriedade.

De acordo com Oliveira (2001), os camponeses no Brasil diferenciam-se internamente a partir do acesso à propriedade ou posse da terra. Os estudos do autor revelaram quatro tipos distintos: *camponeses-proprietários*; os *camponeses-rendeiros*; os *camponeses-parceiros* e os *camponeses-posseiros.* Estes camponeses estão distribuídos por todo o Brasil, todavia, Oliveira chama a atenção para os camponeses-proprietários do Sul do país e para os camponeses-posseiros na região amazônica.

Os camponeses-rendeiros são aqueles que não possuem a propriedade da terra e que, recusando-se ao trabalho nas cidades, optam por transferir, ao proprietário da terra, renda em dinheiro ou muitas vezes renda em trabalho. Os camponeses que não tem acesso à terra e que também se recusam à condição de rendeiros, negando-se a pagar a renda da terra, tornam-se camponeses-posseiros (OLIVEIRA, 2001, p.63).

Dentre as contradições do capital, Oliveira (2001) revela que no Brasil a apropriação camponesa da terra foi consequência da crise do trabalho escravo, pois desde os primórdios da ocupação do país os latifúndios eram predominantes. Esse sistema tinha origem nas capitanias hereditárias, sesmarias, e com as pressões vindas da Inglaterra a respeito do "fim do trabalho escravo" foi necessária uma politica de "colonização" dos capitalistas para incentivar a vinda de trabalhadores europeus para o trabalho nas grandes fazendas (movidos pela promessa de que após um exaustivo período de funções nos latifúndios receberiam suas parcelas de terra). A Lei de Terras de 1950 (que exploraremos posteriormente) garantiu que os ex-escravos e que os imigrantes não tivessem acesso à terra, pois instituiu que esta só poderia ser adquirida mediante a compra.

A concentração da propriedade da terra no Brasil é elevada, uma das consequências sinalizadas por Martins (1991, p.45) desse processo são os conflitos no campo, que posicionam de um lado as grandes empresas internacionais e nacionais, grileiros e latifundiários e do outro lado, posseiros e índios o que resulta em muita violência. O autor nos revela que para a expulsão dos últimos, os fazendeiros e empresas contam com mão de obra especializada (jagunços, pistoleiros) e com oficiais de justiça e também os juízes, especialmente em Estados como o Mato Grosso e Pará.

A expropriação chega até aos que já foram expropriados e que conseguiram através da luta o retorno a terra. Observamos o caso noticiado pelos aparelhos

midiáticos em 2014[4] no Estado do Mato Grosso no município de Itanhangá em que o Ministério Público Federal realiza a denúncia de um esquema composto por fazendeiros, empresários, sindicalistas e servidores públicos (do INCRA) em que estes atuavam nos assentamentos de Reforma Agrária obrigando os camponeses a comercializar seus lotes por preços bem abaixo do mercado, os que se recusavam a tal operação eram ameaçados de morte e expulsos. As terras obtidas ilegalmente pelos fazendeiros eram utilizadas para a criação de gado e cultivo de monoculturas. Observamos com este fato os capitalistas retomando terras que foram destinadas a reforma agrária e realizando uma reconcentração das terras. Sobre a expropriação e a exploração do trabalhador, Martins (1991) revela que,

> A expropriação do trabalhador pelo capital cria as condições sociais para que esse mesmo capital passe ao segundo turno, à outra face do seu processo de reprodução capitalista, que é a exploração do mesmo trabalhador que já foi expropriado. Ele terá agora de vender a sua força de trabalho ao capitalista, segundo regras de mercado, e não conforme as suas necessidades reais. Já não é ele, trabalhador, quem diz quanto precisa, juntamente com a sua família, para sobreviver; é o capital que lhe dirá quanto quer pagar, segundo as leis de mercado. (MARTINS, 1991, p.52).

O autor afirma que na época das primeiras expropriações a propriedade da terra criava o expropriado e o explorado ao mesmo tempo. Atualmente esse processo não ocorre, pois o emprego não é criado na mesma medida em que as expropriações. Verificamos em Martins que a expropriação e a exploração não ocorrem sucessivamente, mas simultaneamente articulados pelo capital. O capital ao se expandir não proletariza necessariamente "parte dos expropriados ocupa novos territórios, reconquista a autonomia do trabalho, pratica uma traição às leis do capital". (MARTINS, 1991, p.18).

A respeito da expropriação, Oliveira (2001) nos revela que o capital também expropria a possibilidade dos filhos dos camponeses de possuírem terra, assim nas regiões onde há maior concentração de propriedades camponesas a expropriação não é direta, os filhos tornam-se proletários na maioria das situações. "Ou seja, a proletarização não precisa atingir diretamente toda a família camponesa, mas atinge seguramente a maior parte dela" (OLIVEIRA, 2001, p. 40).

[4] http://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/2014/11/presos-40-politicos-agricultores-e-servidores-do-incra-em-operacao-da-pf.html.

Ainda a respeito da situação do jovem, o referido autor revela que a migração deste torna-se uma contradição. Destarte, ao mesmo tempo que é inevitável migrar, a mão de obra dos filhos é parte importante da força de trabalho familiar. A escola também auxilia neste processo, pois ela tem preparado os jovens para o trabalho na cidade, "assim, a própria unidade camponesa se incumbe de reproduzir a força de trabalho própria e aquela que o capital precisa" (OLIVEIRA, 2001, p. 60). E ainda, nas palavras de Martins (1991, p. 41), se seguirmos os critérios de herança em relação a propriedade camponesa, "os pobres deserdam os pobres para manter o regime agrícola do trabalho familiar autônomo".

Apesar da violência no campo, da distribuição desigual de terras em que muitos estabelecimentos possuem pouca terra e poucos estabelecimentos detém grandes extensões de terra e de todos os problemas que assolam a unidade de produção camponesa, os dados ao longo dos anos tem demonstrado que a existência da classe camponesa são fundamentais para o país.

Em relação ao pessoal ocupado nos estabelecimentos, Oliveira (2001) organizou os dados do IBGE que correspondem aos anos de 1970, 1975, 1980 e 1985, dividiu para maior entendimento o que corresponde ao trabalho familiar e assalariado.

Quadro 2: Brasil – Percentual do pessoal ocupado nos estabelecimentos

Classes de área (ha)	Familiar				Assalariado			
	1970	1975	1980	1985	1970	1975	1980	1985
Menos de 100	91	91	86	88	9	9	14	12
100 a menos de 1000	59	57	46	48	41	43	54	52
1000 e mais	30	28	17	20	70	72	83	80
Total	85	84	77	78,5	15	16	23	21,5

Fonte: IBGE, Org: OLIVEIRA, A.U, 2001, p.41.

O trabalho familiar é o predominante nas pequenas propriedades e que o número de assalariados somente atingem taxas elevadas em grandes propriedades. A respeito dos dados o autor compreende que,

> O processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil está marcado contraditoriamente por esse processo desigual, que ao mesmo tempo em que amplia o trabalho assalariado no campo, amplia igual e contraditoriamente o domínio do trabalho familiar camponês. Esse processo tem aberto para essas duas formas de produzir no campo espaços distintos de predomínio, o familiar nas pequenas unidades camponesas e o assalariado nas grandes unidades capitalistas. (OLIVEIRA, 2001, p.44).

Ainda a respeito do pessoal ocupado, evidenciamos os dados do censo agropecuário de 2006 que não foram organizados de forma semelhante a de Oliveira, mas que através deles podemos inferir a respeito dos estabelecimentos que apresentam o maior número de trabalhadores no campo.

Quadro 3: Brasil - Pessoal ocupado nos estabelecimentos em 31.12.2006

Classes de área	Número	Número (%)
Até 10 ha	6 749 180	40,7%
Menos de 200 ha	7 228 414	84,4%
De 200 a 1000 ha	1 152 641	7,0%
1000 ha acima	761 904	4,6%

Fonte: Censo Agropecuário 2006, Org.: BARBOSA, H. J. N.; MITIDIERO, M. A.

As informações reveladas pelo censo de 2006 nos dizem que é nas pequenas propriedades que se concentram o maior número de trabalhadores (84,4%) e como verificamos nas informações dos anos de 1970 a 1985 e também em pesquisas qualitativas, o trabalho nestas pequenas propriedades é predominantemente familiar. Os médios somados aos grandes estabelecimentos correspondem apenas a 11,6% do pessoal ocupado no campo.

O próximo quadro traz a distribuição do valor de produção a partir do referido censo (2006). Verificaremos a relação entre o tipo de produção, participação e o tamanho das propriedades, assim, poderemos compreender o papel e a importância destas no contexto brasileiro.

Quadro 4: Brasil – Distribuição do valor de produção

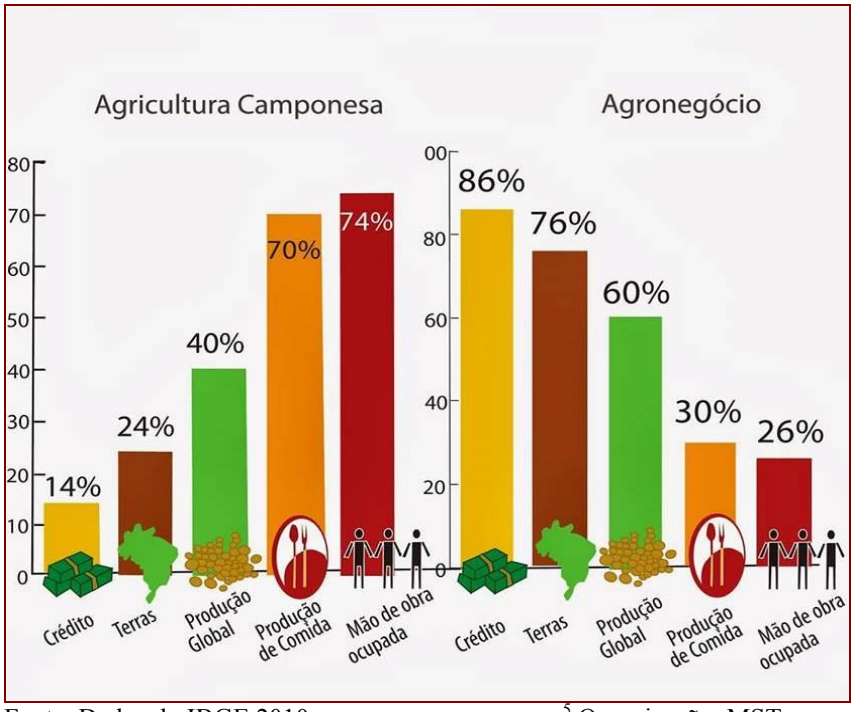
Tipo da produção	Participação	Até 10 ha	Até 200 ha	De 200 a 1000 ha	1000 ha e mais
Animal de grande porte	9,5%	11,7%	76,1%	16,2%	7,1%
Animal de médio porte	3,6%	18,8%	80,7%	9,3%	9,1%
Aves	7,3%	21,5%	75,7%	20,3%	2,5%
Pequenos animais	0,8%	19,7%	58,08%	18,5%	15,4%
Total da produção animal	21,2%	16,6%	76,1%	16,5%	6,2%
Lavouras Permanentes	17,6%	20,2%	75,0%	17,2%	7,8%
Lavouras Temporárias	50,4%	10,4%	41,9%	18,6%	39,2%
Horticultura	3,0%	48,3%	93,2%	4,0%	0,8%
Floricultura	0,4%	36,1%	85,6%	13,1%	0,9%
Silvicultura	4,1%	11,9%	42,5%	14,3%	41,8%
Extração Vegetal	0,9%	21,4%	64,6%	7,3%	3,5%
Total da produção vegetal	76,5%	14,5%	52,1%	17,3%	29,9%
Agroindústria rural	2,3%	23,0%	64,1%	6,7%	26,0%
Total geral da produção	100,0%	15,1%	57,5%	16,9%	24,8%

Fonte: Censo Agropecuário 2006 Org.: BARBOSA, H. J. N.; MITIDIERO, M. A.

A respeito dos dados apresentados pela ultima tabela, no que concerne ao valor de produção, verificamos que no total da produção animal (Animal de grande porte, Animal de médio porte, Aves, Pequenos animais) os estabelecimentos até 10 ha somados aos de até 200 ha correspondem a 92,7% do valor de produção e que os estabelecimentos de 200 a 1000 ha somados aos de 1000 ha e mais totalizam 22,7% da produção.

No que se refere ao total da produção vegetal (Lavouras Permanentes, Lavouras Temporárias, Horticultura, Floricultura, Silvicultura e Extração Vegetal), verificamos que as propriedades até 10 ha somadas às até 200 ha totalizam 66, 6% do valor de produção e que as de 200 a 1000 ha somadas as de 1000 há e mais totalizam 47,2% do valor. Baseados nas informações do Censo agropecuário o MST (Movimento dos trabalhadores rurais sem terra) organizam dados importantes a respeito da produção camponesa e do agronegócio, permitindo uma comparação entre estas formas de produção.

Figura 3: Agricultura camponesa e agronegócio



Fonte: Dados do IBGE 2010. [5] Organização: MST.

Verificamos que 70% da produção de comida vêm da agricultura camponesa que apresenta 74% da mão de obra ocupada. Todavia, este modelo dispõe de apenas 24% das terras e tem acesso apenas 14% do crédito. Por sua vez, o agronegócio tem acesso a 86% do crédito e 76% das terras, mas apresenta apenas 26% da mão de obra ocupada e fornece somente 30% da produção de comida do país.

A respeito da produção de alimentos, Martins (1991, p. 39) afirma que a grande propriedade no Brasil "tradicionalmente não tem interesse na produção de alimentos para o mercado interno, justamente chamada de „lavoura pobre". O grande fazendeiro

[5] Este gráfico é utilizado pelos movimentos nas redes sociais com o objetivo de simplificar o entendimento a respeito dos dados do agronegócio e da agricultura familiar.

prefere produzir para a exportação", o autor ainda acrescenta que, a nossa economia "ainda não se libertou do caráter de economia colonial, ou seja, é uma economia que depende basicamente da exportação de produtos para outros países, como acontecia e ainda acontece com o café e o açúcar" (MARTINS, 1991, p.105).

Oliveira (2001), após organizar os dados do IBGE que correspondem aos anos de 1970, 1975, 1980 e 1985 já apresentava as análises necessárias para a interpretação da questão da produção de alimentos, trabalho e dimensões dos estabelecimentos que perduram até a atualidade.

> Com relação ao volume da produção agropecuária dos estabelecimentos com menos de 100 ha, verifica-se seu predomínio na produção da grande maioria dos produtos, o que reforça a tese de que a produção agrícola deste país depende fundamentalmente dos estabelecimentos de pequenas dimensões, em que prevalece o trabalho familiar. (OLIVEIRA, 2001, p. 102).

A partir das reflexões destes teóricos e de outros que seguiram suas formulações e ainda mediante a análise de dados dos censos agropecuários de diferentes épocas, contextualizamos a respeito da agricultura camponesa no Brasil.

Portanto, o campesinato no Brasil, se configura de formas diferenciadas por todo país. Estas informações nos permite desmistificar as informações de que o agronegócio é "soberano" no campo brasileiro. Depois de refletir acerca destas informações nos deteremos ao campesinato da região noroeste do Estado de São Paulo e enfaticamente a região Oeste do Estado onde há um grande número de assentamentos rurais e o assentamento objeto desta pesquisa.

Capítulo 3 - Das terras prometidas as lutas da Nova Conquista

A luta pela terra dos camponeses do Nova Conquista, não tem origem na região Oeste do estado de São Paulo, local onde está situado o assentamento. A luta começou na região Noroeste do estado, mais especificamente no município de Promissão-SP. Considerada, por pesquisadores e por parte da mídia, como uma das maiores ocupações realizadas no período no estado de São Paulo. Para recontar essa trajetória recorreremos às contribuições do autor Bernardo Mançano Fernandes com o livro "MST: Formação e Territorialização"(1999) e com o "Plano de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento Nova Conquista" coordenado pelo mesmo autor no ano 2000. Recorreremos ainda, as reportagens realizadas pelo Jornal Folha de São Paulo e, principalmente, aos depoimentos dos camponeses do Nova Conquista, nos quais os relatos das experiência no período de acampamento auxiliou-nos na construção deste capítulo. Buscaremos também compreender a formação e a forma de atuação do movimento social fundamental para a organização das ocupações realizadas pelos camponeses deste trabalho, o MST.

De acordo com o referido autor, a gestação do MST começou cinco anos antes de sua fundação em 1984, a partir do trabalho da CPT (Comissão Pastoral da Terra), criada em 1975 para apoiar a luta dos camponeses, eram lutas com o intuito de permanecer na terra (posseiros da Amazônia) e para ter acesso a terra (ocupações de terra no nordeste e no Centro-Sul).

A respeito do que forma um movimento camponês, Fernandes (2008, p.30) nos revela que "quando famílias sem-terra realizam uma ocupação, conquistam a terra e organizam nova ocupação" estão formando um movimento camponês. Nos anos de 1979 até 1985 ocorreram as primeiras ocupações em que famílias criaram comissões e setores com a finalidade de tratar das questões relacionadas a luta pela terra. A partir de experiências construídas na própria luta e experiências de outros movimentos a base do MST começa a ser elaborada.

Segundo Fernandes (2008) em Julho de 1982, no Município de Medianeira (PR) ocorre o primeiro encontro para discutir o crescimento da luta pela terra, organizado pela CPT, pois as ocupações aconteciam em cinco Estados brasileiros (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul). A construção de uma articulação pela CPT visava a superação do isolamento destas lutas e após três

encontros com o intuito de criar um movimento de escala nacional, ocorre então, no dia 22 de Janeiro de 1984 no município de Cascavel (PR) a fundação do MST.

Os princípios organizativos do movimento foram definidos após consultas de lideranças (formadas nas primeiras ocupações) a antigas lideranças das Ligas camponesas, da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) e do Movimento dos Agricultores Sem-Terra (Máster). O referido autor nos revela alguns dos princípios criados a partir desta experiência: "formação de coordenação e direção coletivas como instâncias políticas de decisão; autonomia política; disciplina e respeito às decisões das instâncias políticas; formação educacional permanente" e ainda "jamais separar a luta econômica da luta política; a organicidade deve vincular sempre a base com a direção" (FERNANDES, 2008, p.32).

A territorialização do MST se dá por meio da ocupação, está é "uma forma de enfrentamento, resistência e recriação do campesinato". A ocupação não é uma ação territorial recente, pois desde os primórdios da história do campesinato os camponeses ocupam terra, Fernandes nos mostra dois tipos de ocupação: ocupação de uma área determinada (em que o tamanho da área é primordial para a organização das famílias e mobilização) e ocupação massiva (supera a limitação da área e tem como objetivo o assentamento de todas as famílias), no que concerne ao ultimo tipo de ocupação, esta pode resultar em diversos assentamentos. (FERNANDES, 2008, p.33 e 35).

De acordo com o relatório "Brasil 2013" realizado a partir do Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA), pelo Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projetos de Reforma Agrária (NERA) do ano de 1988 a 2013 foram realizadas 9.046 ocupações em todo o Brasil, com a participação de 1.244.954 famílias. Na região Sudeste foram 2.334 ocupações com 295.242 famílias. No Estado de São Paulo foram 2.394 ocupações com a participação de 299.898 famílias. Estas ocupações relatadas pelo DATALUTA foram realizadas por diferentes movimentos sociais em todo o Brasil.

De acordo com Fernandes, os sujeitos que participaram da luta ao longo dos períodos de formação do MST foram:

> [...] as lutas que geraram o MST foram, simultaneamente, lutas de posseiros e arrendatários para ficar na terra ou expulsos ocupavam latifúndios. As lutas realizadas no segundo momento de formação do MST foram predominantemente de trabalhadores rurais assalariados, que ocupavam terra para se livrarem do assalariamento. As lutas realizadas a partir do terceiro momento de formação do MST contavam em parte com a participação de trabalhadores de origem

> urbana. Portanto, eram lutas que promoviam a ressocialização de trabalhadores que nunca tiveram terra. (FERNANDES, 2008, p.33).

As formas de luta ao longo dos períodos tornaram-se diversificadas e simultaneamente as ocupações desenvolveram-se as manifestações em frente as agências bancárias, marchas ou caminhadas e ocupações de prédios públicos. Segundo o referido autor, a estrutura organizativa do MST é a seguinte:

Instâncias de representação:

- Congresso Nacional
- Encontro Nacional
- Coordenação Nacional
- Direção Nacional
- Encontro Estadual
- Coordenação Estadual
- Direção Estadual
- Coordenação Regional
- Coordenação de Assentamentos
- Coordenação de Acampamentos
- Núcleos de Base

Setores de atividades:

- Secretaria Nacional
- Secretarias Estaduais
- Secretarias Regionais
- Setor de Formação
- Setor de Educação
- Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente
- Setor de Comunicação
- Setor de Finanças
- Setor de Projetos
- Setor de Direitos Humanos
- Coletivo de Relações Internacionais

- Setor de Saúde
- Setor de Gênero
- Coletivo de Cultura
- Coletivo de Mística

Organizações vinculadas:

- Associação Nacional de Cooperação Agrícola (Anca)
- Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil Ltda (Concrab)
- Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (Iterra)
- Escola Nacional Florestan Fernandes. (FERNADES, 2008, p.41).

No que concerne aos sistemas de produção adotados pelo MST em seus assentamentos, Borsatto e Carmo (2013) revelam que o movimento deixou um discurso com uma forte vertente produtivista e tecnicista para adotar outro com um viés agroecológico valorizando outras dimensões.

No discurso produtivista, os autores verificam a influência do marxismo ortodoxo, cuja inspirações são os escritos de Lênin e Kautsky e, visando promover o desenvolvimento econômico nos assentamentos, o movimento apostou no cooperativismo. As CPAs (Cooperativas de Produção Agropecuária) foram incentivadas pelo MST como uma das alternativas viáveis para os camponeses assentados. Todavia, ocorreu a formulação de um modelo uniforme que não respeitou as especificidades de cada região.

A implementação da *teoria de organização do campo* que constitui-se em parte da formação dos assentados em cursos organizados pelo movimento tinha em vista,

> [...] a construção de grandes fazendas de produção coletiva, de inspiração kautskiana e leninista, no modelo dos colcozes soviéticos, ou das cooperativas cubanas, onde todos os meios de produção seriam coletivos, intensamente mecanizadas, com grande utilização de agroquímicos, especializadas, com agroindústrias para transformação da mercadoria e com divisão científica do trabalho. Preconizava uma rígida organização e especialização do trabalho, ao modo industrial, pois somente assim os assentados teriam condições de competir no mercado e concomitantemente desenvolver a consciência revolucionária. (BORSATTO; CARMO, 2013, p. 224).

De acordo com Borsatto e Carmo (2013, p.224) foram muitas as críticas, realizadas por teóricos da questão agrária que destacaram o "padrão impositivo", o "desprezo as características regionais de cada território" e desconsiderar as "características inerentes do campesinato como autonomia e autossuficiência" como fatores negativos a esse modelo. Com tantas características negativas, as CPAs não se transformaram em modelos de sucesso (salvo exceções) e o MST necessitou iniciar uma nova busca por aportes teóricos que subsidiassem as reflexões acerca de um novo discurso ou modelo.

O debate para o surgimento do discurso agroecológico remonta a meados da década de 1990. O novo modelo deveria incorporar a questão ambiental e reflexões sobre sustentabilidade, a prática agrícola realizada sem a utilização de agroquímicos, visando assim, obter alimentos saudáveis e evitar poluição do ecossistema com agrotóxicos. O modelo agroecológico visa ainda à valorização do "conhecimento tradicional camponês" (BORSATTO; CARMO, 2013, p.226-229).

Dentre os aspectos importantes da pesquisa dos autores, destacamos a entrevista realizada com lideranças do movimento. Borsatto e Carmo (2013, p.230) percebem a existência de discursos distintos a respeito da definição de agroecologia dentro do MST. Para parte deles esse sistema é voltado para os assentados, priorizando questões referentes não apenas à produção, mas, também, relativas à alimentação e saúde. O outro discurso é voltado para o "público externo" com um "forte viés político contra-hegemônico".

Retomando a respeito do olhar geográfico sobre o processo de luta do MST, Fernandes (1999) compreende a espacialização e a territorialização da luta pela terra a partir do conceito de espaço social. De acordo com o autor, o espaço social é multidimensional, construção dos sujeitos na luta pela terra é o espaço de socialização politica, uma "forma de desenvolvimento do processo de construção e transformação da realidade, produzida pela materialização da existência social" (FERNANDES, 1999, p.21).

No processo de construção do espaço de socialização política os trabalhadores se articulam e espacializam a luta através de ocupações, construindo assim, através de sua organização o seu espaço. Sobre esse processo temos que,

> [...] Assim a espacialização é compreendida como a reprodução das experiências, que foram construídas com base nas dimensões do espaço de socialização política, em vários e diferentes lugares onde a

> luta começou a se realizar. A espacialização é o movimento dos sujeitos, carregando suas experiências por diferentes lugares do território. (FERNANDES, 1999, p. 236).

Destarte, buscaremos compreender não só o processo de espacialização da luta pela terra dos trabalhadores, que hoje são camponeses do assentamento Nova Conquista, como de todo o grupo que, posteriormente, se fragmentou espacializando a luta por diferentes territórios no estado de São Paulo.

Antes de partirem para Getulina-SP o grupo era de Promissão-SP, vindo de outro processo de luta e a respeito do processo de formação dos grupos, Fernandes (1999) nos revela que ocorreu num período de sete meses com o início em Março de 1993,

> O processo de formação do grupo começou em Março e durante sete meses, em vinte e dois municípios das microrregiões Alta Noroeste de Penápolis, Bauru, Campinas, Médio São José dos Dourados e Divisor São José dos Dourados Tietê, os trabalhadores reuniram-se nas comunidades, em suas casas, nos sindicatos, etc..., onde foram construindo e dimensionando os espaços de socialização política para a formação de vários grupos. (FERNANDES, 1999, p. 212).

De acordo com Fernandes (1999) havia uma coordenação municipal para cada um dos vinte e dois municípios e cada coordenação contava com quatro comissões: comissão de finanças; saúde; segurança das reuniões e a comissão de imprensa. Sobre esse período um de nossos sujeitos sociais, um assentado do Nova Conquista e que, na época, fazia parte da coordenação estadual do MST com uma trajetória de participação em diversas regionais: Itapeva, Sumaré, Promissão relata que,

> *[...] e ai foi logo em 1993 nós começamos a organizar outra ocupação muito grande essa ocupação iria marcar a questão da reforma agrária no estado de São Paulo onde nós queríamos um número maior de famílias onde nós juntemos a militância do estado inteiro varias regionais e partimos para fazer o trabalho de base e o trabalho que eu fazia era frente de massa setor do movimento sem terra que organiza as famílias na base e de la nós começamos a organizar essas famílias preparar para vir para essa grande ocupação só que nós não sabíamos onde que era mais ou menos a região que nós iriamos entrar, ai surgiu a fazenda Jangada ocupamos a fazenda Jangada em*

> *1993 (Camponês do assentamento Nova Conquista, entrevista realizada em Janeiro de 2014).*

De acordo com depoimento, seu primeiro contato com o movimento social ocorreu de diversas formas, desde o cunhado que avisou a família das reuniões até o sindicato da fábrica de papelão, caso do agricultor membro da coordenação estadual, sindicato dos rurais. Sobre esse primeiro contato uma das camponesas do assentamento Nova Conquista nos revela o seguinte,

> *Foi através de um amigo, ele era do sindicato né, um tal de Toninho la de Promissão, sindicato dos rurais, então como eu tinha muita amizade com ele, ele pegou e falou pra mim né, mas antes disso o meu irmão já tinha entrado num assentamento la na Agrovila, la dos 44 de Promissão mas só que eles foram para o barraco tudo na beira de pista tudo certinho também, e depois que eles conseguiram o lote, e nisso eu entusiasmei também com isso, eu peguei e vim nessa...(Camponesa do assentamento Nova Conquista, entrevista realizada em Janeiro de 2014).*

Depois do período de reuniões, no dia 9 de Outubro de 1993 duas mil e quinhentas famílias ocuparam as fazendas Jangada (5.741 hectares) e Ribeirão dos Bugres (484 hectares), ambas situadas em Getulina-SP. Sobre o momento da partida em direção ao acampamento e o trajeto, um de nossos sujeitos sociais nos revela que,

> *[...] ai nós saímos conhecíamos a região, mas era...diziam que era por perto, inclusive a maior parte do povo que era dali achou que iria pra um lado né e vieram pra outro nós pegamos sentido Macuco, Getulina [...] e ai nós fomos por essa estrada de chão, inclusive quando nós estávamos indo me bateu um arrependimento eu quis voltar para trás mas não tinha como voltar, porque você olhava para trás tinha tanto carro, tanto ônibus e caminhão, que você não tinha como voltar sabe, você olhava pra frente também, e a gente andava e andava e não chegava no destino era bem longe, tipo da onde eu morava até onde nós fomos dava tipo uns 65 Km entendeu, era bem longe e desses 65 Km bem pouco de asfalto, o resto era estrada de terra cortando, ai eu fiquei la, ai a gente ficou 40 e poucos dias na fazenda. (Camponês do*

assentamento Nova Conquista, entrevista realizada em Janeiro de 2014).

A família Ribas, ex-proprietária da fazenda na qual hoje situa-se o assentamento Reunidas (Promissão-SP) também era a proprietária das fazendas Jangada e Ribeirão dos Bugres. O assentamento Reunidas de acordo com Simoneti (2011, p.54) foi o primeiro realizado no Estado de São Paulo sob o 1º Plano Nacional de Reforma Agrária no ano de 1997 e possui 634 famílias assentadas, em outros momentos do trabalho falaremos da importância deste assentamento para o assentamento em estudo. Durante a ocupação dos trabalhadores nas propriedades, a família Ribas ganhou liminares de interdito proibitório e reintegração de posse e realizou-se vários despejos. Inicialmente, o acampamento contava com sessenta e cinco grupos e cada um contava com aproximadamente quarenta famílias. Comissões foram formadas também no acampamento (negociação, saúde, imprensa, educação, finanças e segurança) e os trabalhadores contaram com o apoio do bispo D. Irineu Danelon, da diocese de Lins, que celebrou, no dia 12 de Outubro, uma missa de ação de graças (FERNANDES, 1999).

Os trabalhadores exigiam do INCRA a realização de vistorias, todavia, mesmo depois de um mês após a primeira ocupação das fazendas em Getulina, essas ainda não haviam sido realizadas. Após manobras dos advogados da família Ribas, apenas no dia 18 de Novembro os técnicos do INCRA emitem o laudo oficial das vistorias realizadas, constando que a fazenda Jangada de fato era improdutiva, mas a Ribeirão dos Bugres era produtiva. No dia 19 de Novembro o MST, deputados do PT e do PC do B tentaram juntamente com o bispo negociar a suspensão do despejo das famílias, mas não obtiveram sucesso. Às 16h:30min., começou o despejo de 2.500 famílias por 2.000 policiais (FERNANDES, 1999).

Ainda segundo Fernandes (1999, p.238) o acampamento "é na sua concretude o espaço de luta e resistência, é quando os trabalhadores partem para o enfrentamento direto com o Estado e com os latifundiários" e as consequências após ocupação do latifúndio são "(im)previsíveis".

A operação de despejo da polícia militar contava com polícia feminina, cavalaria, dois helicópteros, canil - uma demonstração de força do governo, considerada desnecessária pelo bispo D. Irineu no depoimento evidenciado na obra de Fernandes (1999).

Figura 4: Notícias acerca do despejo

PM expulsa sem-terra com bombas de gás

Cerca de 2.500 posseiros formaram cordão humano de 1,5 km em torno de fazendas, mas não adiantou

ULISSES DE SOUZA
Da Agência Folha, em Presidente Prudente

Cerca de 1.500 soldados da Polícia Militar invadiram ontem às 16h40 o acampamento das 2.500 famílias que há 42 dias ocupavam as fazendas Ribeirão dos Bugres e Jangada, em Getulina (473 km a noroeste de São Paulo). Segundo a advogada Mette Orlandini, do Movimento dos Sem-Terra, cerca de 20 pessoas foram feridas. A PM não deu informações a respeito.

Os invasores, incluindo mulheres e crianças, formavam um cordão humano de cerca de 1,5 km ao redor do acampamento para evitar o despejo quando a ordem de invasão foi dada pelo coronel Mello Araújo.

A polícia decidiu invadir o acampamento depois de um dia tenso, marcado por várias negociações. Cerca de 90 policiais do Comando de Operações Especiais (COE) entraram pelos fundos do acampamento, enquanto a cavalaria e a tropa de choque lançaram contra os sem-terra bombas de efeito moral e de gás lacrimogêneo. Houve muita confusão. Até as 19h não havia informações sobre pessoas feridas.

ONDE FICA

A invasão aconteceu depois que policiais e sem-terra haviam negociado uma desocupação pacífica. Os barracos do acampamento deveriam ser desmontados pelos invasores, o que acabou não ocorrendo, apesar de a lona e de duas laterais da "escola" terem sido retiradas. A **Folha** apurou que a polícia ficou irritada com a demora na desmontagem dos barracos.

A polícia deveria iniciar na noite de ontem o transporte dos sem-terra retirados das fazendas. Cinco caminhões foram colocados à disposição da polícia pelo fazendeiro Antonio Ribas.

À 0h de ontem, 300 homens da polícia já haviam ocupado a sede da fazenda, posto de vigilância dos sem-terra. Com a ocupação, os sem-terra recuaram cerca de 500 metros para montar uma nova barreira. Os comandantes da operação, coronéis Luiz Antonio de Araujo Rocha e Mello Araujo, deram um prazo até as 12h para a saída pacífica.

Desapropriação

O ministro Carlos Velloso, do Supremo Tribunal Federal, liberou ontem a fazenda Jangada para desapropriação pelo governo federal. A pedido do procurador-geral da República, Aristides Junqueira, Velloso excluiu essa fazenda de uma liminar concedida por ele mesmo na última sexta-feira. Agora, só a Ribeirão dos Bugres fica garantida contra decreto de desapropriação. A vistoria do Incra concluiu que a Ribeirão dos Bugres é propriedade produtiva, mas a Jangada é improdutiva e, portanto, sujeita a desapropriação.

Colaborou a Sucursal de Brasília

Horacio Villalobos/Agência Globo

Policiais da tropa de choque entram em confronto com trabalhadores sem-terra

Fonte: Jornal Folha de São Paulo, 20.11.1993.

Esse despejo marcou a história dos camponeses do assentamento Nova Conquista, os camponeses nos revelaram diversas vezes que eles eram "tocados, feito bois".

> [...] *era tanta gente que você pensa onde mora mil famílias mesmo contando com gente sozinho, da bastante barraco né e a gente dado a mão, um com o outro quase que deu a volta no acampamento, de tanta gente que tinha ai a gente ficou e resistimos até o ultimo caso mesmo, e ai as policias chegou veio muita policia, muita policia, eu nunca tinha visto um negócio daquele parecia que era uma guerra, eles trouxe corpo de bombeiro, policia militar, batalhão de choque, que eu nunca tinha visto na minha vida e policia de tudo o quanto era jeito, e vinha pelo meio do mato e de helicóptero e despejou nóis naquela época eu tinha uma menina que tinha 2 anos de idade, tinha outra que tinha acho que 5 anos, e ai a gente saiu de a pé como se fosse uma boiada tocando, a gente contando, mas parecia uma boiada sabe, as policia foi juntando assim, encima dos cavalos e jogando bomba, e ajuntando assim para o cruzeiro para o meio do acampamento, e foi tocando pra estrada para tirar pela porteira e nós*

saímos de a pé. (Camponês do assentamento Nova Conquista, entrevista realizada em Janeiro de 2014).

O cruzeiro de que os camponeses falavam em seus depoimentos pode ser evidenciado na foto do repórter fotográfico do Jornal da Manhã de Marília, Alexandre Lourenção, que esteve no referido despejo.

Figura 5: Trabalhadores passando pelo cruzeiro

Fonte: Alexandre Lourenção[6], 1993.

Na próxima foto evidenciamos o cordão humano dos acampados que, segundo a notícia do jornal Folha de São Paulo, contava com 1,5 Km de extensão e o formado pelos policiais.

[6] As fotos foram publicadas no blog "Alicevia", colega de trabalho de Alexandre Lourenção no Jornal da Manhã de Marília.

Figura 6: Cordão Humano

Fonte: Alexandre Lourenção, 1993.

O cordão humano foi formado pelos trabalhadores protegendo o acampamento, mas, de acordo com os depoimentos e reportagens, ele foi rompido facilmente pelos policiais. Os camponeses do Nova Conquista relataram o que evidenciamos também nos jornais em relação à denuncia que foi efetuada pela OAB em relação à violência dos policiais contra as crianças.

> *[...] tinha um amigo meu que viu uma criança e quando ele ia acudir a criança, vinha um cara do cavalo com uma espada na mão ele tirou a criança da frente do cavalo porque ele iria passar encima e o cara da espada deu uma espadada no braço dele, furou o braço dele, transpassou, ai ele procurou socorro deu ponto e tudo. (Camponesa do assentamento Nova Conquista, entrevista realizada em Janeiro de 2014).*

Figura 7: Policiais destruindo o acampamento e crianças com medo

Fonte: Alexandre Lourenção, 1993.

Ainda em relação à violência, uma camponesa relatou que teve o filho internado no hospital da região devido à intoxicação com o gás, outra camponesa teve suas costas feridas devido a um "estilhaço" de bomba e ainda temos relatos de crianças e adultos que tiveram os braços queimados. O MST divulgou que foram mais de 100 feridos, enquanto alguns meios de comunicação divulgam 20 feridos, uma das coordenadoras do grupo de uma das camponesas do Nova Conquista conseguiu passar despercebida pela policia após trocar de roupa com o filho da referida entrevistada. A crítica às lideranças também foram mencionadas pelos assentados, pois alguns deles revelaram que, diante de todo o cenário de guerra que estava se formando, as lideranças deveriam ter incentivado a saída dos acampados.

Após o despejo, do qual os acampados não puderam pegar se quer água ou os documentos, as famílias caminharam por 17 quilômetros até o distrito de Macucos, ainda no município de Getulina. A família proprietária da fazenda disponibilizou caminhões para a retirada das famílias, todavia, elas se recusaram com medo de "represarias",

> *No caminho, levaram as crianças e a gente andou muito, muito mesmo a pé, quando estava muito cansado e passava alguns ônibus com algumas pessoas que a gente conhecia a gente entrava dentro porque o capanga la do fazendeiro estava tentando pegar as pessoas, matar ou fazer alguma coisa assim né, então não dava pra gente confiar e entrar em qualquer condução, qualquer ônibus, só quando a gente via alguém do movimento ai entrava.(Camponesa do assentamento Nova Conquista, entrevista realizada em Janeiro de 2014).*

Ainda sobre a caminhada até Macucos, na trajetória, uma camponesa nos revela que *"nós saímos de a pé de lá fomos para Macuco, bebendo água suja de poça, comendo maxixe verde, maxixe maduro que achava na estrada sem cozinhar e sem sal, estava todo mundo com fome e até chegar no Macuco o bicho pega*". Alguns camponeses disseram que muitos deles não tinham bebido água ou realizado alguma refeição durante o dia todo e a fome perdurou até o dia seguinte. A cooperativa do assentamento Reunidas, após se informar a respeito do que estava ocorrendo enviou um caminhão do assentamento para auxiliar no transporte, assim, mulheres, crianças e idosos puderam ser transportados de parte do caminho até o distrito. Sobre a chegada dos acampados no distrito, o jornal Folha de São Paulo datado de 21 de Novembro de 1993 noticia que,

Figura 8: Acampamento na cidade

GETULINA

Sem-terra deixam fazendas e acampam na cidade

Da Agência Folha

Os trabalhadores sem-terra retirados pela Polícia Militar das fazendas Jangada e Ribeirão dos Bugres acamparam em Macucos, distrito de Getulina (473 km a noroeste de São Paulo). Eles estão na praça central do distrito, em frente à igreja. Não há policiamento especial no local. A PM ficou nas áreas das fazendas. Os invasores disseram que só saem da cidade quando o Incra destinar uma área para assentamento.

Acompanhados por PMs, alguns dos invasores voltaram ontem pela manhã às duas fazendas para apanhar pertences. O soldado Fernando Basílio da Silva, do posto da PM em Getulina, disse que às 12h o clima era calmo entre os sem-terra acampados em Macucos.

A Santa Casa de Getulina informou ontem que cerca de 20 trabalhadores sem-terra, entre crianças e adultos, foram atendidos no hospital e nas fazendas por uma equipe de médicos e enfermeiros. Segundo a direção do hospital, as pessoas atendidas apresentavam ferimentos leves, como entorses, cortes e contusões.

O soldado Basílio da Silva disse que a PM não sabia se as 2.000 famílias de sem-terra ficarão acampadas em Macucos. O único posto telefônico do distrito ficou congestionado ontem, com o aumento de número de usuários para somente uma linha de telefone.

No Mato Grosso do Sul, Vera Luiza Dias, que integra a liderença do Movimento Sem-Terra, afirmou que as 400 famílias que invadiram quinta-feira passada a fazenda Andalúcia, no município de Nioaque (MS), estimam que a PM faça o despejo amanhã. Segundo ela, até as 12h de ontem (horário de Brasília), a situação no local era tranquilo.

O superintendente do Incra no Estado, José Vicente de Oliveira, disse que somente amanhã a Polícia Militar deve receber a ordem de despejo e desapropriação de posse da fazenda, concedida pelo juiz de Nioaque, Danilo Burim, ao proprietário da fazenda, Rafael Gutierrez, anteontem.

Paulo Miguel/Folha Imagem

Família de sem-terra monta acampamento em Macucos, distrito de Getulina

Fonte: Jornal Folha de São Paulo 21.11.1993

De acordo com os camponeses, em Macucos bombas de gás lacrimogêneo foram lançadas na porta e, também, dentro da igreja, aonde eles buscavam abrigo sob a proteção do padre e de freiras do distrito. Na igreja parte deles receberam doação de "pão de ontem", dormiram em bancos e também no chão, sobre o período no distrito a assentada do Nova Conquista nos revela detalhes,

> *[...] Quando nós chegamos em Macucos já estava escurecendo, chegando em Macucos eles soltavam bombas no meio do povo la no distrito, ai nós chegamos la e a porta da igreja estava aberta né, a igreja estava lotada não cabia mais gente e eles soltaram bomba quase dentro da igreja, soltou bomba no pátio da igreja e o padre pedindo, aquelas freiras pedindo, eles falando e reclamando, as freiras choravam você precisava de ver, elas pediam pra eles ter mais um pouco de dó das crianças né e quando eles viram que levou tudo e soltou em Macucos ai eles voltaram tudo pro acampamento de novo, mas só que ficou tudo cercado de policia ainda voltou um pouco, o outro pouco ficou la vigiando, nós passamos a noite ali, e esses meninos pelados sem roupa, e pernilongo. (Camponesa do assentamento Nova Conquista, entrevista realizada em Janeiro de 2014).*

No que diz respeito a relação da população de Macucos com a chegada das 2.500 famílias, os camponeses revelaram que foram recebidos da melhor maneira, alguns relatam que a população local até se revoltou com a ação da polícia. Dentre os registros guardados por meio de fotos (por camponeses do assentamento) conseguimos a imagem que retrata os acampados dentro da igreja e, pela foto, evidenciamos a grande quantidade de pessoas dentro do templo.

Figura 9: Acampados dentro da igreja em Macucos

Fonte: Foto cedida pelos camponeses em trabalho de campo (2014).

No outro dia, os trabalhadores, acompanhados de policiais, puderam voltar ao acampamento para retirar suas coisas. Devido ao medo, poucos voltaram no mesmo dia do despejo para retirar suas coisas; o cenário descrito foi de destruição, as lonas estavam todas rasgadas, em alguns carros faltavam peças ou estavam com pneus furados pelas espadas dos policiais e alguns pertences haviam sumido.

De acordo com Fernandes (1999), em Fevereiro de 1994, após um tempo no distrito, as famílias voltaram a ocupar a fazenda Jangada com o intuito de apressar o processo de desapropriação. Todavia, durante um confronto entre os trabalhadores e os jagunços da fazenda, ocorreu a morte de um jagunço e, diante do ocorrido e temendo um novo despejo, as famílias desocuparam mais uma vez o latifúndio.

Figura 10: A morte do Jagunço

FOLHA DE S. PAULO — brasil — Quinta-Feira, 10 de fevereiro de 1994 1-11

SEM-TERRA

Conflito em Getulina provoca uma morte

Invasores e empregados da fazenda divergem sobre quem iniciou tiroteio; policiais devem desocupar área hoje

Da Agência **Folha**, em Getulina

Uma pessoa morreu e outra ficou ferida em tiroteio ocorrido às 9h de ontem na fazenda Jangada, em Getulina (473 km a noroeste de São Paulo), invadida na madrugada da última segunda-feira, dia 7, por 2.300 famílias de trabalhadores sem-terra. O conflito aconteceu quando dois empregados da fazenda e um amigo tentavam passar por uma estrada próxima ao acampamento dos invasores.

Rafael Ortelhado, 69, amigo dos empregados, morreu às 19h. Ele recebeu um tiro na nuca e foi internado na Santa Casa de Tupã, em coma irreversível. Nem chegou a ser operado. Os empregados eram os irmãos Eurides e Edson Amorim. Eurides sofreu ferimentos leves (foi atingido por estilhaços).

Empregados

Edson Amorim disse à polícia que estava se dirigindo à fazenda Jangada para apartar bois, quando percebeu uma barricada de tronco de árvores em local próximo ao acampamento dos sem-terra. Ele disse que foi abordado por cerca de 50 deles, que tentaram tirar os ocupantes da caminhonete.

Para o advogado Régis Tortorella, que representa o fazendeiro Antonio Ribas, os sem-terra "queriam tomar os ocupantes da caminhonete como reféns para negociar uma saída com a polícia". Amorim disse que acelerou o veículo, na tentativa de transpor a barricada e fugir, quando vários tiros foram disparados pelos sem-terra. Um deles acertou a nuca de Rafael Ortelhado. O médico José Bavaresco, que cuidou dos dois casos, disse que havia duas perfurações de bala na região da cabeça de Ortelhado. "Uma na nuca e outra na testa."

Sem-terra

A versão dos sem-terra é a de que eles revidaram os tiros disparados do interior da caminhonete. "Na noite anterior, os empregados da fazenda estavam a cavalo quando dispararam contra o acampamento. Ontem voltaram de caminhonete e tentaram nos intimidar com tiros", disse Marco Silva, do Movimento dos Sem-Terra (MST). Ele disse que a segurança no acampamento foi reforçada por causa do incidente.

O inquérito policial será dirigido pelo delegado seccional de Lins, Alvaro Cardim, que hoje deverá ouvir os irmãos Edson e Eurides Amorim. Segundo o advogado Régis Tortorella, Rafael Ortelhado mora em Campo Grande (MS) e estava hospedado na casa dos irmãos Amorim para fazer em Lins um tratamento médico no joelho.

O conflito aumentou a tensão na fazenda Jangada. A Polícia Militar ultimava ontem à tarde os preparativos para retirar os sem-terra hoje pela manhã. A ação policial deverá contar com a tropa de choque e cavalaria, de São Paulo, que chegaram a Lins no início da noite de ontem.

(Ulisses de Souza)

Fonte: Jornal Folha de São Paulo, 10.02.1994.

Após desocupar o latifúndio, os policiais cercaram o distrito e não deixaram que as famílias retornassem a Macucos, assim, a opção foi acampar à beira da rodovia. Fernandes (1999) nos revela que os trabalhadores acamparam às margens da rodovia que liga Getulina a Tupã e que o acampamento contava com três quilômetros de extensão. A destruição de vinte barracos ocorreu mediante um incêndio criminoso no dia 17 de Março.

Durante o período de acampamento na rodovia, ocorreu uma dissidência entre as principais lideranças do MST o que dividiu o acampamento em dois grupos de famílias, "a razão da divisão foi devido a existência de duas concepções diferentes da luta (...) algumas lideranças tentaram massificar o processo de luta". Tal fato, foi contestado por muitas famílias e também por lideranças ocorrendo a divisão (FERNANDES, 1999, p.218). Sobre esse episódio, relata um camponês, que participou do processo de luta e hoje assentado:

> *Nesse intervalo, teve uma discussão no acampamento, entre lideranças, teve um racha, e eu fui pra esse racha, eu tinha bastante*

> *colega conhecido que foi e eu também fui, ai fui e fiquemos um ano [...] nós ficamos ali mesmo, a luta era tudo uma coisa só, só separou porque era do MST, movimento né, ai esse pessoal que brigou ficou pra ca, é MST também mas a briga foi entre as lideranças entre eles e ficou uns já tava querendo sair fora do MST porque achou que o trabalho deles não estava bom na época né, ai nessa época esse negociador que ficou pro lado que eu estava, mas no mesmo lugar só que eu mudei de barraco, a pista era longa então pulava um pedaço, o mesmo acampamento mas tinha um pessoal que era outro negociador, ai nesse intervalo que a gente estava la a gente acompanhava sabe, as vezes a gente entrava la junto mas estava apoiando ou ia la [...]* (*Camponês do assentamento Nova Conquista, entrevista realizada em Janeiro de 2014).*

Em 1994, o governo federal decretou a fazenda como improdutiva e, portanto, sendo destinada para fins de reforma Agrária. No entanto, a família Ribas conseguiu anular o decreto do então presidente Itamar Franco e conseguiu validar o laudo pericial que havia encomendado, ocorreu mais um despejo dos acampados no mês de Junho e todos esses fatos, aliados à divisão do MST, favoreceu para que ocorresse a desmobilização das famílias acampadas. Evidenciamos, nesse caso, o êxito dos fazendeiros que conseguiram a desmobilização de 2.500 famílias que se distribuíram pelo Estado, integrando lutas antigas ou começando novas lutas (FERNANDES, 1999).

Dessa luta em Getulina, originaram três outros grupos, que foram de caminhos diferentes: um grupo de famílias foram para regiões como a de Tremembé (no vale do Paraíba), outro grupo foi para a região de Bauru no município de Guarantã e outro para o Pontal do Paranapanema. Processo esse que podemos entender como espacialização da luta pela terra (Fernandes, 1999). Iremos afunilar nossas investigações acerca do destino de 250 famílias que se dirigiram em Dezembro de 1994 à região do Pontal do Paranapanema, mais especificamente ao município de Rancharia-SP. Porém, antes de adentrarmos na chegada dessas famílias no município, convém que façamos uma contextualização acerca da luta pela terra na nesta região, bem como apresentar suas características principais.

3.1 A luta e resistência dos camponeses sem-terra do Nova Conquista nas terras griladas do Pontal do Paranapanema

A região denominada Pontal do Paranapanema situa-se a oeste do Estado de São Paulo, um território nacionalmente conhecido por intensos conflitos fundiários. No que concerne à hidrografia do Pontal, é importante destacar a existência dos rios: Paraná, rio do Peixe (nasce próximo a Marília), rio Santo Anastácio (nasce em Presidente Prudente-SP) e o rio Paranapanema. Leite (1999) destaca o rio Paranapanema por separar o Estado de São Paulo do Estado do Paraná, ao sul da região. Segundo Passos (2004, p.177), "é uma mesopotâmia limitada ao norte pelo rio Paraná, ao sul pelo rio Paranapanema, a oeste pela confluência desses dois rios. O seu limite leste deslocou-se ao sabor do avanço da fronteira agrícola".

De acordo com Leite (1999), o arenito-caiuá é uma das características físicas mais importantes da região, pois este deu origem ao solo ao qual o autor caracteriza como sendo fortemente arenoso de "fertilidade efêmera", "pouco compacto e extremamente friável, tão logo se lhe retira a vegetação, que age como manto protetor, desfaz-se, sendo facilmente carregado pelas enxurradas". O referido autor ainda nos adverte sobre a origem desértica do arenito o que, segundo ele, dificulta o acesso à água e, com isso, acarretando na necessidade de poços com 80 metros de profundidade (LEITE, 1999, p.19).

Braido e Tommaselli (2010) utilizam a classificação de Koppen (1948) e revela que a região em evidência situa-se numa área em que ocorre a transição entre o clima "Megatérmico Úmido e Subúmido com característica Aw (inverno seco) e o Mesotérmico Úmido e Subúmido, com característica Cfa (sempre úmido e verão quente)". Os autores salientam que isso ocorre devido à localização da área, pois, nesta, atuam sistemas de circulação tanto tropicais como subtropicais e verificaram que, numa série histórica de dados de 1971 a 2007, a média de precipitação pluviométrica anual para a região é de 1295,5 mm (BRAIDO, TOMMASELLI, 2010, p.19).

No que se refere à cobertura vegetal, Leite (1999) propugna ser do tipo arbóreo, com espécies latifoliadas, considerada Floresta Tropical. No intuito de proteger a área de mata atlântica, afastada do litoral, o governo estadual, na década de 1940, criou três reservas florestais: Lagoa São Paulo, Pontal e Morro do Diabo. O processo de invasão por parte dos grileiros e posseiros da região acabou por extinguir duas dessas reservas (a Lagoa São Paulo e a Pontal). Resistindo, bravamente, apenas a do Morro do Diabo. A

respeito da atividade econômica que auxiliou no desmatamento das reservas Ferrante e Barone (2008) revelam que,

> A partir dos anos 1960 e 1970, o desmatamento das florestas teve como finalidade o desenvolvimento da pecuária, que tem sido a principal atividade econômica da região desses últimos 30 anos. Nesse período, a região passou a ostentar o título de "capital do Nelore Mocho", dado o tamanho do rebanho dessa raça de bovinos, muito apropriada para a pecuária de corte. (FERRANTE, BARONE, 2008, p.287).

Ostentar o discurso de "capital do Nelore Mocho" significou, para a região do Pontal, a devastação de duas reservas inteiras, empobrecendo ainda mais o solo. A reserva Parque Estadual Morro do Diabo foi a única que restou (não adentraremos aos detalhes dos "ataques" que ela sofreu ao longo dos anos, mas é importante registrar que ela não resistiu ilesa e sem sofrer danos).[7]

Figura 11: Vegetação do Morro do Diabo

Organização da autora. Trabalho de campo em Setembro de 2013.

[7] Para ver mais detalhes sobre o assunto: José Ferrari Leite (1999) com a obra "A ocupação do Pontal do Paranapanema".

Nessa região, num primeiro momento, ocorreu a frente de expansão que, segundo Martins (1975, p.46), a principal caraterística é o uso privado de terras devolutas. Todavia, esta não é utilizada como mercadoria e seus principais atores são ocupantes ou posseiros. Os novos "desbravadores" não apresentavam o menor pudor de invadir terras devolutas e, principalmente, de destruir os territórios indígenas dos "Caiuá" e "Caingangues" (Leite, 1999).

Sobre a frente pioneira que veio posteriormente, Martins (1975, p.47) afirma que esta se caracteriza pelo empreendimento econômico: "empresas imobiliárias, ferroviárias, comerciais, bancarias etc." a terra, neste caso, não é ocupada, mas comprada, ou seja, ela é transformada em mercadoria. Os grandes latifúndios atualmente nos apontam para o fato de que os grandes proprietários foram os que mais se beneficiaram nessas invasões de terras devolutas, visto o predomínio das fazendas na região.

Leite (1999) nos diz que no "processo de ocupação de terras, então reservadas, tudo era válido: o suborno de escrivães, juízes e promotores; o compadresco político e, eventualmente, o recurso às armas de grupos de jagunços e soldo dos interessados". A prática da grilagem foi amplamente disseminada entre os grandes proprietários da região, o que resultou na concentração de grandes propriedades nos locais que anteriormente eram áreas de reservas. Sobre a prática da grilagem na região do Pontal temos que,

> Grandes dimensões de terras com documentação falsificada pretensamente antiga, submetida por décadas à ação dos grilos estrategicamente colocados entre papéis forjados em gavetas hermeticamente fechadas - caracterizam parte das áreas do Pontal do Paranapanema. (ITESP, 2007, p.15).

De acordo com Feliciano (2009, p.223), o aperfeiçoamento da prática de grilagem, as técnicas e estratégias foram disseminadas por décadas antes da construção da linha férrea, cujo início remonta a 1889. O autor afirma que tal fato decorre das "contradições do processo de constituição da propriedade privada da terra no Brasil".

A partir de 1850, quando fora instituída a primeira Lei de Terras no país, passou-se a operar o mecanismo de compra e venda para adquirir a terra substituindo a concessão de sesmarias, que era realizada mediante a doação de terras pela coroa para quem reunisse as devidas condições para cultivá-las.

A Lei nº 601, de 18 de Setembro de 1850, foi importante para o processo de privatização de terras no Brasil, pois criou parâmetros legais para que esta ocorresse. Além de instituir que a concessão de terras só poderia ser realizada mediante a compra (excetuando apenas as terras que faziam limite com países estrangeiros) a lei também esclareceu o que é terra devoluta, um conceito que, de acordo com Feliciano (2009), é utilizado até hoje em São Paulo.

Tendo em vista que esses acontecimentos se deram na mesma época da extinção do tráfico negreiro, o Estado passaria a compreender quais terras seriam suas somente depois do "registro" das propriedades privadas sendo que, posteriormente, suas terras seriam parceladas e vendidas aos imigrantes. A respeito dessa tentativa do Estado de realizar um levantamento de suas terras (a partir do "registro" de terras privadas) e instituir a aquisição mediante compra e venda na região do Pontal do Paranapanema ocorreu que,

> O Pontal do Paranapanema, ainda denominado sertão de terrenos desconhecidos, passou por várias tentativas desse reconhecimento de registros de terras perante o Estado, mas sem eficácia, pois a origem dos títulos sempre foi questionada por conter no seu processo de constituição razões não explicadas e de caráter duvidoso. Foram vários os episódios, desde a falsificação de papéis e até mesmo assinatura, tendo como protagonistas os mineiros José Teodoro de Souza, João da Silveira e Francisco de Paula Marques. (FELICIANO, 2009, p.229).

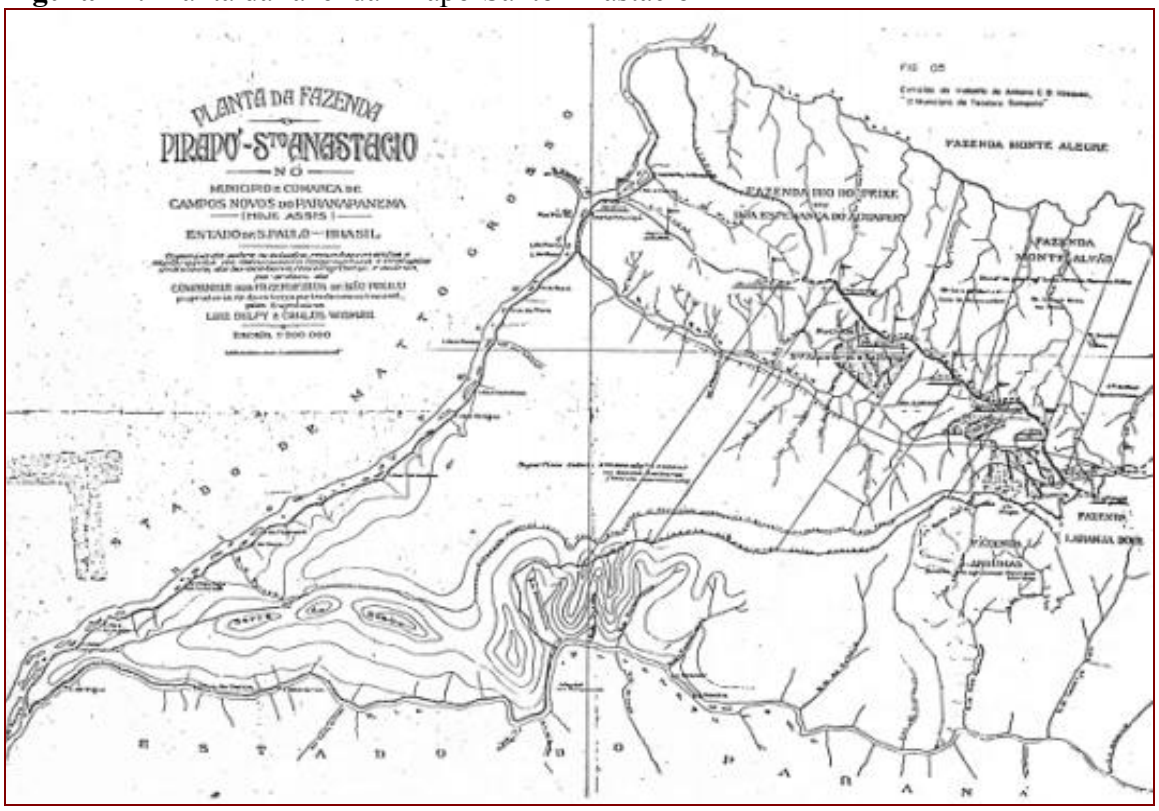
As fazendas Pirapó-Santo Anastácio e a Boa Esperança do Água Pehy (a maior delas) deu origem às demais propriedades do Pontal. José Teodoro de Sousa obteve o registro paroquial na vila de Botucatu com o vigário Modesto Marques Teixeira, o grileiro declara que reside nessas terras desde 1847.

De acordo com Leite (1999), em Maio de 1856 Antônio José de Gouveia realizou o registro paroquial com a "lavra" do vigário Frei Pacífico de Monte Falco na paróquia de São João Batista do Rio Verde (atual Itaporanga) da fazenda Pirapó-Santo Anastácio, declarando morar e cultivar nessas terras desde 1848, o que lhe possibilitava "burlar" a lei que surgiu em 1850.

Feliciano (2009) nos revela que apenas na década de 1930 é que, através de laudos periciais, o poder judiciário do Estado de São Paulo descobre a fraude cometida por Antônio José de Gouveia, pois a assinatura do frei Monte Falco havia sido

falsificada. O autor conclui que as terras da região foram reconhecidas como devolutas, mas não de forma jurídica pelo Estado.

Figura 12: Planta da fazenda Pirapó-Santo Anastácio



Fonte: Leite, 1999, p. 40.

No decorrer da história do Pontal, o Estado foi perdendo oportunidades de retomar as terras devolutas e tanto José Teodoro de Sousa quanto Antônio José de Gouveia e seus herdeiros parcelaram, venderam e, até mesmo, trocaram parcelas dessas terras. Para tanto, utilizaram-se de "brechas" na constituição e a uma série de estratégias para manter essas terras como sendo propriedades privadas.

No tocante à origem das cidades do Pontal verificou-se que, ao longo das linhas férreas, especialmente a Estrada de Ferro Alta Sorocabana, e, com a expansão da cafeicultura na região, passaram a surgir núcleos urbanos como: Presidente Prudente (que tem sua origem em 1917), Presidente Bernardes (cuja criação remonta a 1919), Santo Anastácio (criada em 1920), Presidente Venceslau (em 1921) e Presidente Epitácio (em 1922, na barranca do Rio Paraná). A porção sudoeste, distante da ferrovia, ficou marginalizada e vagamente denominada de Pontal (Passos, 2004, p.177).

Fernandes (1999, p.162) no livro "MST: formação e territorialização" apresenta um pouco da história do MST no Estado de São Paulo e, consequentemente, no Pontal. De acordo com o autor, em 1995 a região foi palco de intensos conflitos fundiários, ocorrendo o maior número de ocupações de terras do país. A primeira ocupação realizada pelo movimento no Pontal foi no dia 14 de Julho de 1990, na fazenda Nova Pontal, em Rosana (na época, ainda distrito do município de Teodoro Sampaio) e contou com setecentas famílias, cujas origens remetem a municípios do Pontal e do norte do Paraná.

Um dos primeiros conflitos armados da região ocorreu no dia 10 de Junho na ocupação de trabalhadores na fazenda São Bento quando os sem-terra entraram na fazenda para cultivar milho, mandioca, arroz e feijão. Neste dia, os trabalhadores entraram na fazenda e os jagunços da propriedade começaram a atirar, pois a ordem era não deixar que o plantio continuasse. No dia seguinte (11) os jagunços ameaçaram matar as lideranças dos trabalhadores.

A luta pela terra no Pontal ganhou particularidades, pois a mobilização de grupos que demoravam meses para ocorrer em outros locais, nesta região muitas mobilizações demoraram poucos meses para sua organização. Além do mais, as mobilizações no Pontal contavam com um grande número de trabalhadores. Obviamente que a massificação da luta tem suas vantagens, como o fato de que as ocupações com pequeno número de famílias não conseguiam mais chamar a atenção da mídia e, muito menos, do Estado. Entretanto, um ponto delicado dessa estratégia é que, com a massificação, a organização interna do acampamento ficava mais frágil e, em alguns casos, a formação política dos integrantes do grupo era comprometida, ao ponto de alguns trabalhadores reconhecerem apenas as lideranças como membros do MST (FERNANDES, 1999).

Outra característica da luta pela terra no Pontal é que as instituições que geralmente apoiam o MST em outras regiões não se dedicaram, integralmente, à causa na região. Fernandes (1999, p.169) nos revela que "salvo algumas pessoas que contribuíram individualmente: políticos, sacerdotes, sindicalistas, etc".

Fernandes aponta que o "berço" da UDR (União Democrática Ruralista) é o Pontal e, sobre as circunstâncias em que foi criada, Ferrante e Barone (2008) nos revela que,

> À supracitada insegurança fundiária e à ação que os governos do período da transição democrática desenvolveram, com uma tímida politica de assentamento, os diferentes agentes sociais dessa região responderam com importantes mobilizações. Ainda no período da Constituinte (1987-1998), surge, na região, a União Democrática

> Ruralista (UDR), reunindo pecuaristas que se sentiam ameaçados pela perspectiva de uma regularização fundiária que lhes tirasse a posse das terras. (FERRANTE, BARONE, 2008, p.288).

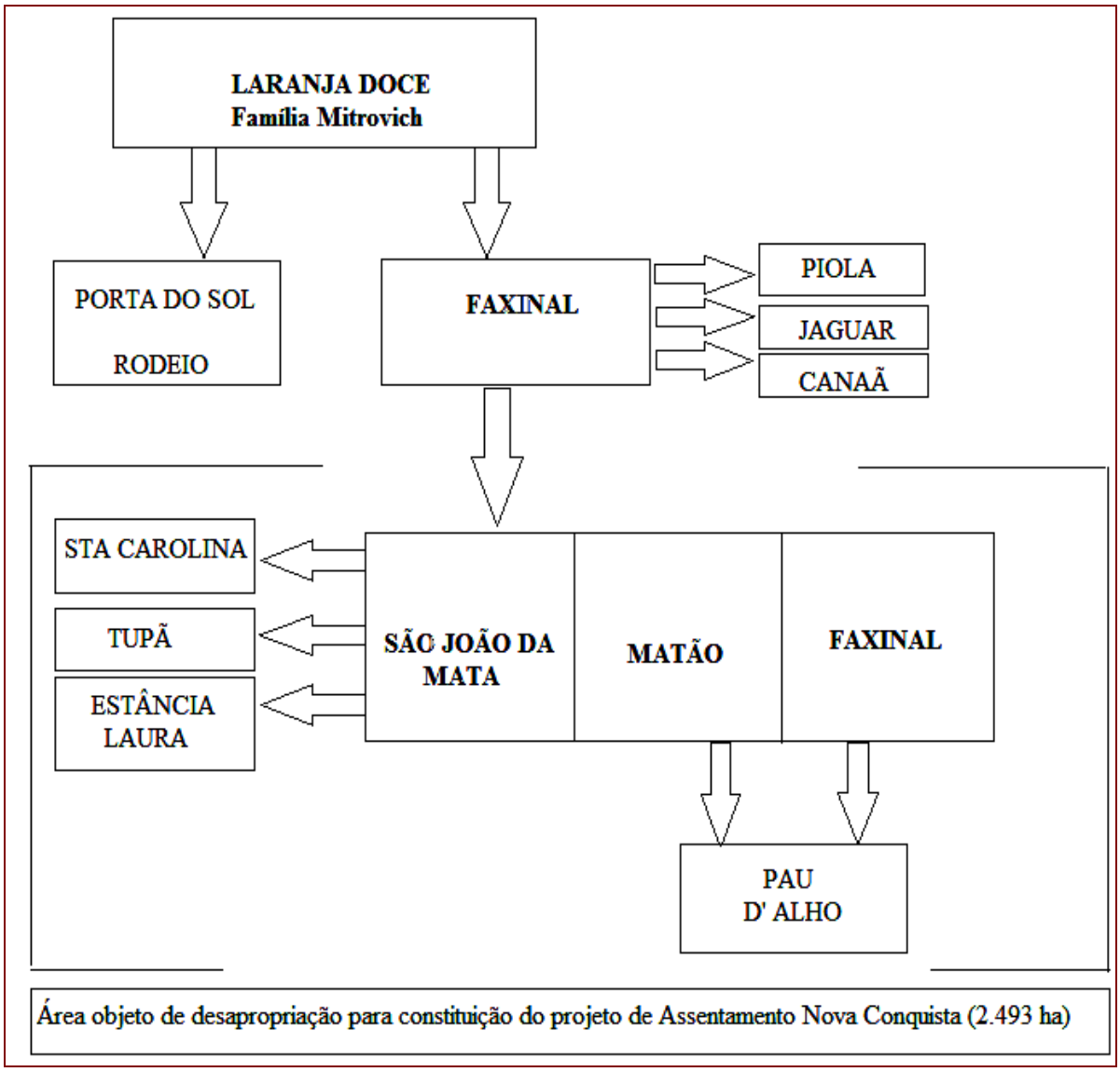
Além da UDR, os grileiros do Pontal criaram a Associação dos Proprietários Rurais do Pontal do Paranapanema, que conseguiu o mandado de prisão preventiva contra oito lideranças do MST na região (no dia 22 de Julho 1992) com o juiz de Mirante do Paranapanema. Uma armadilha foi realizada na qual o juiz supostamente elabora audiências com as lideranças visando realizar um interrogatório, todavia, realiza a prisão dos trabalhadores assim que eles comparecem à audiência. A advogada do MST percebe a "manobra" e alerta as lideranças. Em Novembro o Tribunal de Justiça do Estado suspende o mandado de prisão expedido pelo referido juiz (FERNANDES, 1999).

Segundo Fernandes (1999), após dois anos e meio de luta, ocorre a primeira conquista do Movimento no Pontal do Paranapanema, pois em janeiro de 1993, o Estado indeniza o grileiro da fazenda Santa Clara pagando a ele as benfeitorias de 970 hectares, surgindo assim o assentamento Santa Clara. Depois do assentamento Santa Clara, outros foram conquistados mediante à luta dos trabalhadores contra as liminares de reintegração de posse, ações de despejos e forças dos jagunços utilizados pelos grileiros.

Os camponeses da ocupação Jangada tendo conhecimento da imensidão de terras devolutas no Pontal do Paranapanema chegaram à região em Dezembro de 1994, onde duzentas e cinquenta famílias ocuparam as fazendas Faxinal, Matão e São João da Mata. As três propriedades têm origem no grande latifúndio Laranja Doce (8.993 hectares), que pertencia à família Mitrovich, e, após vistoria do INCRA em 1987, foi considerada passível de ser desapropriada para fins de reforma agrária. De acordo Fernandes (1999), no período de 1987 a 1993 o latifúndio foi desmembrado por diversas vezes - é importante compreender que as terras situadas no município de Rancharia não estão em disputa judicial pela dominialidade, embora estejam inseridas em áreas cujo contexto remete a regiões de terras devolutas.

Para facilitar a compreensão das divisões que ocorreram ao longo do tempo recorreremos ao organograma do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento.

Figura 13: Desmembramento do Latifúndio Laranja Doce



Fonte: FERNANDES (2000, p.28).

Do primeiro desmembramento surgiram as fazendas Faxinal (6.083 ha) e Porta do Sol (2.910 ha). Num segundo momento, após a morte do patriarca da família, ocorreu mais uma divisão levando a fazenda Faxinal a se desmembrar em outras seis fazendas: Faxinal (733 ha); São João da Mata (1.146 ha); Piola (1.253 ha); Matão (445 ha); Canaã (1.253 ha) e Jaguar (1.253 ha). Posteriormente, do desmembramento da fazenda São João da Mata surgiram outras fazendas: Santa Carolina; Tupã e Estância Laura. Enquanto que, da união de partes das fazendas Matão e Faxinal, surge a fazenda Pau d"Alho. (FERNANDES, 1999).

Logo após o primeiro despejo, as famílias acamparam numa área da FEPASA (Ferrovias Paulista S/A). De acordo com a pesquisa de campo, eles permaneceram nesse

acampamento (na FEPASA) por um período. Durante esse tempo, os camponeses realizavam um plantio comunitário nas fazendas. (FERNANDES, 1999).

> [...] *e jogou a gente la perto onde era a linha do trem você viu uma caixa d'água velha ali? o povo ficou tudo acampado naquele lago ali desde lá de cima de perto da torre até ali embaixo era tudo barraco, dali o povo não chegou a ficar nenhum mês e nós falamos: não, agora vamos entrar pra dentro da fazenda, e entramos de novo. (Camponesa do Assentamento Nova Conquista, entrevista realizada em janeiro de 2014).*

De acordo com Fernandes (1999), as fazendas São João da Mata e Santa Carolina foram ocupadas em Abril de 1995. Na Santa Carolina, os trabalhadores plantaram 40 hectares de feijão, mandioca e hortaliças, a respeito do plantio comunitário de feijão numa área da fazenda o camponês do Nova Conquista nos relata um fato ocorrido no dia 18 de Maio que marcou muitos de nossos sujeitos:

> *Era mato aqui quando nós chegamos, tinha umas maquinas limpando porque era tudo abandonado quando eles viram que iriam perder que chegou os sem terra eles começaram a limpar, mas não era do jeito que você vê hoje, ai a gente começou a limpar um pedaço, que na época os arrendatários não sei se era os portugueses começou a vir maquina, trator traçado e limpando tudo derrubando mato e a gente nesse intervalo limpamos e plantamos uns 10 a 12 alqueires, ai veio um trator na época do Pontal veio um pessoal que já tinha acampado la, eu não lembro se eles já estavam assentados mas já estavam mais organizados assim, já tinha trator e nós não tínhamos veio ajudar a plantar e plantemos, quando o feijão já estava bonito, o feijão já estava bonito assim, ai os português na época não se contentou, eles tinham segurança armado na fazenda a gente estava na beira da estrada passava uns segurança armado pra gente não entrar cansou de passar, passava de moto com carabina nas costas né, e até uns policiais nas horas de folga vinha fazer segurança para a fazenda, ai chamaram mais policia além desses seguranças, policia mesmo militar e fecharam a porteira e não deixaram nós entrar, porque nós entravamos todo dia para ir la carpir pra mexer, plantar, não deixou nós entrar e meteu os trator e gradeou tudo, ficou na terra disse que nós não era para plantar*

> *porque a terra era deles né, inclusive bastante gente choraram né porque na época a gente plantamos era bastante gente né, sei que não dava para tratar de todo mundo mas a gente tava plantando né é uma forma de, ai gradearam tudo. (Camponês do Assentamento Nova Conquista, entrevista realizada em janeiro de 2014).*

Figura 14: Preparo para o plantio do feijão que foi tombado pelo latifundiário

Fonte: Foto cedida pelos camponeses em trabalho de campo, 2014.

Em contrapartida, os camponeses, no dia 22 de Maio, entraram na fazenda Santa Carolina e queimaram o trator que havia destruído a roça, retirando, também a cerca da propriedade.

Dentre as estratégias de luta adotadas no período de acampamento no Pontal as famílias realizaram um ato na igreja matriz, no centro da cidade de Rancharia, no dia 08 de março de 1995 - local onde há uma grande circulação de pessoas no horário comercial. Sobre o ato, um dos filhos de titulares que lutaram pela terra nos mostra a imagem dele no centro da cidade neste dia, o camponês casou-se atualmente com uma filha de outro titular e eles conseguiram adquirir, mediante a compra, um lote no assentamento Nova Conquista que eles auxiliaram os pais a conquistar.

Figura 15: Camponeses realizando manifestação no dia da mulher em Março de 1995

Fonte: Foto cedida pelos camponeses em trabalho de campo, 2014.

Os camponeses realizaram passeatas, atos no centro da cidade, participaram de congressos em Brasília e, também, realizaram um importante flagrante, pois ocorria que os fazendeiros utilizavam mão de obra de jagunços para vigiar as fazendas e, algumas vezes, contratavam policiais em seus momentos de folga para realizar o serviço.

Após ocuparem as seis fazendas, na tentativa de denunciar a estratégia dos latifundiários de divisão das propriedades, na segunda semana de Agosto os camponeses conseguiram render dois policiais e apreenderam as armas (dois revolveres e um rifle). Eles chamaram a polícia e também a imprensa local (o objetivo de mostrar a situação através da imprensa foi atingido com sucesso, mas os camponeses não tiveram notícias sobre os desdobramentos do caso na polícia).

De acordo com Fernandes (1999), depois de despejos, das perícias do INCRA e da prisão das armas, no dia 12 de Outubro (Dia de "Nossa Senhora Aparecida"), os "soldados-pistoleiros" prenderam quinze trabalhadores durante a procissão que ocorria na cidade de Rancharia, sob a acusação de roubo; como contrapartida, o MST registra

um boletim de ocorrência acusando os soldados de abuso de poder (FERNANDES, 1999, p.220).

Após diversos confrontos, no dia 20 de Outubro de 1995 a justiça concede ao INCRA a posse de 1.174 ha das fazendas Faxinal e Matão. Fernandes nos revela que esta foi a primeira conquista das famílias que persistiram na luta desde o acampamento na fazenda Jangada. Os trabalhadores seguiram ocupando as outras fazendas para conquistá-las. A respeito da ordem de despejo para as fazendas São João da Mata e Santa Carolina, um dos depoimentos de campo, relatados também por outros camponeses, nos revela as dificuldades deste dia,

> *[...] o comandante só faltou falar, quer dizer que ajudou, que o despejo é pra São João da Mata e Santa Carolina agora tinha outras fazendas que era só atravessar o brejo então ele não falou assim vocês vão pra la mas deu a entender que ele quis né, e ele mesmo falou, ele também é pai de família, sabe que é difícil né, e ai a gente foi e reuniu e falou, olha do lado de la, tinha que atravessar o brejo, já saiu a desapropriação, ai nós saímos e desmanchando barraco e carregando nas costas, e travessando brejo, atolando e levando, e nesse dia veio um temporal muito grande de chuva, que veio escurecendo tudo assim era na parte da tarde, e a gente conseguiu carregar, naquele dia muita gente dormiu no relento mesmo assim, no meio da braquiara detrás de curva, ou só jogado a lona por cima muita gente mesmo porque as policia falou óh se eu chegar aqui e tiver vou ter que cumprir o despejo, porque ai vai ficar pior para vocês. . (Camponês do Assentamento Nova Conquista, entrevista realizada em janeiro de 2014).*

Depois de conquistar as outras fazendas da antiga "Laranja Doce" que deram origem a mais dois assentamentos: PA Nova Vida (antiga fazenda Rodeio, localizado no município de Martinópolis) e PA Chico Castro Alves (antiga fazenda Porta do Sol, município de Martinópolis) contínuos ao Nova Conquista. O período de assentamento emergencial foi de 1996 até 1998 e a data de entrega dos lotes já demarcados do Nova Conquista ocorreu em Outubro de 1998, assim as 104 famílias puderam seguir agora na luta na terra. Evidenciamos assim a territorialização da luta pela terra, pois os trabalhadores do movimento conquistam frações do território. Para Fernandes (1999, p.241) o assentamento é "o território conquistado", "portanto, um novo recurso na luta

pela terra que significa parte das possíveis conquistas, representa, sobretudo a possibilidade da territorialização".

Figura 16: Família desmontando o barraco da fazenda faxinal para seguir para o lote já demarcado

Fonte: Foto cedida pelos camponeses em trabalho de campo, 2014.

Capítulo 4 - Territorialização e estratégias de resistência do campesinato no Assentamento Nova conquista.

Este capítulo é fundamental para o trabalho, visto que apresenta as reflexões acerca das construções objetivas e subjetivas necessárias para a transformação do lote a sítio. O trabalho no e fora do assentamento, assim como as experiências organizativas do campesinato são retratadas na tentativa de verificarmos a construção dos espaços de vida no Nova Conquista. Para iniciarmos esta parte da pesquisa é necessário compreendermos algumas características dos assentamentos na região do Pontal.

4.1 Os assentamentos rurais

Os assentamentos rurais constituem-se na materialização das conquistas adquiridas através do processo de luta pela terra. Uma nova luta tem início, a luta pela sobrevivência e permanência na terra - é preciso organizar o pasto, preparar a terra, levantar uma moradia e conseguir água.

O termo "assentamento" surge em 1960 no âmbito da Reforma Agrária Venezuelana (contexto jurídico e sociológico) e, a partir daí, se difundiu para os demais países. Para subsidiar esta discussão recorreremos a uma obra que se tornou um clássico para os estudiosos do tema "O que são assentamentos rurais" dos autores Bergamasco e Norder (1996).

Para estes autores os assentamentos rurais são a "criação de novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais visando o reordenamento do uso da terra, em benefício de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra". Os assentamentos rurais são importantes no contexto contemporâneo, na medida em que representam "uma iniciativa no sentido de gerar empregos diretos e indiretos a baixo custo e para estabelecer um modelo de desenvolvimento agrícola em bases sociais mais equitativas" (BERGAMASCO; NORDER, 1996, p.07 e 08).

A portaria nº 80, de abril de 2002 do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), traz o seguinte conceito de assentamento:

> Unidade territorial obtida pelo programa de Reforma Agraria do governo federal, ou em parceria com os Estados ou municípios, por desapropriação; arrecadação de terras publicas; aquisição direta; doação; reversão ao patrimônio publico, ou por financiamento de créditos fundiários, para receber em varias etapas, indivíduos

> selecionados pelos programas de acesso a terra. (Portaria MDA nº 80 de 24/04/2002)

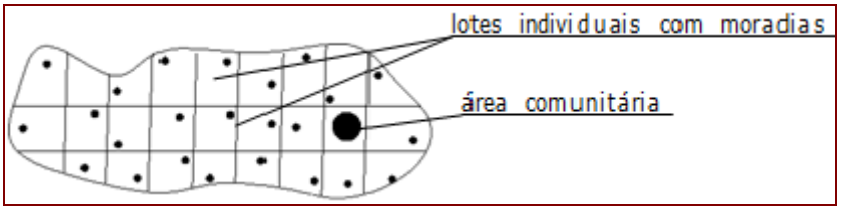
Para Simonetti (2011, p.61) o assentamento dá início a um momento importante para os camponeses que participaram da luta pela terra. “Para as famílias assentadas é o lugar da realização do projeto de vida camponês, baseado na vida e na produção familiar”.

De acordo com o relatório “Brasil 2013” realizado a partir do Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA), pelo Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projetos de Reforma Agrária (NERA) do ano de 1979 a 2013 foram criados 9.195 assentamentos rurais em todo o Brasil, que atendem a 1.093.071 famílias. Deste total, o maior número de assentamentos encontra-se na região nordeste, com 4.200 projetos, residência de 346.944 famílias. O menor número de assentamentos encontra-se na região sudeste com 831 projetos que contempla 54.275 famílias. O Estado de São Paulo, até o ano de 2013, registrava 266 assentamentos e o número de 18.376 famílias.

Com relação à organização espacial dos assentamentos e à localização das moradias verificamos, em Bertolini e Carneiro (2007) que estas podem se apresentar nos seguintes formatos:

> a) Lotes individuais ou “quadrado burro”: Consiste em assentamentos nos quais as moradias são construídas nos lotes (quadrados ou retangulares). A área comunitária localiza-se num determinado ponto do assentamento.

Figura 17: Lotes individuais

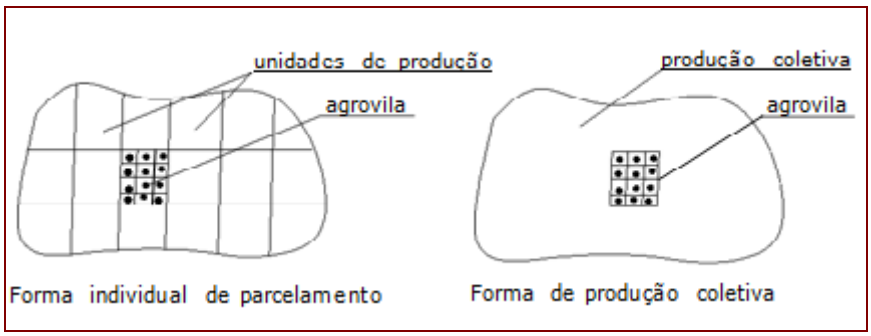


Fonte: BERTOLINI; CARNEIRO, 2007, p.206.

Os assentamentos rurais com esta organização espacial são predominantes na região do Pontal do Paranapanema, o assentamento Nova Conquista tem esse formato, intitulado “quadrado burro” pela maioria dos assentados, por não considerar aspectos físicos e logísticos do espaço.

b) Agrovilas: Este tipo de organização requer que as moradias estejam próximas, num núcleo social, que tem por objetivo além de uma maior socialização a facilidade ao acesso às infraestruturas como água, energia, escola e transportes. A área comunitária encontra-se na agrovila.

Figura 18: Agrovila

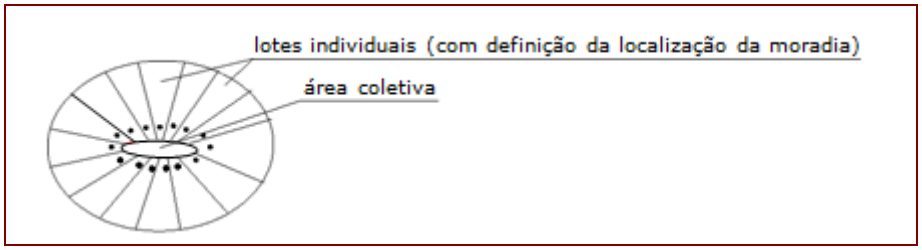


Fonte: BERTOLINI; CARNEIRO, 2007, p.206.

Um dos principais problemas do formato agrovila é a necessidade de organizar a infraestrutura básica para a produção no lote (água, energia), além da localização dos lotes que, em alguns casos, encontram-se longe da moradia, dificultando o acesso para os camponeses que não possuem meio de transporte.

c) Núcleos de moradia ou "raios de sol": Neste caso, as moradias localizam-se dentro de seus lotes. Todavia, devido ao formato, estas conseguem manter uma proximidade, a área comunitária encontra-se no centro de cada núcleo formado em média por 10 a 15 famílias.

Figura 19: Núcleos de Moradia



Fonte: BERTOLINI; CARNEIRO, 2007, p.207.

Este formato, devido à proximidade das moradias, facilita a socialização das famílias, sem que estas fiquem longe do espaço de produção e da área comunitária.

A pesquisa realizada em 2011, através do contrato UNIARA/INCRA[8], a respeito dos assentamentos rurais do Pontal do Paranapanema (que participamos através do grupo Ruralidades, Habitat e Cidadania - RHC), revela que, quanto à localização das moradias na região, 92% dos sujeitos reside em seus lotes e apenas 5% em agrovilas.

Bergamasco e Norder, com base na pesquisa da FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura) de 1994, revelam a diversidade das dificuldades encontradas em assentamentos do Brasil. Na região Nordeste os assentamentos necessitam de recursos para a irrigação; o aperfeiçoamento de vias de comunicação é uma das necessidades da região Norte; na região Centro-Oeste era necessário a recuperação dos solos; no sudeste encontramos problemas com o fornecimento de assistência técnica e, no Sul, os autores apontam para o aproveitamento da política agrícola oficial. Um dos elementos comuns a todas as regiões foram os problemas relacionados à comercialização da produção, que permite em alguns casos a presença de "atravessadores" (que extraem parte do resultado obtido pelos assentados) (BERGAMASCO; NORDER, 1996, p.46).

O IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) produziu um relatório de pesquisa em 2013 em que relata a "Avaliação da situação de assentamentos da reforma agrária no Estado de São Paulo: fatores de sucesso e insucesso" e compara alguns dados levantados no Estado com os dados do país, sobre as moradias:

> Com efeito, em todos os assentamentos visitados, foi possível verificar obras de construção de moradias, em variados estágios de conclusão, demonstrando que a política de liberação de créditos desse tipo teve uma abrangência maciça. Conforme mostra a pesquisa do INCRA (2010), 76% das casas das famílias assentadas em São Paulo têm seis ou mais cômodos – no país este índice é de 48% –, e cerca de 70% dos beneficiários avaliam como ótima ou boa a qualidade de moradia – contra 49% no restante do país. (IPEA, 2013, p.21).

Nos assentamentos do Pontal a liberação de créditos para construção das residências propiciou uma melhora nas condições de moradia dos assentados que também avaliam positivamente a qualidade desta. No entanto, ressaltam que a qualidade

[8] A autora participou da pesquisa produzindo informação a partir da aplicação de 62 questionários, diários de campo e registro fotográfico, nos assentamentos da região do Pontal do Paranapanema.

está ótima, se levarmos em consideração a atual moradia com a antiga (casa de madeira ou barraco de lona), pois muitas moradias não possuem nem pintura e nem reboco.

A respeito das moradias e de outros aspectos acerca dos assentamentos rurais do Pontal do Paranapanema a pesquisa UNIARA/INCRA revelou que 97% das casas dos assentados foram feitas de alvenaria. A maioria das residências possui banheiro dentro de casa (97%), sendo que, o caso de banheiro fora foi evidenciado no PDS (Projeto de desenvolvimento sustentável) Bom Jesus, no município de Iepê, este assentamento, no momento da pesquisa, apresentava problemas com a falta de poços artesianos para atender à demanda de água no assentamento. Em 68% das moradias verificamos o piso de cerâmica, 16% estão no contrapiso e 2% no chão batido.

Outro aspecto importante em relação às moradias é a origem da mão de obra utilizada para a sua construção. Nos assentamentos do Pontal evidenciamos que em 48% dos casos ocorreu a contratação de mão de obra, mas que em 18% foi o próprio assentado o responsável pela construção, 8% utilizaram mutirão familiar e 10% mesclou seu próprio trabalho com a contratação de profissionais para a realização da obra.

Na pesquisa no Estado de São Paulo (2013, p.19) o IPEA relata que três etapas da política de reforma agrária são fundamentais: etapa de fixação das famílias na terra e a demarcação dos lotes; a etapa de liberação dos créditos (em especial a liberação dos primeiros fomentos e crédito habitação) e o processo de inclusão dos assentados em políticas públicas de aquisição da produção (PAA-Programa de Aquisição de Alimentos e PNAE- Programa Nacional de Alimentação Escolar etc.). O Instituto realizou algumas comparações dos dados do estado com os do país:

- 75% dos assentados em São Paulo declaram já ter tido acesso aos créditos do PRONAF, a média nacional fica em 52%;
- O apoio inicial (INCRA) foi recebido por 56% dos assentados do Estado, enquanto a média nacional fica em torno dos 62%;
- No que se refere ao crédito de aquisição de materiais de construção, em São Paulo o acesso foi de 67% contra 62% no país;
- O crédito da modalidade apoio mulher foi acessado por 2,6% das assentadas em São Paulo, enquanto 0,5% das mulheres no país tiveram acesso.
- O acesso ao fomento foi de 61% em São Paulo contra 25% no país;

- O adicional fomento teve acesso de 10% dos assentados em São Paulo contra 2% no país. (IPEA, 2013, p.19).

Na região do Pontal do Paranapanema o "carro-chefe" dos assentamentos é a produção de leite e, consequentemente, a criação do gado em lactação. Verificamos a partir da pesquisa UNIARA/INCRA que 81% dos entrevistados possuem gado leiteiro e que em 52% dos casos o principal objetivo é a venda da produção. É importante ressaltar que a origem do financiamento para a compra do bovino leiteiro em 36% dos casos vem de recursos próprios e que em 16% vem do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar).

Uma das funções primordiais da produção de alimentos nos assentamentos é o autoconsumo. Sendo assim, 87% dos entrevistados relataram que houve melhora na alimentação da família após a conquista do lote.

Verificamos na referida pesquisa que, ao tratarmos das culturas produzidas nos assentamentos do Pontal, constatamos que 31% dos entrevistados cultivam mandioca e outros tubérculos; 26% dedicam-se a horticultura e 14% ao cultivo de frutas. No caso da horticultura, grande parte da produção é dedicada ao autoconsumo (82% dos casos) e, no que se refere à produção de mandioca verificamos um caso semelhante ao da horticultura, pois se totalizarmos os casos em que apresentam o autoconsumo, verificamos que este encontra-se em 85% das situações levantadas.

Outra questão importante acerca dos assentamentos rurais é o trabalho. Verificamos nos assentamentos do Pontal que 50% dos camponeses assentados não possuem trabalho fora do lote. Os casos em que apenas uma pessoa trabalha fora totalizam 32% e de 10% para situações em que duas pessoas não trabalham apenas no lote. A liderança da Gleba XV de Novembro revelou que a maioria dos que trabalham fora do lote são os agregados ou os filhos dos assentados que encontram nos empregos de usinas de açúcar e álcool da região uma forma de renda.

Os dados das pesquisas mencionadas nesta parte do trabalho oferecem a dimensão quantitativa de temas referentes aos assentamentos rurais em diferentes escalas. Todavia, é necessário buscar a compreensão da construção do espaço de vida dos camponeses, a partir da teoria e do campo.

4.2 A construção da unidade territorial camponesa

Neste tópico tentaremos relacionar autores considerados clássicos que abordam temas centrais deste trabalho como a família, relacionamentos, diferentes usos de cômodos das moradias, divisão do trabalho, para que possamos buscar compreender como estes elementos articulados ao longo do tempo (salvo as especificidades de região e época) formaram e formam os espaços de vida dos camponeses, por vezes notaremos que muitos elementos se repetem ao longo dos anos e muitos outros costumes, usos e articulações são incorporados a uma cultura que não encontra-se isolada e nem imune a novas questões.

Iniciaremos os estudos a respeito da família camponesa e, consequentemente, do espaço doméstico com Alexander V. Chayanov, analisando com o auxílio de outros autores como Ellen F. Woortmann, suas contribuições e limitações no que concerne a família camponesa.

Na apresentação do livro de Chayanov ("La organización de La unidad econômica campesina") Archetti nos revela aspectos da obra e vida do autor. Numa Rússia com 85% da população no campo, no qual o modo de produção camponesa mercantil simples predominava, Chayanov se dedicava aos trabalhos na "escuela para el análisis de la organización y produción campesina" que enxergava a necessidade de construir uma teoria que se baseava na ideia de que a economia camponesa não era tipicamente capitalista, pois não era possível determinar, de fato, os custos da produção devido à ausência de "salário". O camponês utiliza sua força de trabalho, mas também a de sua família, percebendo um "excedente" como uma retribuição ao seu próprio trabalho e não como um ganho ("ganancia") (CHAYANOV, 1974, p.08-09).

No primeiro capítulo de sua obra o autor aborda a importância da família para a organização da unidade econômica camponesa. Chayanov nos revela que,

> Cualquiera sea el fator determinante de la organización de la unidad económica campesina que consideremos dominante, por mucho valor que atribuyamos a la influencia del mercado, a la extensión de tierra utilizable o a la disponibilidad de médios de producción y a la fertilidade natural, debemos reconocer que la mano de obra es el elemento tecnicamente organizativo de cualquier processo de producción. Y puesto que en la unidad económica familiar que no recurre a fuerza de trabajo contratada, la composición y el tamaño de la familia determinan integramente el monto de fuerza de trabaljo, su composición y el grado de actividad, debemos aceptar que el caráter de la familia es uno de los factores principales en la organizacíon de la unidad económica campesina. (CHAYANOV, 1974, p. 47).

No que diz respeito ao volume da atividade econômica da unidade, Chayanov afirma que seus limites máximos e mínimos são definidos pela composição familiar. No que diz respeito às características da família, o autor nos revela que para muitos o conceito biológico da instituição ainda é levado em consideração, este consiste num casal vivendo junto com os seus filhos e os idosos da geração anterior, o que delimita os limites de tamanho e da composição da família, resguardando alguns imprevistos e adaptações que podem ocorrer. Verificamos, ao longo do capítulo, que Chayanov irá priorizar a família como fenômeno econômico e não biológico (CHAYANOV, 1974, p. 54).

O autor traz, através de quadros, a análise do tamanho da família camponesa em sua área de estudo, tomando em relevo a quantidade de consumidores e de trabalhadores desta, bem como um balanço entre estes. Revela-nos, a idade dos membros da instituição (marido, mulher e filhos) ao longo dos anos que compõe a existência da família e do número de pessoas ao longo do desenvolvimento familiar. Analisando os quadros e gráficos apresentados, verificamos nos escritos do autor, que nos primeiros anos da família em que os filhos começam a nascer nota-se um aumento na proporção de consumidores em relação aos trabalhadores, o ponto mais alto desta proporção, de acordo com Chayanov, é alcançado no décimo-quarto ano de existência da família. Todavia, a relação consumidor-trabalhador começa a baixar no décimo-quinto ano quando o primeiro filho começa a ajudar os pais no trabalho, o filho começa a trabalhar inicialmente meia jornada e a variação na proporção ocorre de forma gradual. Assim, os filhos em idade de trabalho vão elevando a quantidade de trabalhadores e os pais, ao longo do tempo, se tornam apenas consumidores, assim com a incorporação das noras e dos netos na unidade a relação consumidor-trabalhador volta a aumentar. (CHAYANOV, 1974).

> Cada familia, ontonces, según su edad, constituye em sus diferentes fases um aparato de trabajo completamente distinto de acuerdo com su fuerza de trabajo, la intensidad de la demanda de sus necessidades, la relación consumidor-trabajador, y la posibilidad de aplicar los princípios de la cooperación compleja. (CHAYANOV, 1974, p.55-56)

Os estudos do autor nos mostra que a relação entre consumidores/trabalhadores, ao longo dos anos de existência da família, afeta as atividades econômicas de uma

família que trabalha em sua propriedade. O que à primeira vista constituía-se num dado de fácil entendimento, toma uma forma complexa na medida em que o autor, a partir da análise de dados, acrescenta que não é o tamanho da família que determina "o volume da atividade econômica familiar", pelo contrário, "o grau da atividade agrícola determina a composição da família", ou seja, "o camponês provê uma família de acordo com sua segurança material". Chayanov lamenta o fato de que, no seu universo empírico, os registros de nascimentos e mortes não levam em consideração o bem estar material (CHAYANOV, 1974, p. 61-62).

De acordo com Ellen F. Woortmann (1995) é inegável as contribuições de Chayanov para a teoria do campesinato, todavia, adverte quanto ao modo como é tratada a família camponesa no trabalho do autor, visto que sua formação é em economia.

> Chayanov considerava a família como um conjunto de produtores e de consumidores, quer dizer, uma unidade de força de trabalho e de consumo centrada num casal e seus filhos, aos quais se podiam agregar outros membros. A família é vista por ele como um grupo doméstico, isto é, desde uma ótica econômica, e não como um valor cultural – outra dimensão básica para se entender o campesinato. (WOORTMANN, 1995, p.29-30).

Este valor cultural é compreendido por Simonetti (2011) quando trata dos assentamentos rurais e a importância destes espaços para os camponeses, a respeito da nova vida a autora revela que esta da abertura para valores centrais da cultura camponesa, "tais como autonomia, liberdade, sejam recolocados nos assentamentos rurais. A ideia da família camponesa será vista não apenas como unidade de produção e consumo, mas também como uma unidade cultural". (SIMONETTI, 2011, p.54).

Woortmann (1995) nos revela que Chayanov não trata das relações entre famílias, portanto, não ultrapassa os limites da "unidade econômica camponesa" deixando de analisar as relações de parentesco. Verifica-se que a terra é tratada como um fator de produção desconsiderando o conteúdo ideológico que esta possui e a herança é relevante apenas no que concerne à fragmentação da propriedade.

Dentre os teóricos do campesinato no Brasil, Beatriz Maria A.de Heredia e Afrânio R. Garcia Jr. trazem contribuições importantes para os estudos a respeito da família camponesa. No livro intitulado "A morada da vida: trabalho familiar de

pequenos produtores do Nordeste do Brasil", Heredia (1979) investiga o campesinato na Zona da Mata de Pernambuco, onde a unidade camponesa é composta pela unidade de produção e unidade de consumo, os membros que a compõe estão relacionados com o processo produtivo através de laços de parentesco.

A autora nos revela que o sítio é o espaço da pequena produção, em oposição à fazenda, o sítio também define a extensão "total englobada por cada uma das famílias produtoras, incluindo nessa denominação a casa e a parcela de terra que se dispõe para o cultivo, o roçado" (HEREDIA, 1979, p.37).

No que concerne à composição do grupo doméstico, Heredia nos revela que este é responsável pela reprodução física e pela reprodução social de seus membros. O casamento é responsável pela formação de um novo grupo doméstico,

> Cada uma das casas é habitada por indivíduos ligados entre si por laços de parentesco: pai-mãe e filhos solteiros e, excepcionalmente agregam-se a eles o pai ou a mãe de um dos cônjuges. São estes indivíduos que compõem o grupo doméstico. (HEREDIA, 1979, p. 37).

A autora torna evidente a composição do espaço do sítio. Amparados em seus estudos verificamos que a casa e o roçado constituem uma única unidade espacial, em que o roçado geralmente está situado nos terrenos atrás da casa e esta, por sua vez, geralmente inclui cozinha, sala, sala de jantar, um ou dois quartos. No entorno da casa situa-se o terreiro, cada vez cedendo mais espaço para o roçado devido à escassez de terras. Nos assentamentos do Pontal do Paranapanema verificamos que o terreiro continua cedendo espaço, porém para o pasto, pois a principal atividade econômica dos assentamentos da região é a atividade leiteira.

No que se refere ao terreiro, evidenciamos que na frente da casa encontra-se uma quantidade significativa de árvores frutíferas, local considerado um espaço público da casa, sua frente deve estar sempre limpa visto que a reunião entre os familiares e vizinhos ocorre ali; a parte do terreiro que encontra-se nos fundos da moradia, está destinado aos bichos de terreiro: galinhas, cabras e etc.

O calendário agrícola define as atividades do grupo doméstico ocorrendo constantes variações no trabalho cotidiano da família, a separação por sexos e por idade dos membros do grupo é levada em consideração para definir a divisão de tarefas no sítio. Heredia nos adverte para o fato de que nem todos os membros do grupo trabalham

no roçado, o que exclui naturalmente os doentes, os velhos e as crianças que ainda não estão em idade de trabalhar (é comum as crianças iniciarem o trabalho no roçado a partir dos 10 anos de idade).

Garcia Jr. em sua obra "Terra de trabalho" (1983) nos traz um estudo detalhado da casa da família camponesa. O autor nos revela que ao se referir à casa não esta tratando apenas de um local de reprodução que leva em conta os elementos materiais (comida, etc.), mas, também, num espaço onde as regras e as formas sociais que garantem a existência do grupo são reproduzidas. A casa constitui uma esfera privada com uma autoridade interna e a existência dos padrões de comportamento estão associados ao acontecimento dos fatos citados também por Heredia, que compõe a reprodução física e social da família nuclear tais como "ato sexual, o nascimento, a morte, o comer, o tratamento de doenças etc." Verificamos em Garcia Jr. que para examinar as atividades que ocorrem dentro de casa necessitamos realizar a ligação entre a distribuição do espaço interno da casa (quarto, cozinha, sala etc.) e o que ocorre em cada local deste espaço.

Segundo Garcia Jr. a sala é o local onde os camponeses recebem suas visitas, com um caráter predominantemente masculino é um local que deve estar sempre limpo e arrumado, pois representa a imagem do restante da casa aos visitantes. O autor nos revela que a cozinha é o local onde ocorre a transformação dos elementos (animal, vegetal e mineral) em alimento, a comida é geralmente preparada e estocada pela mulher, sobre a cozinha temos que "se a casa é o lugar da mulher, dentro desse espaço a cozinha é seu local próprio" (GARCIA JR. 1983, p. 170).

De acordo com Garcia Jr. os quartos são ocupados apenas à noite, permanecendo escuros na maior parte do tempo. Ele explica que à noite a reunião da família ocorre na sala de visitas devido a presença do lampião. O autor realiza uma síntese dessa relação entre cada cômodo da casa e os fatos que ocorrem em cada um deles,

> Nos quartos, o dormir; na sala de janta, o comer; na sala de visitas, o contato com o mundo exterior à família. Note-se que as atividades artesanais domésticas, como costurar, que se destinam a venda ao mundo exterior, á rede de parentesco e vizinhança, se realizam na parte "mais externa" da casa, a sala de visita. Aí também tem lugar o palestrar, conversa informal com pessoas de outras unidades domésticas, e as rezas, em que há reunião de várias pessoas para um culto religioso a domicílio ; é aí que se ouve rádio é aí que se dá o namoro e o noivado. (GARCIA JR. 1983, p.173).

Em parte dos assentamentos na região, e no Nova Conquista em especial, além da sala, as áreas avarandadas também são consideradas espaço de socialização com parentes e vizinhos e em alguns casos apresentam uma mesa com cadeiras ou bancos para o café quente o bolo ou pão e até cadeiras de área de varanda de fios coloridos, confortáveis para as conversas (sobre passado, problemas atuais e projeções do futuro) que prolongam-se por horas durante os domingos.

O autor, assim como Heredia (1979), nos revela que o terreiro é o local onde certos animais são criados pela família camponesa. Estes animais são classificados em: "cabra, porco e aves de pena". Os animais podem ser criados tanto soltos quanto presos e a tarefa de cuidar, alimentar e, posteriormente, transformá-los em alimento é, na maioria das vezes, das mulheres do grupo. Os filhos menores também auxiliam no momento de alimentar os animais. Embora se reconheça que com a compra da ração há um melhor desenvolvimento dos "bichos de terreiro" a alimentação destes é oriunda dos produtos do roçado ou dos restos de comida da casa, diminuindo as despesas com a compra de ração (ex. lavagem de porco).

Sobre o espaço ocupado pela mata no sítio camponês, Brandão (2009), no livro "No rancho fundo: espaços e tempo no mundo rural" revela que ela não é um lugar em que as pessoas frequentem constantemente, é da natureza e dos bichos selvagens em que os homens não entram nela sem um objetivo em especifico (caçar, procurar mel etc) e as mulheres aparecem no entorno da mata apenas para buscar madeira para lenha do fogão. As cachoeiras, quando são identificadas enquanto um lugar de lazer dos jovens, são "limpas do mato" (BRANDÃO, 2009, p. 102).

As matas nos assentamentos rurais do Pontal do Paranapanema frequentemente são as reservas já delimitadas pelo ITESP ou INCRA no momento da demarcação dos espaços do assentamento, os rios e cachoeiras perpassam os lotes contemplando com constância muitos lotes devido ao tamanho destes.

O roçado nos trabalhos de Garcia Jr. e Heredia é o espaço onde predomina o trabalho masculino. De acordo com Heredia (1979, p.49), a mandioca, o milho e o feijão são os principais cultivos do roçado, são eles que definem a existência ou não do roçado, portanto, o "abacaxi, pimentão, alface, jerimum, tomate, repolho, cenoura, cebola, melancia e melão" são cultivos que complementam os produtos fundamentais.

Dentre os produtos fundamentais do roçado, a mandioca ganha destaque, visto que pode ser mantida durante um período de tempo maior no roçado, somado à essa flexibilidade temos a capacidade de armazenamento depois da colheita, o que difere de outros produtos que tem de ser destinados à venda ou ao consumo logo após a colheita. Heredia nos adverte em relação ao ciclo agrícola da mandioca que ultrapassa o ano agrícola, mas que, por outro lado, requer um período maior de plantio do que os outros cultivos.

Sobre o trabalho no roçado, a autora nos revela que este possui um caráter familiar e que é mantido mesmo com a necessidade de contratar alguém para auxiliar. O momento em que a família está dentro do ciclo de vida do grupo doméstico pode determinar a contratação do trabalhador, visto que esta situação é necessária quando os filhos estão pequenos ou também quando os membros do grupo estão impossibilitados de realizar o trabalho. Na ausência do homem, a mulher assume o roçado, mas quando a mulher não se encontra em condições de fazê-lo o trabalhador contratado se faz necessário. Adiante veremos que no assentamento Nova Conquista há casos em que mulheres assumem seus lotes por vezes desde que estes foram conquistados e demarcados. Em alguns lotes as mulheres são divorciadas, viúvas e em outros apenas assumem um papel fundamental na produção mesmo com a presença do marido.

Sobre o trabalho e as formas de produção camponesa, José Vicente Tavares dos Santos em "Colonos do Vinho: Estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital" analisa como uma comunidade de camponeses do Rio Grande do Sul se articula através da análise de suas formas de produção. De acordo com Tavares dos Santos (*apud* Oliveira 2007, p.41-42), os elementos estruturais da produção camponesa constituem-se, de tal modo, no diferencial dessa classe em relação às formas de produção capitalistas (assalariamento), sendo eles:

- A "força de trabalho familiar" que, segundo Oliveira, é fundamental para o trabalho na unidade camponesa;
- "Ajuda Mútua entre os camponeses" que fundamenta-se na prática do mutirão ou auxílio simples nos dias de trabalho entre eles;
- "parceria" decorre da ausência de condições financeiras e ao contratar um parceiro os custos e também os lucros são divididos;

- “trabalho acessório” ocorre quando, em determinados períodos, o camponês transforma-se num trabalhador assalariado recebendo então pelo período de trabalho;
- “jornada de trabalho assalariada” ocorre quando, em momentos que exigem a realização de tarefas com certa rapidez num ciclo agrícola, o camponês começa a combinar a força de trabalho familiar e assalariada;
- “socialização do camponês” é fundamental, na medida em que por meio desta as crianças são inseridas como elementos da divisão social do trabalho;
- “propriedade da terra” que na unidade camponesa, segundo Oliveira (2007), é a propriedade familiar - é terra de trabalho e não instrumento de exploração;
- “propriedade dos meios de produção” em que, na maioria dos casos, parte destes meios é adquirida (mercadoria) e a outra parte é produzida pelos camponeses;
- “jornada de trabalho” em que não há rigidez de horário, sendo que esta varia de acordo com a época do ano e os produtos cultivados.

Adentrando às formas de trabalho da unidade camponesa, que são realizadas apenas pela família nuclear, Heredia (1979) realiza a descrição do plantio no sítio camponês, em que antes de realizá-lo é necessário preparar a terra. A retirada do mato que cresceu após o término de um ciclo agrícola marca o início de outro, “a foice comum ou foice de dois gumes” é o equipamento utilizado para retirar o mato das unidades camponesas de Pernambuco. A coivara é realizada, pois junta-se o mato que foi arrancado e depois se realiza a queima do terreno; posteriormente utiliza-se a enxada para retirar o mato pequeno que restou. Sobre a divisão de tarefas no momento do plantio a autora nos revela que,

> Habitualmente, todo o trabalho de preparação da terra que antecede ao plantio é tarefa realizada pelos homens. Quando se faz o plantio são os homens que abrem as covas, enquanto as mulheres vem logo atrás jogando as sementes e cobrindo imediatamente as covas com terra, o que geralmente é feito com os pés. Os buracos são cavados normalmente com enxada [...]. As covas são cavadas de modo que formem carreiras e a distância existente entre os buracos e as carreiras

> variam de acordo com o tipo de cultivo, dependendo da forma de expansão das diferentes plantas e de como se semeiam um ou mais cultivos, na mesma parcela de terra e no mesmo buraco. (HEREDIA, 1979, p. 57).

No que se refere à escolha das sementes utilizadas no plantio, os camponeses estudados por Heredia preferiam as sementes oriundas de suas próprias colheitas, pois assim, eles tinham a segurança de ter realizado uma seleção das melhores sementes. Além da qualidade da semente, escolher entre àquelas provenientes de sua unidade de produção propiciava a realização de uma economia, pois o camponês não precisava realizar gastos com a compra destas. No caso do plantio da mandioca, o tronco (maniva) da planta substitui a semente.

Dentre as ferramentas utilizadas no sítio, destacamos: enxada enxadeco, machado, foice pequena de dois gumes, ferro de cova, picareta, facão e a faca, martelo e alicate. A autora destaca a importância da enxada para o roçado, pois esta é símbolo do trabalho agrícola camponês e geralmente cada membro do grupo doméstico possui a sua própria enxada, o que não ocorre com as outras ferramentas.

As verduras plantadas em qualquer época do ano necessitam de uma fonte de água disponível para seu desenvolvimento, pois requer uma quantidade maior deste elemento. Os cuidados referentes a este tipo de cultivo são realizados por mulheres que se encarregam de semear, transplantar a "muda" para o canteiro, retirar o mato e de regar. Em geral, devido à necessidade de água as verduras são cultivadas próximo às moradias. As "lavouras ligeiras", como são conhecidas na Zona da Mata, têm um ciclo agrícola muito curto e sua venda possibilita a manutenção do sítio durante os períodos críticos transformando-se em "produtos comerciais do roçado".

Dentre as técnicas adotadas de plantio e das formas de utilização da terra, evidenciamos, na teoria, a sucessão dos cultivos utilizando a mesma área e a associação destes cultivos, em que neste último, na mesma "parcela" de terra podem ser cultivados produtos diferentes, sejam em fileiras separadas ou com tipos diferentes de sementes na mesma "cova".

As medidas adotadas para evitar o esgotamento do solo no sítio camponês, entre os ciclos agrícolas, é a utilização do adubo. A diferenciação entre o que é adubo e o que é estrume é realizada na medida em que o estrume é o adubo natural, proveniente da galinha, da cabra ou do gado bovino, além da palha "capim seco"; já o adubo é o

produto químico, ou seja, o fertilizante que os camponeses tiveram acesso a partir de técnicos e etc.

O roçadinho, tratado inicialmente nos estudos de Heredia e posteriormente em Garcia Jr., é um espaço do sítio importante para o grupo doméstico, na medida em que estes são destinados ao trabalho dos filhos dos camponeses, que dividem seu tempo entre o roçadinho e o roçado familiar. Heredia nos revela que os roçados individuais são adquiridos pelos filhos entre os 10 e 12 anos de idade e refere-se a uma parcela pequena de terra onde ocorre o processo de "aprendizagem e adestramento das técnicas", além da "formação de comportamentos" necessários ao trabalho agrícola. Veremos posteriormente que o roçadinho perdura até a atualidade no assentamento Nova Conquista, porém o tempo estimado para a existência do roçadinho e a idade dos filhos alterou-se com o passar dos anos.

Há um aumento da responsabilidade dos filhos após adquirir o roçadinho e os cultivos realizados por eles são semelhantes aos do roçado familiar, o que se vende do roçadinho é destinado ao consumo individual dos filhos. Sobre o roçadinho, Garcia Jr nos revela que este é uma plantação "efetuada sob o controle de cada membro da unidade doméstica que não o pai, cujo produto é vendido para proporcionar a seu detentor a aquisição de uma determinada mercadoria" (GARCIA JR, 1983, p. 191).

Outra característica do roçadinho nos assentamentos rurais do Pontal é que o que se vende também é destinado as novas famílias que se formam a partir do casamento dos filhos e não apenas a um consumo individual deles.

No que se refere ao gado no geral e a "miunça" (criatório de ovinos e caprinos), utilizaremos as contribuições de Woortmann (1995), cuja obra apresentaremos melhor nos próximos parágrafos. Verificamos no trabalho da autora o que significa essa criação no sítio e seu significado na fazenda, pois na grande propriedade a criação destes animais é um fim enquanto no sítio é um meio,

> Isto é, na fazenda o gado é destinado ao mercado, enquanto a atividade – fim que objetiva o lucro; na fazenda o gado é pecuária. No sítio o gado é criação, e corresponde a uma atividade – meio. Seu significado é, basicamente, o de uma reserva de valor; garantia contra os efeitos da seca, à qual ele resiste mais que a lavoura; o de uma forma de acumulação, ou de poupança, destinada à aquisição de terra, inclusive para possibilita a própria lavoura, através do estrume. (WOORTMANN, 1995, p.286).

Nos estudos a respeito do campesinato nos assentamentos rurais da região do Pontal do Paranapanema temos que a produção leiteira constitui-se numa importante atividade da economia regional e os bovinos possuem três finalidades: sendo fonte de carne e leite para o autoconsumo, bem como propícia à venda dos produtos diretos de derivados e funcionam também como reserva de valor (assim como em Woortmann, Heredia e Garcia Jr.), pois o assentado pode vender o animal, quando necessitar de recursos mais elevados para manter o lote. (OLIVEIRA, et al., 2011).

Além da venda dos animais para levantar recursos para manter o lote, no assentamento a comercialização destes pode propiciar a compra de um meio de transporte ou a troca deles pode ter essa finalidade, além de se converter em capital de entrada para a compra de equipamentos para o sítio.

Se tradicionalmente, o espaço doméstico é considerado um espaço feminino e o roçado masculino, em que no terreiro há atividades do âmbito feminino e masculino a comercialização dos produtos do roçado ou do terreiro é predominantemente de responsabilidade do "pai de família". A feira é um local para vender e também comprar alimentos, além de ser um espaço de socialização - trocas de informações. Todavia, a feira perde a característica de um espaço onde predominantemente os homens da casa realizam a comercialização dos produtos, evidenciamos muitas mulheres expondo seus cultivos, doces e artesanatos nas feiras da reforma agrária ou em feiras tradicionais de municípios e com menos frequência em eventos.

Ellen F. Woortmann (1995) na obra "Herdeiros, parentes e compadres" traz uma abordagem da família camponesa tratando como tema central a reprodução desta através das relações de parentesco. Uma parte significativa dos estudos a respeito do grupo doméstico na concepção da autora traz uma abordagem referente à unidade de produção e de consumo. A respeito do seu trabalho, Woortmann nos revela que preocupa-se muito mais com "os valores" que norteiam a reprodução da família do que com sua configuração enquanto produtora e consumidora.

Os estudos da autora têm como universo empírico os "habitantes de Lagoa da Mata" em Sergipe e os da colônia teuto-brasileira de Dois Irmãos, no Rio Grande do Sul. No que diz respeito aos colonos teuto-brasileiros, Woortmann se dispõe a analisar as categorias simbólicas através dos quais os colonos pensam o parentesco.

Dentre as contribuições da autora, verificamos que o princípio do *keim* que orienta a definição de "casáveis" e "não casáveis" dentro de parâmetros étnicos e religiosos é fundamental dentro da comunidade camponesa, pois limita as possibilidades

matrimoniais. O *keim*, entre os colonos teuto-brasileiros, se refere tanto à flora quanto a animais e pessoas em que o tronco familiar é importante para designar se alguém ou algo tem o *keim* ruim ou bom.

> O *Keim* de uma pessoa é transmitido hereditariamente. Diz-se que está oculto no sangue: *es steckt im blunt,* podendo implicar tanto características físicas como morais. Equivale a uma espécie de carga genética – localizando-se, assim, no plano da natureza – mas que inclusive como critério norteador e escolhas matrimonais. Daí a importância de se conhecer a ascendência dos futuros cônjugues. Importa saber quem eram os ascendentes do noivo ou noiva, isto é, os futuros afins, que serão consanguíneos dos filhos do novo casal. (WOORTMANN, 1995, p. 139).

Referindo-se ainda aos colonos do Rio Grande do Sul, a autora nos revela o significado de sair do campo, ir para a cidade esta ligado a "perdição", na medida em que há um rompimento como os "padrões de autoridade" e com o "modelo de solidariedade familiar" tão caros à sociedade camponesa, "a cidade é o lugar, por assim dizer, da guerra de todos contra todos". (WOORTMANN, 1995, p. 137). Muitos dos camponeses assentados do assentamento Nova Conquista fizeram esse movimento de sair do campo, partir para a cidade e depois da luta voltar ao campo perpassando por valores diferentes e por modelos de solidariedade distintos.

Com isso, entendemos que os camponeses dos assentamentos rurais constroem e utilizam outros espaços antes do sítio, assim como relações que são construídas também nestes espaços. Os acampamentos, por exemplo, são partes fundamentais do processo de luta realizado em diferentes municípios, são essenciais para compreender o movimento dos sujeitos no território e também a futura construção de seus espaços de vida.

4.3 A organização espacial do assentamento: Do lote ao sítio. Construindo o espaço de vida.

> Conquistado o novo espaço, a princípio amplo e não delimitado, ocupado pelo verde, as famílias assentadas constroem suas casas, retratos de muitos sonhos que se inscrevem no espaço como constelações. (D´ AQUINO, T. 2011, p.49)

O PA Nova Conquista possui 104 lotes, dentre os quais, 77 situam-se no município de Rancharia-SP e 27 no município de Martinópolis-SP. O PA foi criado no dia 14 de Dezembro de 1995 e o assentamento definitivo ocorreu em Outubro de 1998, numa área total de 2.493,12 ha entre as coordenadas 22º 12‟‟ e 22º 17‟‟‟latitude sul e os meridianos 51º 00‟‟‟e 51º 06‟‟‟a Oeste de Greenwich, em que as áreas médias da parcela são de 18,1 ha. A área útil do assentamento é de 1.860,26 ha, pois 106,11 são de áreas de proteção permanente; 29,64 em estradas e 3,32 em centro de equipamentos e serviços; 608,75 em reservas florestais; 476,82 em reservas averbadas e um total de 37 lotes em áreas de mata. No que diz respeito às áreas que fazem limite com o assentamento, temos o assentamento Nova Vida, a oeste; a fazenda Bartira localiza-se ao Norte e a Nordeste do assentamento; a Leste localizam-se pequenas propriedades (ao longo da estrada de ferro) e, ao Sul, temos as fazendas Piola e Jaguar (FERNANDES, 2000, p.14-15).

A área comunitária contém uma igreja católica, um bar, um tanque de resfriamento comunitário, uma casa de madeira, em que no início do assentamento funcionava uma escola, e a igreja evangélica Assembléia de Deus. Próximo a esse espaço situa-se o açude aonde os camponeses buscavam água no período de acampamento e também nos primeiros anos do assentamento.

No que se refere ao relevo do assentamento, Fernandes (1999) afirma que este corresponde a feições morfológicas homogêneas “elevações tipo colinas com altitudes variando entre 500 a 600 metros, em relação ao nível do mar”, essas colinas “tem topos aplainados, normalmente vertentes longas de milhares de metros, com acentuada declividade (1 a 13%) nos terços inferiores”. Verificamos que as vertentes formam “vales em „V‟ bem abertos ocorrendo faixas muito estreitas de áreas de várzea ao longo dos córregos”, as referidas várzeas estão abaixo da cota de 460 metros. Os recursos hídricos (importantes em momentos como o acampamento e no período emergencial do assentamento) são compostos pelos córregos Ramos, que banha 20 lotes do assentamento cortando ele de norte a sul, desaguando no Ribeirão Laranja Doce, e o córrego Laranja Doce, que banha 16 lotes e situa-se no sentido leste-oeste (FERNANDES, 2000, p.39).

No que se refere ao local onde os camponeses residiam antes de começar a participar da luta pela terra podemos verificar os dados do quadro seguinte:

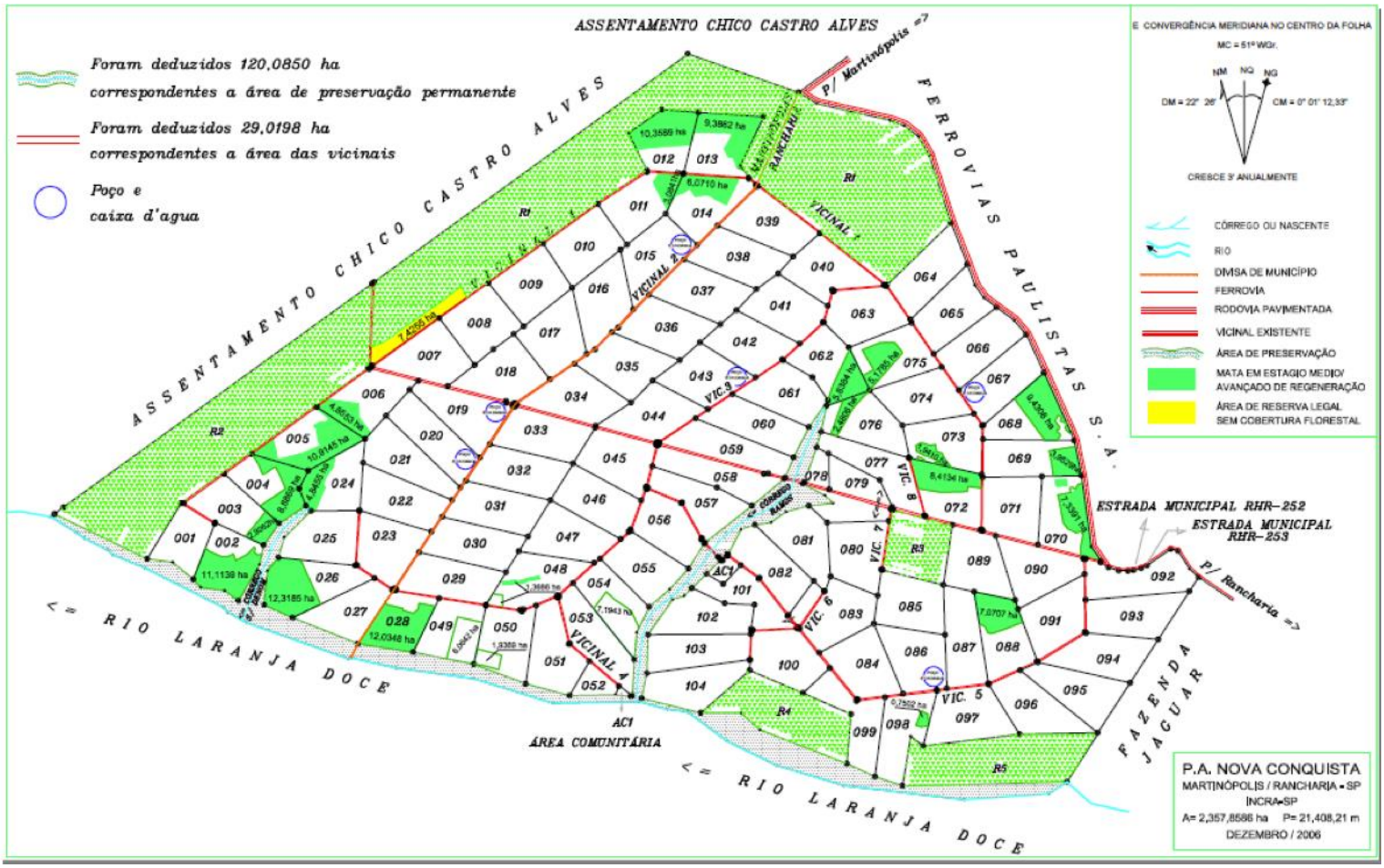
Quadro 5: Munícipio onde os camponeses do Nova Conquista residiam antes do acampamento

Cidade	Número de pessoas	%
Promissão-SP	144	32,3
Getulina-SP	32	7,2
Penápolis-SP	25	5,6
Rancharia-SP	25	5,6
Birigui-SP	24	5,3
Avanhandava-SP	21	4,7
José Bonifácio-SP	19	4,3
Queirós-SP	17	3,8
Lins-SP	15	3,4
S. J. Rio Preto-SP	11	2,5
Outros	113	25,3
Total	446	100

Fonte: FERNANDES, 2000, p. 54. Org: TEIXEIRA, 2014.

De acordo com Fernandes (2000), a maioria dos camponeses é oriunda de Promissão-SP, devido à influência do assentamento Reunidas no processo de organização da luta, que discutimos em Capítulo anterior, o que reafirma a espacialização da luta pela terra. Durante o trabalho de campo também evidenciamos que grande parte dos assentados têm laços de parentesco ou conhecem o assentamento. Dos municípios do Pontal do Paranapanema destaca-se o município de Rancharia-SP, onde atualmente está localizado o assentamento Nova Conquista.

Mapa 1: Assentamento Nova Conquista[9].



Fonte: INCRA, 2013.

Ainda no período do assentamento emergencial, somando aos objetos naturais do espaço do assentamento, vão surgindo objetos fabricados. No período do assentamento emergencial, as terras eram coletivas e o trabalho ora era realizado de forma coletiva (em hortas, por exemplo) ora "individual", para o plantio de feijão, milho, arroz etc. As famílias escolhiam uma parcela de terra e plantavam para o autoconsumo e para a comercialização. A água era encontrada em alguns poços cacimba que os camponeses furaram e também nos córregos do espaço em questão.

> *[...] cada um tinha um pedacinho, escolhia aí um pedacinho de terra uns queriam dividir, mas depois eles disseram: ah eu já estou plantando aqui vou continuar plantando aqui, eu mesmo plantava milho assim cheguei até a colher 100 balaios de milho ou mais, feijão,*

[9] Essa foi a base que levantamos junto a órgãos oficiais, servirá de subsídio para a produção dos mapas que irão compor o trabalho.

antes de sair a terra teve gente que colheu 100 sacos de feijão, nessa época já tinha saído a terra foi antes de cortar os lotes, nessa época não sei se foi 97 ou 98 na região aqui, nós fomos os que mais produziram feijão, muita gente produziu, eu naquela época vendi feijão a vinte reais o saco e 15 reais, não tinha preço porque muita gente produzindo. (Camponês do assentamento Nova Conquista, entrevista realizada em Janeiro de 2014).

Figura 20: A colheita de arroz da família camponesa no assentamento emergencial

Fonte: Foto cedida pelos camponeses em trabalho de campo, 2014.

Durante o assentamento emergencial eram 200 famílias, mas, no cálculo da quantidade de lotes, o INCRA chegou à conclusão de que o assentamento Nova Conquista contaria com 104 lotes. Parte das famílias voltou para a luta no município de Guarantã, enquanto que o excedente ocuparam as fazendas vizinhas, com a ajuda do restante do grupo e de mais trabalhadores oriundos do município de Rancharia. Mesmo com a saída desses camponeses ainda não era possível a demarcação dos lotes, pois também havia mais famílias do que parcelas de terra. Assim, o INCRA juntamente com o movimento, decidiu que, para cada dois solteiros destinaria um lote e um deles ficaria

como titular. O método não agradou os solteiros e a prioridade foi dada às famílias que contavam com mais membros.

> *[...] pessoal achou melhor que cortasse os lotes o INCRA veio e falou que iria cortar os lotes, mas se o pessoal concordasse que aquelas pessoas que fossem solteiras (sozinhas) iriam pegar o lote em duas pessoas, eles iriam colocar um marco no meio né, a metade, mas sendo titular um, assim que surgisse outra terra aquele um saia e iria para o outro, aí é lógico que quem pegou assim não queria mas como a maior parte era pai de família, não que os solteiros não sofreram, sofreram mesma coisa todo mundo, mas aí a minoria que seriam os solteiros não tinham nem como falar e aí eles cortaram, aí aquela faixa do 31,32 era dos solteiros, aí foi sorteado. (Camponês do assentamento Nova Conquista, entrevista realizada em Janeiro de 2014).*

O acesso ao espaço do lote em sua totalidade foi então restrito no caso dos solteiros que passaram a dividir seus espaços de vida. Neste aspecto, Neves e Motta-Maués (2013), na introdução do livro "Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamento político", nos chama a atenção para a importância dos estudos etnográficos que visam compreender o casamento e as formas de transmissão do patrimônio fundiário na área rural. Nos assentamentos rurais devemos compreender "a resistência aos trabalhadores solteiros por gestores institucionais da constituição de assentamentos rurais ou de recrutamento de trabalhadores para o colonato e meação", as autoras revelam que ,tanto na aceitação "de demanda pela terra como na de recrutamento para o vinculo produtivo, há sempre o favorecimento dos que estão se organizando ou já se organizaram pelo casamento". Centrando as reflexões nesse aspecto, Neves e Motta-Maués (2013, p.27) verificam que o campesinato pressupõe a reprodução da família nuclear ou extensa.

Sobre a necessidade do casamento e para garantir o acesso ao lote o camponês nos revela sua história,

> *Eu era solteiro, meu irmão solteiro e meus pais cadastrados, seriam três lotes para sobreviver, mas ai nesse movimento o do meu irmão*

> *eles cancelaram o cadastro dele e ele não conseguiu pegar terra até hoje, agora ele vai pegar porque meus pais faleceram os dois e ele vai ficar com o lote dele, mas pela luta ele não ganhou o movimento não lutou pelo cadastro dele, e eu fiquei né consegui na época eu já tinha 33 anos e eu fui la e convidei a Marlene como as terras aqui não dava assentamento para todas as famílias que tinha né, ai ficou um pessoal emergencial assentado de dois em cada lote, e nessa daí eu iria dançando ficando sem a terra ai eu falei não eu sou família eu também vou me casar vou trazer minha mulher só estava esperando sair a posse da terra para trazer minha mulher né, ai eu fui lá e convidei ela para vir embora comigo no barraquinho aqui. (Camponês do assentamento Nova Conquista, entrevista realizada em Janeiro de 2014).*

Após atingir o número de famílias que poderiam ser contempladas com a quantidade de lotes do Nova Conquista, o INCRA realiza o sorteio dos lotes e disponibiliza um tempo antes de começar a documentação dos titulares para que estes pudessem trocar suas parcelas de terra. Muitos realizaram a troca por motivos como a da camponesa que cuidava de suas filhas sozinha e, inicialmente, havia sido sorteada com um lote cheio de mata e mais isolado. Um ponto comum entre nossos sujeitos é o fato de que a água era um problema entre os recém-assentados, pois para encontrar tal recurso eram necessários poços muito profundos e que, por vezes, esgotavam-se rapidamente.

A respeito da chegada ao lote o camponês nos revela sua experiência,

> *Quando nós entramos no lote a terra era um capoeirona bruta que pra mim achar o meu lote vim encima da capota do trator marcando o rumo que eu vinha, aqui era mata, não era limpo era mato, aqui era um capueirão não tinha nem lugar de fazer barraco, aqui nessa estradinha nós viemos marcando com galho o trator rastando a grade e nós encima e marcamos meio por rumo onde era o lote, eu sabia porque tinha ajudado a medir né, ajudamos o engenheiro carregando baliza e anotando, aí marcou o lote onde era, nós marcamos mais ou menos pelas árvores. (Camponês do assentamento Nova Conquista, entrevista realizada em Janeiro de 2014).*

Após a escolha dos lotes e vencer as primeiras dificuldades em relação ao "mato", os camponeses começam a organização do lote pela construção da cerca, os assentados afirmam que uma das primeiras ações dentro do lote era cercá-lo para evitar que as "criações dos vizinhos" invadissem o sítio e, também, para que eles pudessem comprar e cuidar de seus próprios animais.

> *Só que a primeira coisa que eu fiz foi, na época eu já tinha conseguido comprar umas duas vaquinhas, aí fiz uma cerca, aí veio um tal de fomento, que era para comprar o que comer mas a gente sempre trabalhava para ganhar o que comer aí eu andei comprando uns arames para fazer a cerca, depois que fiz a cerca eu trouxe o gadinho que era pouco mas tinha que ter cerca. (Camponês do assentamento Nova Conquista, entrevista realizada em Janeiro de 2014).*

Muitos dos assentados, devido ao problema referente à água, passaram de 4 a 5 anos "puxando água" em açudes e poços antigos (do período de acampamento), além de utilizarem os córregos que compõe a hidrografia do assentamento. Os camponeses residiram inicialmente no lote em barracos de lona semelhantes aos que eles utilizaram no acampamento sendo substituídos por casas de madeira e, na atualidade, por casas de alvenaria. Construir a primeira moradia com qualquer um destes materiais (lona, madeira ou bloco e cimento) tinha o mesmo significado nos primeiros momentos do lote, visto que, era a materialização da conquista da terra. Sobre este processo uma de nossas entrevistadas nos revela que,

> *No início eu vim num barraco de lona mesmo, uma barraca pequena de lona passamos pouco tempo seis meses e consegui fazer uma casa de madeira, uma casa de tabua com piso de vermelhão e com telhado de telha, ficou até que uma casinha razoável pra gente essa casa era considerada uma casa linda, maravilhosa uma mansão, hoje a gente pode até dar risada dessa história, mas a gente ficou muito feliz com a casa porque já havia seis anos que a gente estava nas barracas, sofrendo despejo e por final das contas tinha conseguido as terras então a gente estava explodindo de felicidade, essa casa era linda eu*

> *podia encerar a casa e ela ficava com o chão bonito ao contrário das barracas que era só na terra né, ai mudou eu comecei a trabalhar começou a vir o dinheiro [...] consegui mais projetos e um poço semi-artesiano e foi melhorando porque no inicio mesmo eu não tinha água na minha casa, como no meu lote tem um córrego as minas são muito boas um pouco pra cima mas pertinho do rio né e eu ia lavar a roupa no córrego a gente trazia água para fazer a comida, eu ia na parte da tarde lavar a roupa ficava a tarde toda lavando o varal era nas arvores secava e eu pegava e vinha embora eu e o cachorro que ficávamos na beira do córrego eu lavava a roupa e ele me vigiando e as meninas para a escola [...].(Camponesa do assentamento Nova Conquista, entrevista realizada em Janeiro de 2014).*

O trabalho utilizado para a construção da moradia era realizada por contratados, amigos, compadres e familiares, sendo a autoconstrução uma prática recorrente entre os camponeses. A camponesa que lutou pela terra em busca de melhores qualidades de vida para cuidar de seus netos, nos revela que, o responsável pela mão de obra utilizada para a construção de sua casa foi um dos filhos que recebeu auxílio dos demais no que se refere ao apoio econômico. Ela ainda afirma que a ajuda dos amigos de Promissão-SP, que trouxeram janelas e portas para a construção, foi essencial, este fato reforça o que muitos autores referem-se ao mencionar a solidariedade camponesa, a ajuda mútua quando nos aproximamos das formulações de José Vicente Tavares dos Santos em "Colonos do Vinho" de 1978, a amizade e o compadrio mencionados por Woortmann, Heredia e etc.

Os camponeses receberam o primeiro fomento para a construção da moradia, mas o capital só cobria os primeiros gastos com a compra dos materiais, deixando os gastos com pedreiros e o acabamento da residência. A ajuda mútua foi essencial nesta fase, um de nossos entrevistados conta que o auxílio de seu compadre (pedreiro) foi importante, pois o preço foi abaixo do cobrado pelo mercado e ele trabalhou como auxiliar para diminuir ainda mais os custos. Segundo o referido compadre (camponês do Nova Conquista) ele construiu por volta de 30 moradias no assentamento. Verificamos mais um caso de autoconstrução (imagem 21, todavia, realizada inteiramente pela família nuclear em que o marido, a esposa e o filho construíram sua primeira moradia de alvenaria).

Figura 21: A família nuclear construindo a moradia de alvenaria

Fonte: Foto cedida pelos camponeses em trabalho de campo, 2014.

Dentre os materiais utilizados para a construção da moradia os camponeses, algumas vezes, vão além dos produtos comprados nas lojas de construção como: cimento, tijolo, telhas e madeiramento para o telhado. Notamos, no caso da camponesa que abriga filhos e netos no lote, a construção de uma casa (para a filha) utilizando mão de obra familiar (o assentado que construiu cerca de 30 casas é filho da titular) e madeira oriunda dos eucaliptos plantados no próprio lote. A casa da filha está sendo construída numa antiga estrutura voltada à criação do bicho da seda no lote; o barracão, que outrora era utilizado para gerar renda para a família, servirá de moradia para uma das filhas da camponesa.

Figura 22: Moradia sendo construída aproveitando a estrutura do barracão do bicho da seda e com madeiramento oriundo do lote

Fonte: Organização da autora. Trabalho de campo Janeiro de 2014.

Além dos problemas referentes à água, sendo resolvidos em alguns casos ao longo do tempo, com a substituição de poços cacimba por poços artesianos e permanecendo em outras situações, como no caso dos camponeses que utilizam a "água que vem da rua" (poços comunitários), mas que continuam tendo problemas devido à escassez de água desses poços em alguns períodos, os problemas a respeito das questões do saneamento básico englobam também a questão de fossas e do lixo.

As fossas, que antigamente eram "buraco negro", hoje estão sendo substituídas por fossas sépticas através de um convênio entre a prefeitura e o INCRA. Todavia, o lixo continua como em tempos antigos na área rural sendo queimados em buracos e transformando-se em fonte de preocupação para os camponeses, principalmente quando algum animal ingere lixos como sacola de plástico e etc.

4.4 O trabalho camponês no e fora do assentamento

Este tópico busca abordar questões que obtém relevo quando tratamos dos assentamentos da reforma agrária, descobertas em relação a modificações a respeito da teoria já mencionada no texto e as possíveis adaptações e possibilidades encontradas pelas "novas famílias" constituídas pelos filhos dos titulares camponeses para manter-se junto a sua família no lote, junto a terra que também foi prometida a eles. Questões como o trabalho da mulher no assentamento, evitando que mais lotes sejam comercializados e propiciando apoio a outras mulheres, são relevantes para a compreensão desses espaços de vida.

A respeito da família constituída pelos filhos, através do casamento, e da situação que os envolve quando não reúnem condições para ter o seu próprio lote ou nos casos da propriedade privada o sítio, Heredia (1979) nos revela em seus estudos que, a partir do casamento os filhos passam a constituir uma residência e um espaço de produção separados. A autora ainda afirma que a perda do roçadinho também se dá no momento em que é constituída uma nova família. Todavia, quando os filhos casados continuam nas terras do pai (isso se dá especialmente devido à escassez de terras na região estudada por Heredia), estes passam "a ter uma produção independente através do trabalho em outras unidades produtivas e, consequentemente, um consumo separado" (HEREDIA, 1979, p.106). Assim, é ressaltado que:

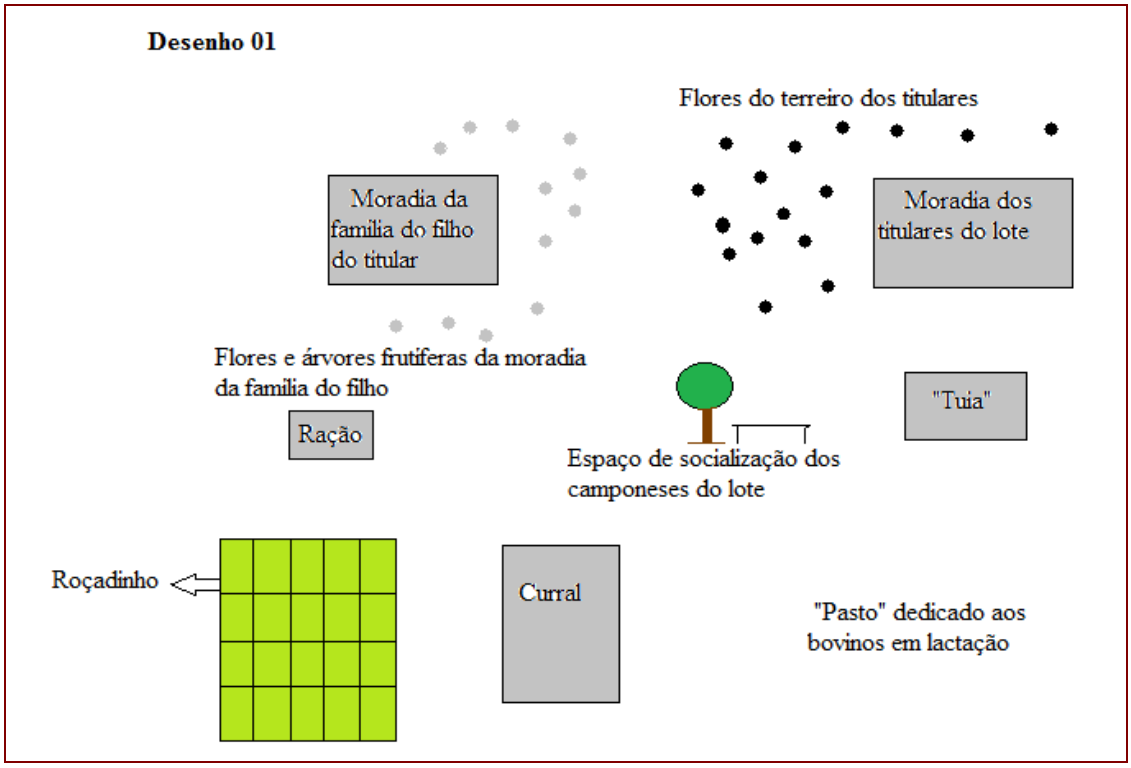
> Algumas unidades familiares, quando um dos seus membros casa, veem-se obrigadas a dar um pedaço de terra da parcela familiar, para que os noivos construam sua casa, muito embora continue sendo evitada a concessão, ao mesmo tempo, de uma parcela de terra na qual se estabeleça um novo roçado. Isso se deve ao reduzido tamanho da parcela de terra, razão pela qual sua fragmentação a tornaria improdutiva. O filho a que se dá lugar para fazer sua casa deverá trabalhar fora da propriedade paterna. *(HEREDIA, 1979, p.146)*.

Quando os filhos não conseguem construir uma nova residência eles passam por um período de transição, que Woortmann (1995) verifica em seus estudos, em que o novo casal "passa a residir na casa dos pais do marido, onde terá um quarto separado, marcando sua individualidade. Não disporá, contudo, de autoridade na casa", quando o marido não se trata do herdeiro do sítio o casal também pode buscar abrigo na propriedade dos pais da esposa (WOORTMANN, 1995, p. 178).

No assentamento Nova Conquista, os filhos, ao se casarem, levam consigo as novilhas e os bichos de terreiro que eles começaram a criar ainda nos lotes de seus pais; muitos conseguem comprar um novo lote a partir da venda destes animais, somando com o dinheiro que conseguiram trabalhando no latifúndio vizinho.

As novas moradias, quando construídas no lote dos pais, são próximas à casa da família do titular; todavia, a proximidade não é tão grande a ponto de não propiciar à nova moradia um terreiro. O terreiro nas novas residências, constituído por árvores frutíferas e, às vezes, apenas por pés de flores, marcam uma individualidade sem, contudo, necessitar da construção de uma cerca para separar as duas moradias. Segue o croqui com um "recorte" do espaço do lote no qual ocorre o caso mencionado.

Figura 23: Croqui do lote



Elaboração da autora, 2014.

Verificamos que no assentamento quando ocorre dos filhos permanecerem no lote, estes, apesar de constituir uma nova família nuclear, não perdem o direito a um espaço para o plantio; todavia, este espaço continua sendo pequeno (roçadinho) constituído por hortas, estufas ou uma área para o plantio de cultivos como quiabo, por exemplo. O filho não procura outro espaço para constituir seu roçado, visto que a região onde se encontra o Nova Conquista abriga, de uma forma contínua a esse espaço, mais

dois assentamentos: Nova Vida e Chico Castro Alves. Tal fato, dificulta a procura por espaços de produção para o arrendamento, ele então encontra um emprego na usina de álcool e açúcar que se localiza na frente da entrada do assentamento, do outro lado da rodovia, que se situa na fazenda Bartira ou procura emprego em outros serviços da mesma fazenda, como os cuidados com a seringueira e os serviços gerais do latifúndio.

Assim como no caso apresentado por Tavares dos Santos no Rio Grande do Sul ao afirmar que a "pequena lavoura emergiu geográfica ou institucionalmente sitiada pela grande propriedade" verificamos, no caso do assentamento, que a "grande propriedade" Bartira faz com que muitos filhos e, em casos menos frequentes titulares dos lotes possam permanecer em seus sítios, pois se o filho tem a possibilidade de residir com os pais, estes, por sua vez, em alguns casos, trabalham temporariamente na usina e no restante da fazenda em épocas difíceis para permanecerem no lote (trabalho acessório).

Quando os camponeses titulares iniciam os trabalhos na usina, como forma de uma "poupança até que as coisas melhorem no lote, isto ocorre com muito pesar por parte deles. Durante a nossa convivência evidenciamos o relato de um camponês que após muitos anos de trabalho como agricultor (desde o período em que residia com seus pais) é forçado economicamente a iniciar como tratorista um trabalho na usina. O capital e todo o seu sistema mostra nesse momento mais uma de suas faces, pois notamos que o camponês apresentava uma certa culpa pelas atividades no espaço de vida terem fracassado do ponto de vista econômico, apesar de todo o seu trabalho. O assentado não estava conseguindo viver apenas da comercialização do leite e lhe faltava recursos e auxilio para iniciar e diversificar os cultivos. Para compreendermos melhor o sentimento do camponês, D´Aquino a partir de seus estudos a respeito dos camponeses do assentamento Reunidas (que mantém uma grande proximidade em termos de relações com o assentamento Nova Conquista) nos revela que,

> A liberdade de fazer o próprio horário, de planejar e executar com autonomia as atividades de produção e mesmo as mais corriqueiras do dia-a-dia, o cotidiano da vida, aliada à produção para o autoconsumo, que garante fartura, são símbolos do estilo de vida que escolheram. (D´AQUINO, 2011, p.28).

Apesar do trabalho na usina ou em outra área da fazenda, evidenciamos que os filhos não perdem totalmente o vínculo com as atividades do espaço de produção do

lote, visto que muitos filhos e genros, ao chegar do emprego, ou antes de ir para ele, auxiliam os pais e sogros nas tarefas como: tirar leite, mexer na estufa, carpir etc.

O alimento da casa dos filhos (com empregos formais na usina) serve de importante apoio para a casa dos pais quando ocorre uma perda na produção devido às forças da natureza. Na ocasião de nossa estadia no assentamento, verificamos um período posterior a uma "chuva de granizo" que acabou com a produção das estufas, deixando os camponeses em dificuldades; neste momento evidenciamos também a família constituída pelos filhos compartilhando a comida com os pais. Estes, por sua vez, principalmente as avós das crianças, ficam com os netos que residem no lote por vezes o dia inteiro, quando os pais da criança trabalham fora do lote.

Dentro das novas configurações familiares notamos, cada vez mais, o convívio diário dos netos com os avós, seja em casos no qual os pais residem no lote e trabalham o dia inteiro fora ou em casos em que os netos residem com os avós na mesma moradia. Nesse sentido, verificamos um caso em que os netos, já na idade adulta, residem no lote dos avós mesmo com os pais morando no lote ao lado, pois a avó deu um espaço para eles construírem uma residência e um espaço para construir uma horta e etc.

Nos casos em que a família nuclear tem como atividade principal as estufas ou as hortas, os camponeses até consideram que a família constituída pelos filhos poderia sobreviver do lote, mas alegam que a ausência de créditos e, portanto, de projetos destinados a eles dificultam as atividades. Sobre esta questão e também a necessidade de obter uma DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf) para seus filhos a camponesa acrescenta que,

> *[...] Aqui nós temos uma DAP só por família e que nem eu tenho três filhos casados e moram aqui no lote, e só que é uma DAP só a do meu marido pra gente trabalhar, e acaba que os meninos tem que sair pra fora para trabalhar porque se ficar aqui dentro não dá, porque você tira o leite e mais uma rendinha e da pra sobreviver. Com as DAPs você consegue projetos para trabalhar [...] porque eu vou falar uma coisa para você, os filhos crescem e depois de 18 anos eles não tem o direito que a gente tem dentro do lote, eles não tem o direito do INSS se eles casar eles não tem o direito que nós temos, eles já constituíram outra família e isso o INCRA até hoje nunca fizeram nada por isso e que nem os meus filhos eles nunca largaram de mim eles trabalham la*

> *fora mas eles moram aqui dentro eles trabalham na usina.* (*Camponesa do assentamento Nova Conquista, entrevista realizada em Janeiro de 2014).*

A camponesa casada com um filho de assentado da mesma comunidade nos revela a preocupação que ela tinha com essa situação e como isso influenciou na decisão de comprar o seu próprio lote; a questão agora gira entorno da possibilidade da aposentadoria.

> *[...] surgiu a oportunidade porque eu dizia assim que sempre queria um lote porque eu como produtora de produzir muito tomate e pepino essas coisas eu não tenho uma nota de produtora rural porque o assentamento não poder ter dois CNPJ por lote o meu pai correu atrás, perguntou para os caras do INCRA e do ITESP foi na casa da lavoura um monte de lugar eles falaram que não pode porque, você mora emprestado né não é igual uma terra particular que você pode ir lá e arrendar e fazer outro talão de notas para você produzir porque mesmo que você produz não adianta nada porque vai dizer você produz o que? Tudo o que eu produzi até hoje esta tudo no talão da sogra e do meu pai, tudo que tiver e que sair esta tudo no nome deles no meu não poderia sair nada, então vai ser difícil aposentar, eu moro na roça eu tenho que ser aposentada como trabalhadora rural, mas como? Não tem nada que prove que eu trabalhei, que eu fiz entendeu?* (*Camponesa do assentamento Nova Conquista, entrevista realizada em Janeiro de 2014).*

Na fala da camponesa podemos evidenciar, além da diminuição do espaço de produção, que dificulta a produção da família nuclear e da família constituída pelos filhos no mesmo lote; a partir da menção da agricultora mais um elemento. Este diz respeito à autonomia que alguns produtores de "terra particular" têm ao conseguir a emissão de dois "talões de notas" por propriedade e as limitações e dificuldades dos camponeses que residem em "terras emprestadas".

Quando buscamos tratar da construção/organização dos espaços de vida, o papel da mulher nesse processo é fundamental, às vezes em conjunto com o homem e por vezes vivencia essa elaboração solitária. A questão do trabalho feminino surge no âmbito da observação participante, quando começamos a conhecer os lotes e titulares. Notamos que havia dentro do universo empírico uma quantidade significativa de mulheres "gestoras" de seus lotes, separadas do marido, viúvas e casadas (mas que trabalham em todos os espaços do lote) - entendemos a necessidade de buscar as reflexões acerca desse fato. Buscaremos compreender, mesmo que brevemente, como as mulheres organizam seus lotes e também como funciona o trabalho, visto que elas assumem o papel (que anteriormente era atribuído somente aos homens) de "chefe de família".

Isabel Margarida André (1990), no trabalho "O gênero em geografia: Introdução de um novo tema", nos revela como a geografia começa a abordar a temática do gênero. Verificamos que a categoria gênero refere-se aos compartimentos sociais relacionados a cada um dos sexos (feminino e masculino) estes últimos, por sua vez, correspondem a uma categoria sociológica (sexo). A autora aponta para a necessidade de incorporar os estudos de gênero na geografia humana que surge a partir de meados da década de 80 procurando salientar que as diferenças entre homens e mulheres são importantes para a organização social e territorial e suas relações são relevantes também como "um elemento estruturador" da sociedade. Buscarmos a compreensão do papel que cada um dos gêneros desempenha na sociedade é fundamental para compreendermos a construção de espaços e a forma como homens e mulheres vivenciam cada espaço (ANDRÉ, 1990).

Incluindo o gênero no estudo do sistema de emprego encontraremos diferenças significativas no que se referem às "taxas de atividade, a estrutura por atividades e por profissões, os níveis de qualificação, as relações contratuais ou o grau de sindicalização" entre homens e mulheres. Os estudos apontam para uma crescente participação das mulheres no mercado de emprego e em outras instâncias da sociedade, todavia, as mulheres continuam como as responsáveis pelo trabalho doméstico (ANDRÉ, 1990. p.337). No que concerne à relação entre classe e gênero a autora esclarece que,

> A desigualdade social entre homens e mulheres e as relações que se estabelecem entre ambos tem amplitudes e formas diferenciadas nos

> vários grupos sociais e são condicionadas pelo tipo de desenvolvimento social e econômico que marca os diferentes territórios. (ANDRÉ, 1990. p.344).

Nos esforços de realizar uma tipologia que associa gênero e estatuto social, os fatores são agrupados nas categorias: "família-filhos", "família-marido-prestígio social" e "carreira profissional". O grupo que pertence à categoria "carreira profissional" apresenta uma igualdade maior entre gêneros, é neste grupo que o nível de escolaridade das mulheres é maior e que situações de subordinação são rejeitadas; o divórcio é um recurso mais solicitado, além de ocorrer maior divisão das tarefas domésticas. Um estatuto de subordinação e dependência é característica da categoria que engloba mulheres que possuem ou não um emprego, em que a realização pessoal abrange a família nos casos em que o prestigio social é fruto da carreira do marido.

No que se refere aos grupos sociais menos favorecidos ocorrem dois tipos de situações associadas a duas áreas: rural e urbana. Na área rural há os casos em que "o emprego da mulher não se justifica dada a impossibilidade de fazer face às despesas com a reprodução social exteriorizada daí decorrentes". O que ocorre na área urbana são "as mulheres cujo emprego significa apenas um rendimento imprescindível ao agregado familiar, mas que é vulgarmente entendido como uma receita familiar complementar e secundária" (ANDRÉ, 1990, p.346).

No trabalho de Heredia (1979) também evidenciamos a questão de gênero, a mulher camponesa transforma os produtos do roçado em "comida", suas atividades estão ligadas ao consumo e ao espaço doméstico e, portanto, considera-se que a mulher não trabalha. A autora observou que, por muitas vezes, a mulher desempenha atividades no roçado (a semeadura é um exemplo) e desenvolve as tarefas também quando o homem, responsável pelo roçado, esta doente e não há ninguém para substituí-lo, porém o trabalho feminino, assim como o trabalho de crianças, é considerado um *não trabalho.*

> Considera-se assim que a mulher não trabalha, e este princípio é mantido mesmo quando ela, em certas ocasiões, realiza tarefas no roçado. As tarefas que pertencem ao roçado, quando são efetuadas por elementos femininos, perdem o caráter de trabalho. É exatamente por essa razão que ao se descrever o trabalho no roçado a mulher nunca é incluída. (HEREDIA, 1979, p.81).

Carlos Rodrigues Brandão, ao realizar um trabalho de observação participante entre agricultores e criadores sitiantes no bairro dos Pretos, situado nas encostas da Mantiqueira em Joanópolis-SP, nos revela, em sua obra "O afeto da terra" (1999), que antes de realizar a observação ele imaginava que o trabalho feminino alcançava limites no trato com os porcos. Todavia, observou que a mulher também estava presente na pecuária leiteira apesar da atividade ser preferencialmente masculina. A esse respeito o autor complementa,

> Mas em número muito crescente, as mulheres da casa incorporam-se à "lida do gado" nos espaços do curral e, mais ainda, do mangueiro. Esposas e filhas levam para aí a extensão de duas práticas em outros domínios da casa e do sítio. Elas "ajudam" os maridos no curral, cuidam dos bezerros novos e tratam deles em casos de doenças. Elas participam da ordenha das vacas, respondem pela higiene do mangueiro (onde a atenção masculina é sempre mais precária) e realizam tratamentos mais delicados nos animais. Separadas da morte, da violência sobre os animais (como domar, no castrar ou no marcar o sinal da posse com ferro em brasa), elas convivem com os bichos do curral de uma maneira não muito diferente a como se relacionam com as pessoas. (BRANDÃO, 1999, p. 47).

As atividades consideradas "brutas" com o bovino, como: domar, castrar, "ferrar", transportar, matar e sacrificar - nas observações do autor, ainda são consideradas de âmbito masculino.

Aproximando-nos das questões de gênero no assentamento é preciso destacarmos o trabalho da autora María Franco Garcia intitulado "A luta pela terra sob enfoque do gênero: os lugares da diferença no Pontal do Paranapanema" tese de doutorado apresentada em 2004. A autora revela que as mulheres que participaram da luta pela terra são facilmente reconhecidas em detrimento das que não lutaram, pois essa participação contribui para comportamentos mais participativos. (GARCIA, 2004, p.84).

Nossas observações no Assentamento Nova Conquista evidenciaram casos em que a mulher cuida sozinha do lote, devido a questões como: divórcio, morte do marido e etc. Uma de nossas entrevistadas participou sozinha da luta pela terra, após a conquista do lote continuou nos trabalhos para cuidar de suas três filhas; a mesma fez da atividade com o gado leiteiro (que aprendeu dentro do próprio lote) a fonte de renda para a família, desempenhando todas as tarefas ("masculinas ou femininas") da

atividade leiteira. Duas de suas filhas estudaram na cidade de Presidente Prudente-SP, uma delas se formou em Pedagogia, na Universidade Estadual Paulista (FCT) e a outra se formou em serviço social numa conceituada faculdade particular da região.

A camponesa explica como foi sua trajetória para sobreviver do lote com suas filhas, transcreveremos seu depoimento na integra por se tratar de uma importante contribuição para este trabalho,

> *[...] Comecei a comprar um gado umas vacas e de pouco comecei a tirar um pouco de leite, e foi ajudando eu consegui cercar o lote de um todo fiz uma cerca no geral sem piquete, o gado dava um pouco de trabalho porque era grande era um pouco desarrumado e a mangueira era feita de arame, e a gente começou a trabalhar ai minhas filhas já aprenderam a tirar leite, eu também já tirava e fomos tocando a vida e ganhando dinheiro, consegui depois fazer os piquetes e uma mangueira coberta de Eternit uma mangueira bem grande espaçosa na mangueira tem quartinho de triturador, tem um outro quartinho que é o bezerreiro onde os bezerros dormem quentinhos que é todo fechado e eu crio carneiro também os carneiros dorme lá, naquela época eu ainda não tinha os carneiros, e nós fomos comprando mudas de frutas fazendo um pomar de início eu não tinha dinheiro para comprar as mudas de frutas eu plantei mandioca em todo o quintal limpei todo o quintal e plantei mandioca e bastante pé de feijão andu era coisa que não custava nada a gente fazer e depois fui comprar as mudas de frutas, e fiz um pomar e logo em seguida a horta, e eu fui trabalhando e o gado foi aumentando e eu fui vendendo uns bezerros e dos bezerros fui comprando outras vacas e sempre segurando depois de um certo tempo chegou a hora de pagar o banco e foi gratificante cuidar do gado porque ele me deu retorno com o retorno que foram os bezerros eu pude pagar o banco, que era uma grande preocupação o segredo é pagar para ter novos créditos, não ficar inadimplente de maneira alguma e assim consegui e foi cada vez aumentando mais [...]. Hoje eu estou tirando 75 litros de leite e daqui há um mês mais ou menos, 20 dias eu vou estar tirando quase 100 litros porque eu estou com várias vacas que vão criar, então eu consegui estudar as minhas filhas, elas cresceram e estudaram uma filha minha fez faculdade na Unesp, pedagogia, a outra é assistente*

> *social fez faculdade na Toledo a outra minha filha casou mais nova estudou um tempo mas ela é cabeleireira. Consegui estudar todas elas com o dinheiro daqui, a minha filha da Toledo ela fez aquilo que trabalha sábado e domingo, escola da família, eu consegui as meninas estudaram eu sou uma pessoa que fui, eu achei que foi muito gratificante a luta pelo que eu passei pelo que eu sofri e pelo que hoje eu tenho, hoje eu tenho quarenta cabeça de gado, tenho um pasto umas vacas leiteiras boas, estou tirando essa quantidade de leite, estou contente estou na minha casa, estou tranquila na terra as minhas contas estão todas certinhas, não devo nada e valeu a pena, valeu muito a pena!! (Camponesa do Nova Conquista, entrevista realizada em Janeiro de 2014).*

A camponesa conseguiu pagar os créditos que conseguiu adquirir, construir sua casa, melhorar o pasto e estudar suas filhas desempenhando as atividades de forma semelhante aos titulares homens que são membros de famílias nucleares. Ao contrário do caso relatado por Brandão (em que parte das tarefas são efetuadas por homens) todas as atividades são realizadas por ela e quando há necessidade de mais um trabalhador a camponesa realiza o pagamento por dia de um ajudante. Atualmente ela mora no lote apenas com sua neta, pois as filhas casaram-se e foram trabalhar na cidade.

O universo empírico de Maria Franco Garcia na tese mencionada também é um assentamento na região do Pontal do Paranapanema, o assentamento Madre Cristina, a autora também evidencia que por mais que a participação feminina nas atividades de produção ligadas ao lote sejam constantes ainda não é considerada importante, ainda não há um reconhecimento.

A autora ainda afirma que a jornada de trabalho no espaço camponês é um elemento que reforça a divisão sexual do trabalho, argumenta que "as mulheres são responsáveis por muitas tarefas com grande peso nas atividades produtivas, como capinar, cortar, plantar, colher, tombar a terra, tirar o leite, etc".Todavia, mesmo diante de todas as atividades desempenhadas, "*ambos os sexos* consideram o trabalho feminino como uma ajuda". (GARCIA, 2004, p.89).

Outra camponesa que desempenha primordialmente em seu lote a agricultura é casada, mãe de três filhos (hoje casados), em sua fala verificou-se os cuidados no trabalho com a estufa, mas também o acúmulo das atividades do espaço doméstico com

as do roçado. A camponesa nos mostra o dia-a-dia da estufa em épocas em que ocorria a "troca de dia".

> *[...] ai eu levantava cedo já tomava café e não é o negócio de 7 horas não, 7 horas você já tinha que estar dentro da estufa porque se não você não suporta o calor dentro dela que é grande mesmo, eu ficava até umas 11 horas e depois tinha que arrumar almoço, almoçar descansar um pouco e depois se tinha alguma coisa porque não era só chegar la e plantar, tinha que carpir, rancar o mato dos pés da planta, que era com as mãos ajoelhada, ali rancar pra ela ficar limpa né, depois no período da tarde eu ainda tinha uma hortinha e mexia porque poderia mexer com o sol quente, e ai a gente plantou mandioca foi plantando as coisas aos poucos né, ai tinha que ajudar, tanto tinha que trabalhar na estufa, como tinha que dar almoço para as pessoas que era contratada tinha uns que ainda traziam almoço outros não, tinha que dar café da tarde e você tinha que dar conta disso ai tudo, mas esse contratado era sem salário porque a gente ia la depois ajudar eles.(Camponesa do Nova Conquista, entrevista realizada em Janeiro de 2014).*

A "troca de dia" é uma atividade característica do campesinato evidenciada também por Tavares dos Santos na obra "Colonos do Vinho" (1984), constitui-se numa das práticas da "ajuda mútua". O autor afirma que a troca de dias de serviço ocorre quando a família camponesa tem a necessidade de mais um trabalhador, essa situação é comum em períodos do calendário agrícola em que as tarefas têm de ser realizadas rapidamente sendo necessário mais "braços para o trabalho".

Evidenciamos no assentamento casos como a de uma camponesa viúva que trabalha em seu lote com o auxílio de um de seus filhos. Ela planta culturas como abóbora, berinjela, quiabo, maxixe (etc); tendo como aliada no trabalho doméstico, a tecnologia através de máquina de lavar, panelas de arroz e pressão elétricas, presentes de suas filhas que hoje moram na cidade. De acordo com a entrevistada os utensílios auxiliam, na medida em, que para preparar o alimento não é necessário ficar recorrendo à cozinha durante o preparo, que é feito automaticamente após adicionar os alimentos nas panelas elétricas; a roupa é lavada pela máquina e sai quase seca necessitando, apenas, que a roupa seja estendida no varal. O trabalho doméstico mediado pelas novas

tecnologias aumenta o tempo das camponesas no roçado que sozinhas ou não conseguem um aumento na produção.

Evidenciamos em nossas pesquisas dentre os casos relatados e os que evidenciaremos adiante uma diferença no posicionamento das mulheres solteiras, viúvas e divorciadas gestoras de seus lotes das demais mulheres casadas. As mulheres que gerenciavam sozinhas seus lotes demonstravam maior entonação ao relatar todos os feitos do lote, cada detalhe era relatado por elas como uma grande conquista enfatizando por diversas vezes que aquele espaço foi modificado devido ao seu esforço apenas em alguns casos com o apoio dos filhos, mas estes ficam em segundo plano. Enquanto as casadas desenvolvem um discurso embora orgulhoso de seus feitos ainda tímido. Garcia (2004, p.90) revela sobre as mulheres entrevistadas durante sua pesquisa que estas declararam que os homens são os principais responsáveis pelo dinheiro na casa, o que não ocorreu no caso de viúvas, solteiras e etc. Acreditamos que este ultimo caso se configura pela autonomia que a mulher tem quando é a única gestora do lote, autonomia que se expressa na liberdade de "lidar" com o lote e também no discurso no momento de relatar suas atividades e a renda adquirida por meio delas.

Quando tocamos nas questões referentes ao modo como as mulheres protagonizam ou não seus espaços devemos destacar em relação as mulheres que ainda não tomaram consciência de seu papel e de sua importância na construção de seu espaço de vida, a fala da referida autora em relação a uma de suas reflexões da pesquisa:

> Os depoimentos das assentadas e assentados que viemos apresentando evidenciam o cativeiro, da terra, da casa, do lote, do espaço, muito marcante na mulher assentada. Além dos condicionantes materiais é significativo o peso dos papéis de gênero e de representações mulher-mãe e mulher-esposa, que fazem destas trabalhadoras prisioneiras destes espaços. (GARCIA, 2004, p.171).

O croqui que traremos a seguir foi elaborado pela camponesa viúva já mencionada, durante as oficinas de cartografia social realizadas com a comunidade, com a intencionalidade de representarem sua unidade territorial, podemos evidenciar como ela representa a organização de seu espaço de vida.

Figura 24: Croqui do espaço de vida da camponesa assentada

Elaboração: Camponesa do assentamento Nova Conquista (2015).

No croqui observamos uma rede elétrica composta por fios longos e um poste bem elaborado, demonstrando que a energia elétrica é um dos principais recursos do lote e como principal fonte de renda verificamos a horta desenhada logo a frente antes mesmo da moradia da camponesa o que denota a importância de seu trabalho. Notamos a cerca e as árvores como elementos que demonstram a "decoração" da entrada do lote, o local onde as pessoas tem o primeiro acesso ao lote geralmente é objeto de cuidados, alguns plantam flores, outros eucaliptos ao longo da estrada, cada um com sua forma singular de decorar este espaço do sítio.

Verificamos o caso da camponesa que fundou uma das associações com maior número de sócios (de ambos os sexos) do assentamento (verificada anteriormente no trabalho). Ela relata que,

> *[...] Aqui nós tínhamos as vacas, aí nós plantamos mandioca né, e ai depois as vacas não deram certo foram morrendo e acabando, mas acabou ficando algumas ainda, ai nós compramos as galinhas, começamos a criar umas galinhas e vender ovos, aí o ovo teve uma época que não vende porque você acaba tendo que ir até a cidade e não da o que você gasta, aí acabamos com a granja também e voltamos para o gado, aí foi quando eu montei a associação e estamos trabalhando foi o que deu um empurrão melhor em nós, foi com a Conab a gente trabalha com a Conab a gente planta horta [...]. A nossa associação tem mais mulheres do que homem, homem só uns 5 ou 6 [...] começamos com a hortinha que nós tínhamos no fundo do quintal e fomos ampliando hoje temos 6 anos de associação [...] já teve gente que saiu [...] outras saíram porque o projeto estava no nome do sogro ou do pai e não quis insistir mais então saiu [...] eu fui quatro anos presidente da associação. (Camponesa do Nova Conquista, entrevista realizada em Janeiro de 2014).*

A DAP (Declaração de aptidão ao Pronaf), fundamental para adquirir novos projetos e a participação na CONAB, na maioria dos casos esta no nome dos pais, dos maridos e sogros - sendo um dos principais fatores de desistência das mulheres em relação à participação na associação.

Durante a revolução francesa a mulher, ao ser dotada de virtudes para o espaço doméstico, especificamente para as atividades desenvolvidas neste âmbito, é excluída da

esfera politica, o argumento utilizado pela burguesia era o de que, com a impossibilidade de abandonar os afazeres domésticos, não restavam a elas tempo necessário para a participação na esfera pública. Ao longo dos processos revolucionários as mulheres conseguiram avanços, todavia, não foram abrangentes a ponto de mudar o cenário de sua exclusão na política.

Gonçalves (2004, p.44), ao tratar dos "Impactos da reorganização espacial dos novos modelos de assentamentos nas relações de gênero", nos revela que a participação das mulheres nos assentamentos realizados pelo Estado é menor do que nos assentamentos "fruto" da organização dos movimentos sociais, pois nestes há uma maior "preocupação com a emancipação feminina".

No que concerne ao acampamento como local de emancipação, a autora esclarece que,

> Embora no acampamento as pessoas continuem a ser juridicamente constituídas como cidadãs (para muitas a condição de cidadania é vivida ali pela primeira vez), este espaço é relativamente autônomo com relação àquele regido pelo *status quo*. A vida no acampamento tem outras regras, outras sociabilidades, outras aprendizagens que impõem a criação de uma vivência coletiva onde cada um depende de todos e todos de cada um. Instaura-se um código de convivência com regras próprias e as decisões são tomadas em assembleias. (GONÇALVES, 2004, p. 49).

As mulheres no período do acampamento desempenham atividades como montar e desmontar barracos, são coordenadoras de setores do acampamento, junto aos homens, além de opinarem construindo argumentações políticas necessárias neste período. De acordo com Gonçalves (2004) o espaço do acampamento é importante para a construção de novas relações de gênero.

Dentre os camponeses do Nova Conquista evidenciamos que as mulheres tiveram um papel essencial também no momento de permanecer na luta, foram mães que não deixaram seus filhos desistir e filhas que não aceitaram que os pais abandonassem o sonho da terra. Um de nossos sujeitos relatou a força da mãe,

> *[...] Tivemos oito despejos e essa liminar e essa desapropriação não vinha e eu falava pra minha mãe, olha mãe vamos voltar para casa, o patrão la chamava deixava contrato assinado num armarinho que meu pai tinha lá, de oito anos com testemunha e chegava lá o contrato lá que era pra voltar para plantar café plantar lavoura, eu falava pra*

> *minha mãe para voltar e minha mãe falava, olha eu não volto se quiser voltar agora é daqui para frente, eu quero ganhar minha terra, minha mãe foi firme até o fim ela não desistia só se morresse [...]..(Camponês do Nova Conquista, entrevista realizada em janeiro de 2014).*

No caso das filhas que não deixaram que seus pais desistissem da terra verificamos o caso da camponesa (hoje titular do seu próprio lote),

> *[...] Então desde quando o meu pai acampou ele queria desistir, mas por causa de mim ele não desistiu, um dia ele falou vou embora, desistia ai o pessoal chamava ele de volta, e vai e volta então quando saiu o lote a gente estava muito quebrado ai eu fui trabalhar. (Camponesa do Nova Conquista, entrevista realizada em janeiro de 2014).*

Essa camponesa, casou-se com filho de camponeses do Nova Conquista e, depois de muito trabalhar no lote dos pais e numa fazenda vizinha, conseguiu comprar o próprio lote juntamente com o marido.

Se o acampamento é primordial para construir a participação das mulheres enquanto sujeitos políticos, no assentamento essa participação da lugar a preocupações com o avanço do próprio lote, retornando às relações patriarcais e paternalistas que vivenciam na sociedade. Gonçalves atribui tal mudança ao retorno de uma "espécie de propriedade privada" na qual predomina a divisão sexual do trabalho, conforme evidenciamos na obra de Heredia. O "modelo quadrangular" ou "quadrado burro", como é conhecido pelos assentados, é uma forma de divisão de terras imposta pelo Estado que dificulta as experiências coletivas, pois muitas vezes as moradias estão há quilômetros de distância uma das outras. A autora ainda nos revela que, no contrato de concessão dos lotes da reforma agrária, o homem consta como responsável pela terra, enquanto a mulher é sua dependente.

A autora, apoiada em discussões do MST, nos apresenta um novo modelo de organização espacial para os assentamentos, certa de que a nova proposta poderia resultar em mudanças nas relações de gênero. O modelo conhecido como "raio de sol" (já evidenciado no trabalho) começa a ser elaborado logo no período do acampamento

em que as famílias seriam agrupadas de acordo com afinidades também no assentamento. O novo formato tem como base uma aproximação das casas em que estas ficam no centro (facilitando a socialização das famílias) e o espaço voltado para a produção localiza-se no entorno da casa, "começando no quintal e se amplia para fora". Este modelo diferencia-se da Agrovila no que se refere, principalmente, ao fato de que o espaço de produção não esta separado do espaço doméstico. Evidenciamos o apoio em relação à titulação da terra que deveria ser realizada em nome do homem e da mulher para que esta consiga os mesmos direitos no momento da aposentadoria, por exemplo.

Verificamos no trabalho de Gonçalves, que este núcleo de famílias permite uma economia no que diz respeito à instalação de redes elétricas e de esgoto e percurso de transporte público, facilita a possibilidade de organização de associações e cooperativas formadas por essas famílias com um nível de afinidade. Outra característica da organização proposta pelo MST, que esta intimamente ligada com as mudanças de relações de gênero, é a substituição de trabalhos domésticos como cozinhar individualmente, lavar roupa, dentre outros; por locais coletivos como os refeitórios, "lavanderias, etc. comunitários colocando em xeque o modelo burguês de família que impõe as tarefas domésticas a famílias individuais, que, por sua vez, calcada no patriarcado, obriga as mulheres a desempenhá-las" (GONÇALVES, 2004, p.53).

As mulheres, que são protagonistas de seus lotes em modelos de organização espacial no formato quadrangular ou agrovila, acumulam a função de cuidar do espaço doméstico e o de produção. A DAP, na maioria dos casos, encontra-se no nome do marido, pai ou sogro; o que reforça a invisibilidade do trabalho feminino, mas neste caso, principalmente frente ao Estado que acredita que o público de programas e a obtenção de créditos são direcionados aos homens "chefes de família".

Ao invés de refeitórios e lavanderias comunitárias (como no planejado pelo MST), a mulher camponesa utiliza como principais aliados no acúmulo do trabalho doméstico e no roçado aparelhos como "panela elétrica de arroz e de feijão" e máquinas de lavar roupa. Se compreendermos a subordinação da produção voltada para o autoconsumo, ou seja, o preparo da comida subordinada à produção de culturas destinadas a comercialização, entenderemos a partir desta reflexão a subordinação do espaço doméstico (trabalho feminino) ao espaço de produção (trabalho masculino). Contrariando a maioria dos casos onde a delimitação destes espaços ainda encontra-se bem definida (no que concerne ao seu uso e trabalho), cada vez mais mulheres vem assumindo seus lotes e construindo seus próprios espaços, notamos casos como o do

Nova Conquista em que a camponesa organiza outras mulheres também na luta pela permanência na terra.

4.5 O espaço doméstico e espaço de produção

A organização espacial da unidade camponesa que compõe cada lote é realizada de acordo com as atividades de produção voltadas ao autoconsumo (a organização dos elementos direcionados a essa atividade é mais uniforme na maioria dos lotes) e para a produção voltada para a comercialização, que cada família escolhe para seu espaço. Três atividades correspondem ao "carro-chefe" das atividades econômicas desenvolvidas nos lotes: produção leiteira, hortas e estufas. Verificamos que alguns lotes desenvolvem apenas a produção leiteira; porém, os lotes em que a principal atividade é o cultivo em estufas ou hortas não abandonam a produção leiteira (que pode não ter a prioridade entre as atividades, mas continua presente).

A moradia é construída no espaço central do terreiro, sendo o entorno preenchido por árvores comuns, árvores frutíferas (pé de manga, abacate, amora, etc.) e flores (que geralmente ficam aos cuidados das mulheres e filhas). As moradias constituídas de alvenaria de vedação com e, às vezes, sem reboco, tem, na maioria das vezes, uma varanda onde a maioria de nossas conversas durante o período no assentamento ocorreram.

Os quartos, que nos casos de Garcia Jr. eram utilizados apenas no momento de dormir e permaneciam escuros durante quase todo o tempo, na comunidade camponesa em estudo são ocupados por alguns minutos (geralmente 30) durante o dia, depois do almoço para o camponês descansar, visto que acorda de madrugada para tirar leite ou para cuidar do roçado.

Quando o leite é a principal atividade do lote a ordenha das vacas é realizada duas vezes por dia, sendo a primeira ainda na madrugada e a segunda no final da tarde.

A reunião do grupo doméstico no período noturno continua sendo no espaço da sala e principalmente nas áreas avarandadas não mais em torno do lampião (como no caso de Garcia Jr). Atualmente, o objeto da sala que "reúne a família" é a televisão com os jornais e novelas.

Elemento que é comumente encontrado no lote é a primeira casa construída pelos titulares, símbolo da conquista da terra, a primeira moradia, seja ela de madeira ou

da mistura de madeira e lona, constitui-se num dos objetos que perduram no espaço do lote; todavia, assume, nos dias de hoje, funções diferentes das que possuía antigamente, como o espaço de reprodução biológica e social da família nuclear. Elas foram transformadas em "tuias", galpões e até mesmo currais, para guardar ferramentas de trabalho e até mesmo tratores e charretes; as que ainda mantiveram sua utilidade (forma de uso) hoje são destinadas aos filhos e netos de assentados.

Nos croquis verificamos o cuidado em representar a infraestrutura presente nos sítios como a água e a energia elétrica, pois na concepção dos camponeses são serviços importantes para o desdobramento da vida no lote.

Figura 25: Croqui do espaço de vida no assentamento

Elaboração: Filha da camponesa titular do lote (2015).

A respeito da representação da casa verificamos no momento da oficina o cuidado da camponesa com sua filha (que estava construindo o croqui) pedindo que fizesse uma casa bem "bonita e grande" e que tinha que "ter duas águas". No que concerne à moradia D´Aquino (2011) corrobora,

> Nesse contexto a casa é o centro, o espaço por excelência da construção da vida familiar. Não por acaso, em geral ela está situada no meio do lote, feita de alvenaria e mobiliada com novos armários, geladeiras e fogões e uma ou outra peça do velho mobiliário herdado, que resistiu a tantas migrações e até mesmo correrias da policia ou estouros de boiadas propositadamente jogadas sobre os acampamentos. Ela guarda, junto com velhas lembranças, os sonhos de liberdade. (D´AQUINO, 2011, p.40).

A estufa motivo de orgulho para a camponesa é representada quase do mesmo tamanho que a moradia demonstrando a importância desta, os cuidados nos momentos de elaboração do croqui vão desde retratar as atividades principais do lote até a diversificação dos elementos que contém neste espaço nesse quesito até as árvores e flores são representadas.

Figura 26: A primeira moradia do camponês: uma mistura de lona/madeira

Fonte: Organização da autora. Trabalho de campo em Janeiro de 2014.

A horta e a estufa, quando consideradas atividades econômicas fundamentais para o lote, localizam-se sempre entre o espaço do terreiro e o restante do lote; entretanto, nestes casos o terreiro engloba uma área maior, pois as estufas mudam de lugar com o tempo para evitar pragas e etc.

Elemento comum na organização dos lotes que possuem horta ou estufa é o plantio de uma fileira de árvores ou de cana-de-açúcar para bloquear o vento e assim não ocorrer a destruição dos cultivos. A cultura do plantio das estufas no assentamento Nova Conquista teve origem no assentamento Reunidas,

> *Olha, aqui foi um sobrinho do sogro do Renato (filho da camponesa), ele foi na Reunidas e veio de lá dos parentes dele lá, o pai dele o irmão dele tio dele lá, todos lá trabalham com estufa, a família do sr. Pedro Bastos, ai o sobrinho dele o Pedrinho que mora aqui também e que tem varias estufas lá, pegou e chegou, aí o Pedro Bastos montou uma, aí o meu filho Renato já montou uma também e ficamos bastante tempo com uma só trabalhando só com isso, ai surgiu de lá, veio da Reunidas essas estufas pra nós chegarmos até onde estamos.(Camponesa do assentamento Nova Conquista, entrevista realizada em Janeiro de 2014).*

Quando a atividade principal do lote é a produção leiteira, o curral destinado à ordenha do bovino em lactação é o objeto situado no limite entre o pasto e o terreiro, especialmente quando a família dispõe de ordenhadeira mecânica que necessita de eletricidade e também do resfriador de leite. Quando a família possui o resfriador de leite, geralmente a mulher é encarregada de realizar a limpeza do recipiente; uma atividade que deve ser cuidadosa, pois, se mal realizada, pode acarretar na perda do leite ou na diminuição da qualidade deste, implicando no recebimento de um valor reduzido no momento do pagamento mensal realizado pelos laticínios.

Verificamos o mesmo que Heredia (1979) quando esta nos revela que o terreiro perde cada vez mais espaço para o roçado. No caso do assentamento, notamos tal situação em espaços onde ocorre a valorização do tamanho do pasto em detrimento do tamanho do terreiro; o aumento no número de bovinos exige, além de “mais pasto”,

uma plantação maior de cana para ração, além de um sistema maior de piquetes para realizar o rodízio.

A produção voltada para o autoconsumo ou "para o gasto" continua muito parecida com a descrita por Heredia (1979), Garcia Jr.(1983) e demais autores que estudaram o campesinato em diversas regiões do país. A horta, quando é construída apenas para suprir as necessidades alimentares do grupo doméstico, é fruto do trabalho feminino e dos filhos que compõe a família nuclear (exceto em casos em que o titular do lote é homem e mora sozinho). Composta por cultivos como alface, cebolinha, salsa, almeirão [...], ela esta situada no espaço do terreiro, cercada por uma tela (para que os animais não se alimentem dela). Sua localização deve ser próxima a fontes de água para facilitar os cuidados.

Os bichos de terreiro também são destinados ao autoconsumo. Nesse espaço os bichos são: galinhas, patos e porcos, não sendo comum a criação da "miunça" (criatório de ovinos e caprinos) como nos estudos de Woortmann (1995) no tocante aos componentes do espaço do terreiro. Os bichos deste espaço são alimentados pelos restos de alimentos da moradia e bem como por parte da produção que não é destinada a fins comerciais - uma de nossas entrevistadas nos revela que alimenta os porcos com jiló e berinjela quando estes produtos não estão apropriados para o consumo humano e também para a comercialização.

Ainda no entorno da moradia verificamos que são cultivados pés de maxixe, mandioca, abacaxi, abóbora, urucum (conhecido na região como colorau), azeitona, milho, "feijão de corda", "fava" e "vagem" tudo destinado ao autoconsumo da família camponesa. O roçadinho é também comum entre os camponeses do Nova Conquista, mas é destinado a filhos com uma idade maior do que nos casos relatados por Heredia e Garcia Jr., pois, no caso do assentamento, os filhos que residem com os pais em idade de casar ou já casados que dispõe destes pequenos espaços.

Tornando ainda mais complexo o caso do roçadinho para filhos com uma idade maior do que a evidenciada pelos referidos autores, temos o exemplo de um casal de filhos de camponeses do Nova Conquista que realizaram o que estamos denominando de "roçadinho trocado" no período em que eram ainda namorados. A camponesa nos explica o caso,

> *Sempre tive uma estufa no lote do meu pai, mas como vou explicar, o meu pai fez uma e eu e o Regis éramos namorados ainda e nós tínhamos feito uma na casa dele, só que nesse intervalo o Regis tinha*

> *plantado um alqueire de mandioca no lote do meu pai e ai minha sogra me disse: Rose você não quer plantar um pouquinho? Ai eu fui e plantei um pedaço lá, daí quando a gente comprou a dele e a do meu pai era projeto quando ele rancou a mandioca dele conseguiu comprar uma estufa, e a gente iria montar uma e ele falou: Vamos comprar uma de sócio? Eu falei você pega o dinheiro que você conseguiu colhendo a mandioca eu junto com o meu dinheiro e a gente monta uma, e montamos na casa do meu pai.* (*Camponesa do assentamento Nova Conquista-filha de titulares e hoje titular do próprio lote-entrevista realizada em Janeiro de 2014).*

A camponesa montou uma estufa em sociedade com o namorado no lote dos pais e outra no lote dos sogros ainda na época de namoro, foi com o dinheiro das estufas com o trabalho para uma fazenda vizinha e com a venda de alguns animais que atualmente o casal formado por filhos de camponeses conseguiram adquirir seu próprio lote.

A partir destas reflexões compreendemos o espaço de produção e o espaço doméstico como espaços que se complementam e que ao mesmo tempo guardam suas especificidades não apenas dos elementos físicos que compõe cada um, mas também de subjetividades, de gêneros. È preciso buscar o entendimento de que estes espaços são atravessados o tempo todo por novas culturas, novos seres humanos e equipamentos, porém ele mantém rugosidades, estruturas que ao longo do tempo mudaram de função como os "barracos antigos" que transformaram-se em tuia ou curral. São espaços que não mantém-se estáticos ao longo do tempo, assimilando e transformando objetos e sujeitos.

4.6 A comida como um elemento de memória da luta e resistência

A passagem do tempo para os camponeses do assentamento Nova Conquista pode ser pautada, também, pela comida. A ausência ou presença de alguns alimentos marcam, para os agricultores, "épocas boas" e "épocas difíceis" no que se refere à situação econômica da família.

O autor Klaas Woortmann, no trabalho intitulado "A comida, a família e a construção do gênero feminino" de 1996, nos traz a análise da comida como uma categoria nucleante que permite discutir outros temas culturais. O referido autor aponta para a questão a respeito da comida marcando o tempo; a experiência verificada neste trabalho, refere-se a camponeses proletarizados "que opõem um tempo de *fartura* a um tempo de *precisão,* um tempo de comida forte (e de homens fortes) a um tempo de comida fraca (e de homens fracos)". Nos estudos a respeito de operários urbanos, temos que estes tomam por base o modo de comer para marcar a diferença de um tempo de trabalho e de não trabalho. A comida forte vem do roçado (o autor revela que é a comida do trabalho), enquanto a comida que vem da cidade (comida comprada) é a comida fraca (WOORTMANN, 1996, p. 108).

A respeito do mantimento verificamos que há uma oposição entre este e a comida. A comida deriva do mantimento, pois este é "aquilo que pelo processo culinário se transforma em comida", o roçado (de domínio masculino) produz o mantimento enquanto na cozinha (de domínio feminino) o mantimento torna-se comida (WOORTMANN, 1996, p. 108). No que se refere à relação entre a comida e a questão da hierarquia no grupo familiar o autor nos revela que,

> Note-se aqui ainda que, se a comida é o que vem do roçado, a mistura vem do quintal. Se atentarmos para a hierarquia dos alimentos, onde a comida ocupa a posição superior e a mistura inferior, teremos posta no prato a hierarquia entre os domínios do pai e da mãe e, ao mesmo tempo, a relação entre o trabalho e o não trabalho. (WOORTMANN, 1996, p. 110).

Ainda de acordo com Woortmann (1996, p.115), a carne é um componente da refeição que "é mais do que comida" dentro de um contexto no qual "o conteúdo da refeição é tido como um indicador da situação econômica do consumidor-em geral o pai de família". Embora a base da alimentação brasileira seja o feijão com arroz, a carne tem um significado simbólico sendo associada à condição econômica da família e também à "qualidade do pai de família", pois este é o responsável por trazer mantimento para a casa; enquanto a mulher é responsável por transformar o mantimento em comida e também controlar a distribuição da comida nas refeições para que a "compra do mês ou da semana" dure o período que é esperado.

A autora Maria José Carneiro no texto "De „produtor" a „consumidor": mudanças sociais e hábitos alimentares" (2009) estuda uma comunidade da região serrana do estado do Rio de Janeiro, ela verifica as mudanças no habito alimentar ocorrida ao longo do tempo e constata que na percepção de seus entrevistados se come melhor atualmente (que eles compram mais produtos), pois "a comida é mais variada e tem mais carne", no assentamento verificamos exatamente o contrário, pois a possibilidade ao conquistar o espaço de produção e vida, de criar os bichos de terreiro é que aumentou a possibilidade de "comer carne". (CARNEIRO, 2009, p.167).

Evidenciamos no assentamento o "tempo de ser servido" verificado pelo referido autor, pois o pai é servido primeiro e somente depois é que o restante da família se alimenta. Se, no caso estudado por Woortmann, a mãe e as crianças só se sentam à mesa após o pai realizar a refeição, no espaço do lote o pai continua a ser servido primeiro, porém o restante da família "tiram a comida" em seguida e sentam-se à mesa para comer com ele.

No período de acampamento, considerado como "tempos difíceis", ocorria a substituição de alguns elementos que atualmente compõe determinados pratos e bebidas. O "leite com chocolate", hoje utilizado no café da manhã, era substituído nos períodos do acampamento por "água com chocolate"; o que a nossa entrevistada denominou de "chá de chocolate". As práticas para vencer a ausência de energia elétrica e, portanto, a impossibilidade de congelar os alimentos vem de familiares (pais e avós) assim como amigos que já residiram na área rural nos tempos em que este espaço não contava com eletricidade. Destarte, os camponeses explicam que ao matar um porco deve-se fritar corretamente, pois a carne crua sem o congelamento estragava rapidamente; para conservar carne vermelha era necessário adicionar muito sal e depois, no momento de consumir, era comum lavar a carne com água para retirar o excesso de sal; o macarrão era preparado apenas com alho e óleo, pois faltava o molho e a farinha era comida com leite gelado (quando tinha).

O camponês nos revela que "hoje é possível comer carne todos os dias, mas antigamente não era assim". Atualmente é comum entre os assentados a compra de um freezer que, além de armazenar o leite, conserva os animais (carne de boi, galinha, porco, carneiro) que são transformados em comida pela mulher. Sobre o autoconsumo e a importância para os camponeses de um espaço que de a eles a possibilidade de cultivar e melhorar sua alimentação, verificamos as contribuições da camponesa,

> *[...] Eu vejo assim que as pessoas que moram no sítio de uma certa forma elas podem ter a vida um pouco melhor, melhor assim porquê eu já morei na cidade eu sei como é tudo é comprado, ela tem horta tem muito leite tem muita fartura, cria porco, eu poderia encher meu frízer porque moro no sitio matei porco, crio carneiro então isso é a maneira de viver bem, fartura, então é coisa que eu já vou chegar no mercado e não preciso comprar, carne eu não preciso nem pensar, eu vou comprar umas outras coisas, quando a gente mata boi divide com outras famílias ou quando outras famílias matam a gente compra um bom tanto né, então eu acredito que se a pessoa esta na terra ela pode criar bicho e ter uma vida muito boa nessa parte porque para comprar é tudo muito difícil né.* (*Camponesa do assentamento Nova Conquista, entrevista realizada em Janeiro de 2014).*

Verificamos o caso da camponesa que se satisfaz plantando; todavia, atualmente ela não consegue realizar a quantidade de plantios que realizava no início do lote, mas, mesmo com as limitações da idade, a agricultora ainda cultiva uma horta que fornece alimentos às instituições da cidade de Rancharia,

> *Ah eu queria piquetear o pasto e também plantar, eu gosto muito de plantar porque num tempo que nem agora era para plantar um milho porque você morar num sitio e não ter um milho não pode...eu gosto de roça de milho de mandioca de plantas, quando eu corria atrás de tudo isso eu tive o meu sonho que eu até realizei, a gente ter café para usar o ano inteiro, a cada três meses a gente matar um porco, então ajuda muito na despesa da casa, o leite né, ou pouco ou muito, a gente ter leite ao menos para o gasto, então eu acho que a vida que a gente procura no sitio para ser saudável é essa, a fruta a horta.* (*Camponesa do assentamento Nova Conquista, entrevista realizada em Janeiro de 2014).*

Mais do que funcionar como um elemento importante para compreender a passagem do tempo para os camponeses a comida também é crucial para evidenciarmos

a maneira como os sujeitos vivenciam os espaços. A valorização de um espaço que abre possibilidades de ser transformado, na medida em que forneça cultivos e produtos importantes para a alimentação é maior em camponeses que já passaram pelo modo de vida urbano, pois estes comparam o tempo em que só poderiam consumir algo mediante a compra com o tempo de "fartura".

Concordamos com o trabalho da Carneiro (2009, p.167) quando relata que se a renda agrícola "é complementada com algum recurso oriundo de atividade não-agrícola, a possibilidade de comprar no mercado aumenta, o que garante uma alimentação mais variada". Entretanto, no caso evidenciado pela autora essa variedade propicia um consumo frequente de carnes e leites, mas no assentamento Nova Conquista o que verificamos é o lote propiciando aos camponeses primordialmente carne e leite, principalmente a carne suína e de galináceas, o que se compra no mercado são outros produtos como de limpeza, higiene pessoal, sendo que a maioria dos lotes propiciam legumes, tubérculos, frutas, leite e carne.

Nos estudos da autora, o aumento do consumo da "comida de mercado" pela comunidade afetou as relações entre os gêneros na medida em que a "aquisição de alimentos no mercado é considerada grande facilitador da vida" liberando a mulher para trabalhar fora. Como mencionamos anteriormente neste trabalho, não foram o aumento do consumo dos produtos de mercado que propiciaram essa possibilidade da mulher de trabalhar em outras atividades, mas a implementação de aparelhos nas cozinhas, as camponesas não saíram de seus espaços de vida, apenas passaram a assumir o trabalho em outros espaços do lote que são considerados masculinos. (CARNEIRO, 2009, p.166).

Outra questão é relevante quando tratamos da comida, pois o que se produz voltado para a comercialização também contempla o autoconsumo e a orientação dos cultivos para o mercado atacadista (como evidenciamos no caso das estufas e de hortas e no caso do camponês que entrega no CEASA de Presidente Prudente-SP) também acarreta em modificações das práticas agrícolas. Os camponeses que orientaram sua produção para o mercado atacadista passaram a utilizar agrotóxicos para o controle de pragas e sementes híbridas para propiciar "frutos bonitos". Nossas inferências não possibilitaram conceber questões em campo como o fato desse consumo ser ou não "saudável" para o camponês. Todavia, verificamos casos em que a saúde do trabalhador camponês foi comprometida devido ao trabalho nas estufas, é importante salientar que há trabalhos que contemplam questões voltadas para o uso do agrotóxico e a saúde do

trabalhador, como os projetos da médica, professora e pesquisadora Raquel Maria Rigotto (2011) como, por exemplo, no artigo intitulado "Os conflitos entre o agronegócio e os direitos das populações: o papel do campo científico" publicado na revista Pegada da Unesp/Presidente Prudente. Para o presente trabalho é fundamental o fato de que após apresentar a saúde comprometida um dos camponeses de nossa pesquisa foi orientado a deixar a atividade das estufas, modificando outra vez seu espaço de produção optando por permanecer apenas com a criação do bovino em lactação.

Um fato importante é a possibilidade do camponês assentado de optar pela mudança no seu espaço de produção para buscar sanar problemas com intoxicação no trabalho. A possibilidade de construir, planejar e escolher outra forma de produção é negada aos assalariados rurais que são obrigados a permanecer nestes serviços expostos aos produtos.

Portanto, questões como comida, cultivos, orientação da produção, saúde do camponês e trabalho estão entrelaçadas no que concerne as representações e construções dos espaços de vida.

4.7 Experiências organizativas do campesinato a partir do assentamento

No que se refere às experiências organizativas das famílias camponesas, Fernandes (2000) nos revela que, os camponeses viviam um processo de refluxo a respeito da organização sociopolítica "fragilizando a organização econômica dos processos de produção e comercialização e as atividades de infraestrutura do assentamento". O autor ainda afirma que o refluxo resulta de experiências que fracassaram entre os assentados (FERNANDES, 2000, p.56).

Dentre as experiências que não deram certo, evidenciamos o caso do grupo de mulheres formada por meio das atividades da Comissão Pastoral da Terra (CPT) que contava com 30 mulheres cultivando 4 hortas. Dentre os motivos pelos quais o grupo não foi bem sucedido Fernandes (2000, p.57), através do trabalho de campo, revela que "o trabalho na horta não estava sendo coletivo", o que impossibilitou o acesso a recursos financeiros e "a inadequação da localização das hortas que impossibilitou a assistência técnica" (que seria realizada pelo colégio agrícola de Rancharia).

A COOPANOVA (Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Conquista) foi a experiência organizativa mal sucedida que marcou a lembrança dos assentados. Quando nos referimos a cooperativas e associações esta foi mencionada em todas as falas, os camponeses revelam não querer mais participar de experiências coletivas. A cooperativa teve início ainda no período do assentamento emergencial (final de 1996) com o objetivo de propiciar o desenvolvimento socioeconômico do espaço; a primeira proposta foi a compra de tratores e implementos agrícolas, além da formação de grupos denominados "grupos de tratores". Apesar de um grupo não concordar em comprar os tratores ainda no assentamento emergencial "formaram-se 9 grupos que variavam de 7 a 17 famílias cada um e que adquiriram 9 tratores [...] mais os implementos". Fernandes revela que o fator complicante desta organização surge no final de 1998 quando ocorreu o assentamento definitivo e parte de participantes dos grupos de tratores não foram assentados sendo remanejados para Guarantã e levaram 5 tratores (FERNANDES, 2000, p. 56).

No período de pesquisa do referido autor a questão da dívida dos camponeses junto ao Banco do Brasil, devido à aquisição dos tratores, ainda não havia sido solucionada. Todavia, nossas pesquisas de campo revelaram que os tratores foram vendidos e a dívida quitada, essa situação é relatada pelos camponeses com um certo alívio, pois o pagamento da dívida propiciou a liberação de créditos que estavam bloqueados.

> *[...] Assim que aprovou o cadastro entramos num projeto de trator num grupo e eu marinheiro de primeira viagem achava que dava certo né, que seria mil maravilhas, mas foi um engano né, assim que entramos no lote ficamos endividados com as contas bloqueadas sem trator e sem os grupos que esparramaram virou uma porcaria porque não poderia usar, sem crédito, até que o pessoal do meu grupo foi para Guarantã levou os trator eu até não fiz questão falei: olha pode levar! Isso só da briga e eu fiquei dois anos com os meus créditos todos bloqueados porque o trator foi embora para lá e devendo o grupo inteiro né não saía crédito. (Camponês do assentamento Nova Conquista, entrevista realizada em Janeiro de 2014).*

Os motivos que levaram o grupo de tratores ao fracasso foram abordados de formas distintas pelos assentados (ausência de manutenção dos tratores, agricultores que utilizavam o trator para passear etc.), porém relataram uma questão comum ao afirmarem que não poderiam ter adquirido as máquinas ainda no período do assentamento emergencial.

Os grupos de poço, formados por 9 famílias, e a experiência da roda d"água (dois assentados compraram uma roda d"água para utilizarem em conjunto) constituem-se em experiências bem sucedidas relatadas for Fernandes (2000). A experiência da roda d" água não encontra-se em funcionamento devido a adesão aos poços artesianos.

Durante nossas investigações, evidenciamos a associação, composta por aproximadamente 20 assentados, que desenvolve a atividade de pecuária leiteira, que foi formada visando a compra de ração e insumos para auxiliar na atividade, a comercialização do leite a melhores preços também era um objetivo. Todavia, a associação formada com "os que estão aqui desde o começo" e com "os que compraram o lote" não conseguiram comercializar em conjunto a produção de leite, realizando apenas a compra dos insumos e ração, mediante o cadastro da associação numa instituição no município de Pedrinhas Paulista-SP. A associação hoje esta "parada".

Sobre as dificuldades da associação e as complicações de ser o presidente, o camponês que foi presidente por dois anos nos revela que,

> *[...] eu que toquei ela dois anos, nós tínhamos umas vinte pessoas na associação, ela esta parada, mas esta construída, esta com os nomes de todos os membros mas não foi reativada, eu cadastrei la em Pedrinhas Paulista e compro ração até hoje lá, com a minha inscrição de produtor né, você sabe, a intenção do povo era muito boa era entregar leite no nome da associação, mas por causa do laticínio de Rancharia porque você sabe que quando é uma associação, o pessoal procura entregar para as empresas que pagam mais, para o laticínio que paga melhor, mas muitos não queriam sair de Rancharia e aí complicou para a gente entregar leite e acabamos não entregando e ficamos só comprando ração para os animais.* (*Camponês do assentamento Nova Conquista, entrevista realizada em Janeiro de 2014).*

A associação, na época em que este camponês era o presidente, contava com um projeto (que não foi bem sucedido) de compra de alimentos. O camponês, pastor de uma igreja evangélica do assentamento, tinha uma preocupação com a alimentação dos associados e chegou a negociar com uma empresa a venda a preços mais acessíveis de alimentos como arroz, feijão, óleo (etc.).

Sobre a situação das associações que contam com um número significativo de associados da atividade da pecuária leiteira e que não conseguem dividir as tarefas, um ex-associado nos mostra o seu ponto de vista,

> *[...] as de leite (associação) até formaram aí eu entrei dei o nome, mas depois saí pedi para tirar meu nome porque os presidentes não param eles pegam e com no máximo um ano eles já querem largar a brasa, parece que estão pegando uma brasa na mão não quer dar andamento sabe? E aqui é assim, se você faz aí todos deixam para você fazer, então não funciona ninguém quer carregar o fardo junto né, colaborar, dividir tarefa, quer que tenha alguém que vai lá e que entende de tudo e que faça tudo por eles, e aí não dava certo [...].* (*Camponês do assentamento Nova Conquista, entrevista realizada em Janeiro de 2014).*

A respeito dessa situação na associação de produtores de leite, o último presidente da associação (antes dela ser desativada) nos revela que,

> *[...] venceu os dois anos e eu não quis mais a presidência e ninguém quis tocar porque dá trabalho é muita responsabilidade para a gente cuidar do lote e ou você faz uma coisa ou faz outra, para você tocar um lote, tirar leite, fazer cerca, plantar cana, carpir cana e cuidar tudo e ser um presidente da associação é difícil porque tem que ter alguém para trabalhar no seu lugar, para você correr atrás de projeto para o povo, correr atrás de laticínio para pegar melhor preço de leite, correr atrás de empresa que vende ração, se você for ver são varias coisas, uma associação precisava de uma pessoa que pudesse fazer só isso, tinha gente que queria pegar, mas só se tivesse salário. (Camponês do assentamento Nova Conquista, entrevista realizada em Janeiro de 2014).*

Essa associação é composta por assentados com uma boa situação econômica (dentre eles, os que "compraram o lote") e também por camponeses que participaram da luta pela terra e que não tem uma renda tão grande nem equipamentos fundamentais para melhorar a produção.

Dentre as associações em funcionamento no assentamento, destaca-se a "Associação Familiares à Conquista", que teve origem num grupo de mulheres que se organizaram (informalmente) para produzir bordados e crochês. As 16 mulheres produziam uma quantidade significativa de produtos, mas não conseguiram comercializar, vendiam "de porta em porta", para as professoras que davam aula para os seus filhos e para visitantes, com as dificuldades de comercializar elas também não conseguiam comprar o material para fazer novos produtos. Hoje, há seis anos em funcionamento, a associação conta com 27 associados. Sobre sua elaboração, a camponesa que ajudou a pensar na sua construção e que foi presidente durante 4 anos nos revela que,

> *[...] quando a gente acabou com o grupo aí saiu esse negócio da CONAB, aí pegamos esse grupo de mulheres e pensamos no que iríamos fazer que fornecesse renda, aí montamos a associação e vieram o pessoal do SEBRAE deram um apoio, um curso aqui, o Vinicius esteve aí (da Conab) que estava montando um projeto para o São Pedro (assentamento) aí marcamos uma reunião com ele, ele veio e visitou nossa associação, e fez o projeto para a gente*. (*Camponesa do assentamento Nova Conquista, entrevista realizada em Janeiro de 2014).*

A associação conta com um número significativo de associados e também com camponeses de outros assentamentos, bem como agricultores de sítios que não pertencem ao assentamento, mas que estão localizados próximos a ele. O período em que a associação passou por maiores dificuldades foi no momento de "montá-la", pois os camponeses não dispunham de recursos financeiros para dar entrada nos papéis e a burocracia transformava-se num entrave para os assentados. Os recursos foram fornecidos por políticos da época e a assistência técnica auxiliou na resolução da burocracia. A agricultora afirma que os possíveis motivos pelos quais a associação permanece dando certo por 6 anos, além da união deles são,

> *[...] somos todos pobres, são as famílias bem humildes mesmo, são as famílias mais humildes aqui de dentro que participam da associação e eu acho que é por isso que ela da certo, ela não tem ninguém que é mais do que o outro, são todos do mesmo nível tem aquele que é mais, porque aqui dentro tem aqueles que tem mais posse né, nós somos todos do mesmo nível na associação, na associação são todos titulares do lote, todos participaram da luta, inclusive na nossa associação nós temos dois que é de sitio vizinho, dois pequenos agricultores que são vizinhos aqui, que sempre estiveram no meio da nossa comunidade desde quando a gente mudou é gente pobre também mas moram ali pra cima da linha ela participava junto com a gente porque quando ela veio para ca ela é uma pessoa que vivia sempre na igreja e trabalhava com as irmãs em Jundiaí que é a " minha cunhada, quando ela veio para cá ela se empenhou na igreja de ajudar o pessoal, e nisso ela sempre esteve no meio de nós, aí montamos a associação ela quis entrar e demos espaço para ela entrar*. (*Camponesa do assentamento Nova Conquista, entrevista realizada em Janeiro de 2014).*

Sobre as "vantagens" da associação dos agricultores de apresentarem condições econômicas parecidas, Eric Sabourin (2011, p.116), no livro "Sociedades e organizações camponesas: uma leitura através da reciprocidade" nos revela que "não se pode colaborar muito tempo quando a situação é muito assimétrica e contrastada, pois o prestigio e a honra da família ou a pressão social, não o permitiriam". O cultivo das hortas tem como objetivo a comercialização com a prefeitura (dispensário, hospital e asilo) através da CONAB, as instituições buscam o alimento semanalmente de acordo com as suas necessidades.

A "Associação dos Produtores Bem Estar" era formada por 4 famílias que são ligadas por laços de parentesco, atualmente ela conta com três famílias. Os titulares dos lotes 51, 81 e 68 cultivam estufas e iniciaram suas atividades no dia 24 de Maio de 2012. Antes da associação, esse grupo já realizava atividades em conjunto por meio da "troca de dias". Sobre esta prática de ajuda mútua, Tavares dos Santos nos revela que ela surge quando a família camponesa não consegue dar conta do serviço apenas com a mão de obra da família e recorre ao vizinho que retribuirá com o mesmo tempo de

trabalho que, outrora, necessitou; "essa retribuição é feita de modo particularizado, diretamente do camponês que recebeu ajuda àquele que a forneceu, seguindo um critério comum, o tempo de trabalho medido em jornadas" (TAVARES DOS SANTOS, 1984, p.36).

> *[...] Aqui a gente sempre trabalhou nas roças nas lavouras de fora trocando dia, arrumava uns companheiros, trocava dia, mas era mais com os parentes mesmo, com a família do sogro do meu filho, hoje ele vinha trabalhar pra mim vamos supor, essa semana inteirinha ele trabalhava pra mim e ai na semana que vem tinha que ir alguém de casa não importava quem fosse iria trabalhar pra ele e assim foi só nós entre parentes aqui [...] a gente trocava dia porque nessa época ai a gente era novato não tinha como pagar uma diária, não tinha de onde tirar então era desse jeito dessa forma, ai a gente era tudo parente e dávamos o almoço o café da tarde também tem essa, a dona da casa ali que era dona do lote já era combinado a pessoa vinha trabalhar mas na hora do almoço era nós que dávamos o almoço e assim foi, não era só aqui que acontecia isso. (Camponesa do assentamento Nova Conquista, entrevista realizada em Janeiro de 2014).*

Ainda a respeito da ajuda mútua, Sabourin (2011, p. 115) esclarece que ela "é reconhecida como uma forma de cooperação, de organização do trabalho relevado da reciprocidade ou da solidariedade na produção" e, ainda esclarece que,

> De fato, a relação de ajuda mútua coloca em jogo laços sociais, sentimentais e simbólicos. Assim, ela se diferencia da troca (troca simples ou troca mercantil mediante trabalho assalariado) na medida em que não implica uma retribuição equivalente, imediata ou diferida, que liberaria o beneficiário da sua dívida. Certamente, existe uma expectativa de retorno da ajuda, ainda mais que a pressão social, os valores de honra e de prestígio, concorrem para isto; porém sem que haja nada contratual, nem obrigatório. (SABOURIN, 2011, p.115).

Sobre as dificuldades da associação, a filha de um dos associados (que recentemente comprou um lote no assentamento) nos revela informações importantes, na medida em que a confiança funciona como algo significativo para permitir a entrada

na associação, ao mesmo tempo em que revela as dificuldades desta e o motivo pelo qual um de seus associados desistiu de participar,

> *A nossa associação é pequenininha começou agora, mas três para pagar o escritório de contabilidade esta caro, 200 reais por mês, esta caro, quase desistimos, mas nós vamos tentar mais um ano pensamos em arrumar mais gente, mas se você arruma produtor que vai colocar o nome e depois não vai produzir para poder entregar também não adianta, é uma coisa de confiança por isso que a nossa esta entre família, minha sogra, meu tio e meu pai né, o outro era primo mas resolveu sair porque o dinheiro demora para sair não é que nem você vender na feira e já recebe logo né, que nem a merenda escolar é 30 dias mas teve vezes de ficar 60 dias sem receber pois teve uma mudança agora a Conab demoro de 4 a 5 meses por causa de negócios de papel essas coisas. (Camponesa do assentamento Nova Conquista, entrevista realizada em Janeiro de 2014).*

Dentro de nossas análises a respeito das experiências organizativas que estão dando certo no assentamento, levantamos alguns pontos centrais:

- Associações formadas por camponeses ligados por laços de parentesco;
- Associados com a mesma condição econômica e que desenvolvem as mesmas atividades;
- Origem das associações em grupos de trabalho informais.

Verificamos que as "associações familiares" com um pequeno número de associados são as formas de organização em que os assentados que revelaram não querer mais participar de nenhuma experiência (devido às associações e cooperativas que não deram certo) depositam maior credibilidade. Mediadas por relações de confiança e também pelo fato de que o parentesco propicia que os associados conheçam, não apenas o espaço doméstico dos outros membros, mas também o espaço de produção nas pequenas associações torna-se importante o ato de conhecer o espaço do outro e a forma com que ele utiliza o sítio, propiciando a confiança necessária para se construir uma associação. As relações de parentesco e o conhecimento sobre a forma como o

outro produz é que garantem a realização da entrega dos produtos por todos os membros, condição fundamental em alguns programas, para que o pagamento pelos cultivos sejam liberados.

As reflexões a respeito da tarefa de pensar a construção de um novo espaço de vida permeiam os trabalhos a respeito dos assentamentos rurais, Teresinha D´Aquino (2011) corrobora:

> Pensar o "assentamento" revela-se, portanto, como um exercício precioso, pois a chegada ao novo "LUGAR" (físico e social) de um número considerável de famílias que passam a ocupar um espaço antes vazio socialmente (embora ocupado pelo latifúndio improdutivo) coloca a necessidade e um exercício de pensar o "novo", ou seja, a chegada, o assentamento, a construção desse modo de vida. (D"AQUINO, 2011, p.30).

E pensar o assentamento significa *a priori* refletir a respeito do processo de luta pela terra. É na análise desse processo que o pesquisador toma consciência, mesmo que de forma parcial, dos projetos de vida dos camponeses, da construção desses projetos baseada em suas origens, experiências (rural ou urbana) e em suas ocupações antes do assentamento. A camponesa que varria o chão do barraco de lona, sonhando com o dia em que faria o mesmo em sua moradia e que "numa casa sim, ficaria limpinho" revela a dimensão do sonho que seria materializado no espaço do lote conquistado.

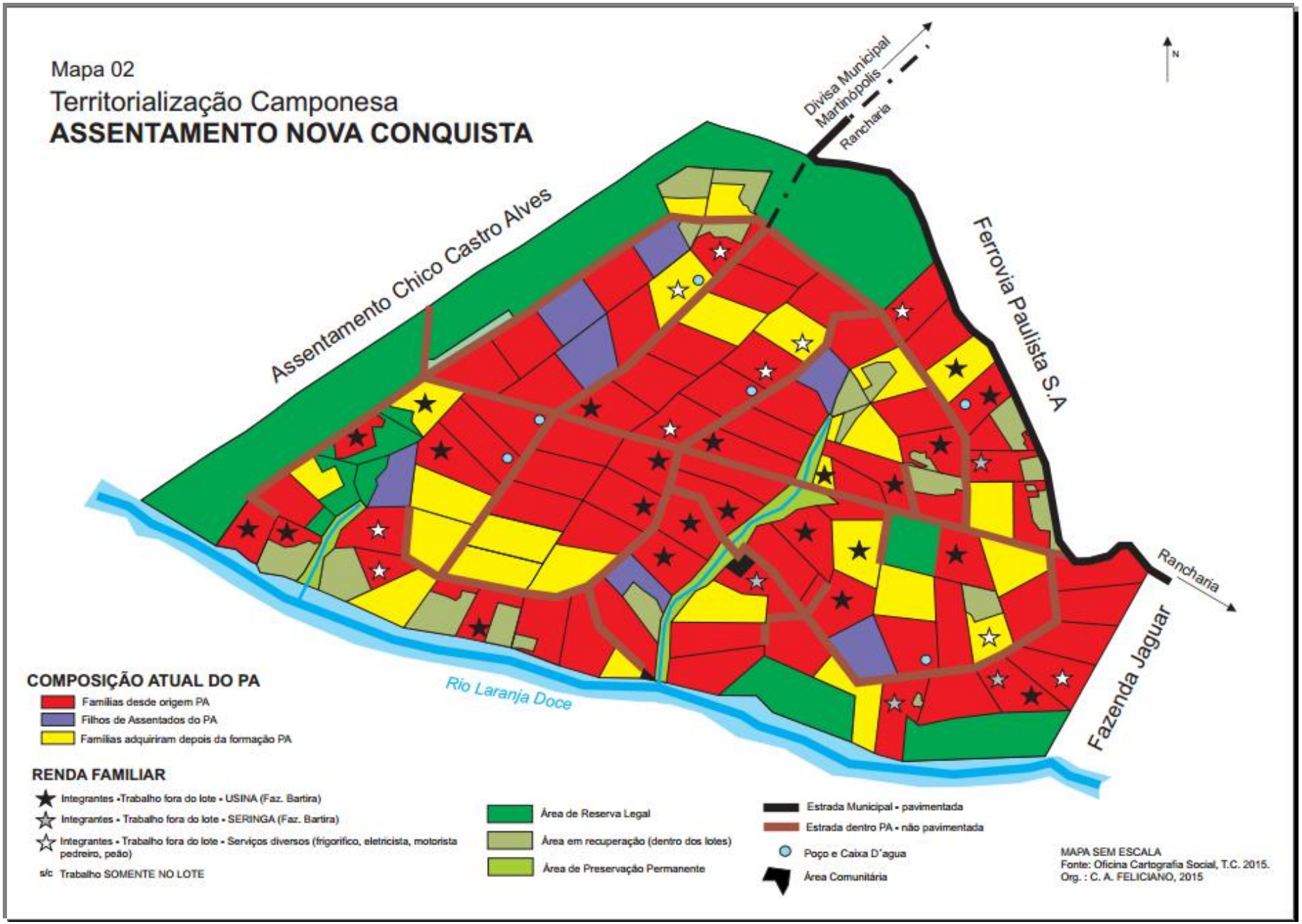
O espaço (antes latifúndio improdutivo, grilado) é reorganizado e essa "folha em branco" sonho de muitas famílias toma contornos, objetos e relações interagindo com uma nova divisão do trabalho, um novo modo de produção. O espaço atua na medida em que oferece um conjunto de elementos naturais (solo, clima, vegetação etc.) e artificiais (quando há herança dos antigos latifúndios, casas, estruturas), para que os sujeitos possam pensar esses elementos na reconstrução desse espaço. A relação espaço X sujeito se dá de forma que os camponeses trabalham a partir/nesses elementos e estes trabalham nos assentados na medida em que muitos sujeitos começam a "olhar longe", mudam-se as relações e o cultivo da sociabilidade grupal, o tempo de trabalho, o que se produz e o que se consome.

Quando nos propomos a discutir a respeito da "comida" direcionamos o olhar para o empírico, pois esta é um dos elementos que nos permite averiguar as transformações e construções dos sujeitos do/no espaço ao longo do tempo, ao longo de

suas trajetórias. Se para muitos o salário nos trabalhos da cidade é que determinava o poder de compra no final do mês e as doações e trabalhos temporários no período de acampamento é que direcionavam a alimentação do dia, no assentamento o que se consome também é o que se planta, o trabalho e o espaço são organizados para que seja realizado o plantio de culturas para o autoconsumo. A alimentação também é construída a partir da ocupação de diferentes espaços, assentamento e comida estão intimamente relacionados, pois é nos sítios que a "fartura" é evidenciada.

Nos espaços de vida dos assentamentos são construídos mais que novas formas de organização coletiva, associações, cooperativas, grupos informais de trabalho, são reconhecidos também as questões de gênero, mulheres gestoras de seus lotes, que casadas ou não organizam a produção e os elementos de seus sítios.

Muitas questões que foram levantadas neste trabalho são estudadas isoladamente, sob o enfoque de objetivos e metodologias direcionadas, não foi nossa pretensão esgotar temas como gênero, experiências organizativas e comida, mas sim mostrar a importância destes na construção desses novos espaços de vida. Da interação entre eles surge o sonho realizado, pois dentre muitas as relações que estes mantem poderíamos citar o trabalho das mulheres associadas na "Associação familiares á Conquista", mulheres que se organizaram a partir de suas vivências, amizade, experiências anteriores, que modificaram os espaços de seus lotes com hortas, estufas, que lutam contra a burocracia para manter projetos em seus nomes e que na maioria das vezes estes projetos encontram-se nos nomes de seus conjugues, pais e irmãos, estas mulheres melhoraram a alimentação de suas famílias através de produtos que podem também direcionar-se ao autoconsumo. Portanto, podemos evidenciar numa única experiência a relação entre os três temas: gênero, comida e experiências organizativas construindo o espaço do assentamento Nova Conquista.


Mapa 02
Territorialização Camponesa
ASSENTAMENTO NOVA CONQUISTA
Divisa Municipal Martinópolis
Rancharia
N
Assentamento Chico Castro Alves
Ferrovia Paulista S.A
Rancharia
Fazenda Jaguar
Rio Laranja Doce
COMPOSIÇÃO ATUAL DO PA
Famílias desde origem PA
Filhos de Assentados do PA
Famílias adquiriram depois da formação PA
RENDA FAMILIAR
Integrantes -Trabalho fora do lote - USINA (Faz. Bartira)
Integrantes - Trabalho fora do lote - SERINGA (Faz. Bartira)
Integrantes - Trabalho fora do lote - Serviços diversos (frigorifico, eletricista, motorista pedreiro, peão)
s/c Trabalho SOMENTE NO LOTE
Área de Reserva Legal
Área em recuperação (dentro dos lotes)
Área de Preservação Permanente
Estrada Municipal - pavimentada
Estrada dentro PA - não pavimentada
Poço e Caixa D'agua
Área Comunitária
MAPA SEM ESCALA
Fonte: Oficina Cartografia Social, T.C. 2015.
Org. : C. A. FELICIANO, 2015

Este mapa é fruto das reuniões no assentamento nele os camponeses inseriram informações como os lotes que estão com os camponeses, os que foram vendidos para "estranhos" e os lotes foram comprados por filhos de assentados. Além dessas informações a representação ainda conta com dados referente a ocupação dos camponeses, os que trabalham na usina, os que são empregados na seringueira da mesma fazenda onde situa-se a usina e outras ocupações.

A principal atividade econômica desenvolvida no assentamento é a criação de bovino em lactação com esta representação notamos outras ocupações. Notamos a partir dos dados do mapa que aproximadamente 25 lotes foram comercializados e que 7 lotes foram comprados por filhos de assentados. As áreas com uma estrela preenchida da cor preta correspondem aos lotes em que há pelo menos um morador trabalhando na usina e notamos que 25 lotes foram apontados pelos camponeses, se no passado a principal atividade ligada a usina era a do corte de cana hoje evidenciamos que as atividades como tratorista, operador de máquina e auxiliar administrativo são as principais ocupações dos camponeses nestes espaços. O latifúndio que abriga a usina desenvolve outras atividades como o cultivo de seringueira e com essa atividade os agricultores apontaram que trabalham assentados de 4 lotes. Verificamos que trabalhadores de 9 lotes desenvolvem outras atividades fora do assentamento como frigorifico, eletricista e motorista de ônibus. Buscaremos problematizar a seguir parte das informações evidenciadas nesta representação.

A questão geracional compõe o leque de questões fundamentais para pensar a respeito da construção e da vida no assentamento. O sítio é ao longo do tempo organizado e reorganizado por gerações, o lote possui duas ou três moradias cada qual com seu terreiro, porém apenas uma das residências possui o espaço de produção integrado dentro do lote. Os filhos dos camponeses que constituem família e que permanecem residindo no sítio escapam de muitos "quadrados", modelos e esquemas interpretativos que os pesquisadores propõe teorizar. Pois, no que se refere as questões que conformam os sujeitos em classe operária ou camponesa, perguntamos o seguinte: os filhos dos camponeses que residem no lote e que trabalham também para o agronegócio eles são camponeses ou operários?

Para alguns o emprego fora do assentamento constitui-se em meio para conseguir recursos para adquirir um lote para sua família, pois a usina de álcool e açúcar mencionada neste trabalho, na concepção dos camponeses representa a possibilidade de

permanência nos lotes, a renda mensal. Numa relação contraditória, representa o trabalho nos moldes urbanos, em que estes perdem a autonomia em relação ao tempo/trabalho, submetidos então ao tempo do relógio e não da natureza. Se pensarmos apenas a partir do trabalho na usina considerando que estes tem um vínculo de trabalho formal nesta empresa poderíamos "amarra-los" a classe trabalhadora. Todavia, em grande parte dos casos evidenciados em campo, estes mesmos trabalham também nos lotes de seus pais, plantando para o autoconsumo a partir de roçadinhos e ajudando nos tempos de "folga" os titulares em suas atividades.

A partir dessas reflexões quando pensamos nos filhos dos camponeses do Nova Conquista lembramos do artigo de Thomaz Junior (2006) " Se camponês, Se operário!" que reforça a ideia de que camponeses e operários pertencem a mesma classe, a classe trabalhadora. O autor afirma em seu texto que não está sendo possível compreender a totalidade viva do trabalho, pois esta sendo refeita, modificada, fragmentada no que ele se refere como a "plasticidade do trabalho". Compreendemos a partir de diversos estudos muitas das estratégias do campesinato para sobreviver e se recriar, todavia, não conseguimos compreender essas novas relações, complexas a respeito da questão geracional nos assentamentos da reforma agrária. A partir de nossas analises compreendemos que não é apenas a classe trabalhadora e a classe camponesa que sofre fragmentações, modificações e novas relações, o futuro dos filhos trabalhadores ainda é incerto apesar de parte deles conseguir comprar um lote. Portanto, consideramos apropriada a concepção de Thomaz Junior no que se refere aos filhos dos camponeses que constituem-se em camponeses-operários.

Verificamos, tambem a partir da teoria, que diversos autores, em contextos e épocas distintas, escreveram sobre a diversidade de camponeses enquanto sujeitos sociais. Lenin "verifica" uma desintegração da comunidade camponesa de seu tempo de acordo com o nível socioeconômico destes sujeitos: camponeses ricos, médios e pobres. Ressalta a tendência a descamponização destes.

Verges (2011), por sua vez, nega essa tendência ao desaparecimento do campesinato e reconhece à diversidade de camponeses no mundo contemporâneo,

> No âmbito mais generoso e legítimo das ciências e dos movimentos sociais ou socioterritoriais, o reconhecimento do plural é mais valorizado do que a pretensa uniformidade, seja conceitual ou política. Assim, há camponeses clássicos, associativos, originários, neorrurais, polifônicos, intermitentes, virtuais, nômades, exilados, multinacionais

> e vocacionais (aqueles que ainda não o são, mas desejam ser). (VERGES, 2011, p.14).

Os autores utilizados neste trabalho analisaram o campesinato de acordo com universos empíricos diferenciados (Rússia, Alemanha, México e Brasil), alguns, ao realizarem uma diferenciação, a faziam de acordo com o modo de produção (uns já inseridos no capitalismo, outros não). Parte deles anunciaram o fim do campesinato enquanto outros trataram de compreender como um modo de produção não capitalista era destruído e recriado pelo sistema dominante. Teóricos brasileiros, como Oliveira, por exemplo, nos mostraram que no Brasil há camponeses-proprietários, os camponeses-rendeiros, os camponeses-parceiros e os camponeses-posseiros.

O nosso trabalho apresenta os camponeses da reforma agrária do Estado de São Paulo, mais especificamente os camponeses do Assentamento Nova Conquista do Pontal do Paranapanema. Certos de que os referidos camponeses não são homogêneos e de que não é possível direcionarmos nossos olhares em relação a eles como o Estado o faz, insistindo em políticas públicas que não se atentam para a diversidade (as afinidades), ou seja, as peculiaridades das famílias deste espaço. Destarte, passamos a compreender por meio de nosso trabalho empírico a diferenciação que os próprios sujeitos realizam ao tratarem dos camponeses de sua comunidade.

Inserida no sistema capitalista, a comunidade camponesa assentada é uma comunidade aberta ao novo. Nela, os camponeses tem acesso aos meios de comunicação e utilizam meios como a internet para obter acesso aos mais diversos temas (desde política e entretenimento, à viabilidade de algumas plantas para o cultivo etc.). No entanto, preservam práticas e formas de organização que remontam às práticas passadas dos avós para os pais e, posteriormente, para os netos, resultando na preservação da cultura do meio rural (quermesses, festa de Santo Reis etc).

A comunidade camponesa assentada que começou a se formar é complexa como todas as outras evidenciadas pelos referidos teóricos. Ela luta contra a expropriação causada pelo modo de produção dominante, trabalha pela permanência na terra, mas tem, em seu cerne, a "Luta" de anos (na maioria dos assentamentos do Brasil) pelo acesso à terra. Uma luta marcada por violência e por insistência em busca do direito à terra, como vislumbramos anteriormente e quando o desfecho é a vitória dos trabalhadores a luta ganha novos contornos, pois tem de se relacionar com a atuação do Estado ou com sua ausência.

Com base nas afirmações anteriores verificamos, a partir da compreensão dos camponeses, sujeitos de nossa pesquisa, que no assentamento há: "camponeses que compraram o lote", os que eles "encontraram em um dos acampamentos" e "os camponeses que estão com eles desde o começo". Portanto, os assentados realizam sua diferenciação com base no grau de participação dos sujeitos na luta pela terra e diferenciam, ainda, os que estavam presentes no primeiro acampamento daqueles que se juntaram a eles após o segundo.

A partir da diferenciação proposta pelos sujeitos e, com base no trabalho empírico, realizaremos alguns ajustes e tentaremos lapidar as informações produzidas no espaço do assentamento. Assim, é forte entre os camponeses e também é motivo de orgulho, os filhos de assentados que conseguiram, através da combinação do trabalho fora e dentro do lote de seus pais, realizar a compra de um lote dentro do assentamento no qual foram "criados". Todavia, os assentados não posicionam estes camponeses (filhos que, ao constituírem família, compraram um lote) dentro do que eles classificam como "camponeses que compraram o lote", mas como aqueles "camponeses que estão com eles desde o começo".

Certos de que não poderíamos deixar de nos atentar à devida importância desta colocação lapidamos tal diferenciação da seguinte maneira: "Camponeses que lutaram pela terra", "Camponeses que adquiriram a terra por meio da compra" e os "Filhos de camponeses que participaram da luta pela terra e que adquiriam lote".

Organizamos as informações desta maneira, pois não poderíamos deixar os camponeses filhos de assentados numa categoria de compradores ou na de luta pela terra, pois estes contém os dois elementos (tanto a luta quanto a compra). Organizá-los numa posição singular evidencia a recriação do campesinato que, ao mesmo tempo em que é expropriado pelo sistema (verificamos este fato na quantidade de assentados que tiveram de vender seus lotes), também conseguem se recriar através dele (fato evidenciado quando os filhos e sua nova composição familiar conseguem adquirir um novo lote através do trabalho, não apenas no lote de seus pais, mas, também, em latifúndios da região).

Os camponeses que compraram um lote e que não são filhos de assentados geralmente tem melhores condições financeiras, na medida em que apresentam equipamentos agrícolas melhores. Os lotes adquiridos, mediante a compra, não apresentam (salvo exceções) duas ou mais residências, ao contrário do que ocorre em lotes de camponeses que lutaram pela terra, pois estes necessitaram abrigar os filhos que

constituem uma nova família e que, ou não tem condições de residir fora do lote de seus pais ou recusam-se a migrar para a cidade ou outra comunidade.

O embate entre esses três segmentos ocorre principalmente durante as reuniões de associações e de projetos em comum no espaço do assentamento, pois os sujeitos relataram o exemplo das reuniões da associação de produtores de leite em que participavam os camponeses que compraram o lote, os que lutaram por ele e os filhos de camponeses proprietários de lote. Os dois últimos, na visão dos assentados, tinham interesses diversos do primeiro o que dificulta as ações dentro de uma associação.

Não poderíamos afirmar quais elementos fortalecem essa dificuldade entre o segmento dos camponeses, que compraram o lote, e os demais segmentos. No entanto, poderíamos inferir que duas características os aproximam e, pelo menos, duas os distanciam. O fato de que ambos desenvolvem atividades agrícolas os aproximam e o que poderia distanciá-los seria o fato de que os primeiros detêm melhores condições financeiras (mas que, no entanto, não dispuseram da formação política que os outros exercitaram no período de luta nos acampamentos).

Verificamos, então, os "conflitos" no interior da comunidade camponesa assentada, suavizados na maioria, das vezes, pela integração dos "camponeses que vieram de fora" em atividades religiosas e comunitárias com o restante da comunidade e explícitos, quando se trata de direcionar ou investir recursos em associações e cooperativas. Deixaremos para um trabalho futuro, o objetivo de verificar se nos demais assentamentos do Pontal do Paranapanema há um reconhecimento pelos próprios camponeses dessas diferenciações ou até verificar os conflitos e a harmonia gerados entre estes três segmentos nos demais assentamentos da reforma agrária.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossas considerações revelam o assentamento como um espaço multidimensional, constituído por um modo de vida camponês que se assemelha aos modos de vida dos camponeses de pequenas propriedades particulares do restante do país (nordeste, sul e sudeste), mas que tem a reprodução do campesinato mediado pelo Estado e por suas instituições (INCRA, ITESP etc.), na medida em que se tratam de terras públicas. A herança e os padrões de sucessão, no caso do lote, assim como as questões referentes ao processo de divórcio, não são mediados pelos costumes e valores da comunidade, mas se tornam em alguns casos, como na separação dos casais, uma questão que deve passar pela "Justiça".

A terra, com o auxílio de créditos, fornece uma produção voltada para o autoconsumo que garante à família nuclear um aumento significativo na qualidade de alimentação, bem como uma economia nas compras na cidade. Todavia, o lote desampara os filhos dos titulares que constituíram suas próprias famílias, visto que, (se por um lado o tamanho do lote não proporciona que duas famílias nucleares possam sobreviver da atividade leiteira) a possibilidade evidenciada na construção de hortas e estufas é frustrada na medida em que os filhos não têm acesso a projetos para construírem seu próprio espaço de produção.

Os filhos constituem-se em mão de obra dos empreendimentos do latifúndio e do capital, quando não os dois em conjunto, localizado nas proximidades do assentamento, ora trabalham em atividades dos cultivos da propriedade, ora na usina de álcool e açúcar. Quando através do "trabalho fora" eles conseguem fazer uma economia, buscam comprar seu próprio lote no intuito de poder voltar à atividade de seus pais.

Os depoimentos produzidos em campo revelaram camponeses receosos de experiências organizativas, como cooperativas e associações, devido antigas formas de organização que não alcançaram êxito (ex. grupo de tratores), mas também agricultores que acreditam que pequenas associações, baseadas em laços de parentesco, podem dar certo, sobretudo se, antes de formalizarem as instituições, eles já tiverem desenvolvido trabalhos como "troca de dia", ajuda mútua (mutirão etc.).

A semelhança nas condições econômicas dos associados também foi apontada como um fator muito importante, que permite romper os limites do assentamento

(relações entre lotes) e englobar agricultores convencionais localizados no entorno do espaço (relações assentados-não-assentados).

Avançamos a respeito da espacialidade dos sujeitos dentro do lote analisando seu gênero e sua faixa etária, o que nos permitiu verificar que, em alguns casos (cada vez mais frequentes), as mulheres assumem o papel ("predominantemente masculino") de cuidar do espaço de produção. Gestoras da totalidade do lote, as camponesas acumulam as atividades do espaço doméstico e do roçado contando, quando possível, com a tecnologia para auxiliar nas tarefas domésticas, reduzindo seu tempo de trabalho neste espaço, e aumentando o seu período no roçado.

Nossos apontamentos propõem os estudos de pequenas associações mediadas por laços de parentesco e confiança como alternativa para que os camponeses do Nova Conquista possam romper com parte das dificuldades neste setor. O Estado impôs, no período de assentamento emergencial, uma proposta de cooperativa que não teve êxito (que marcou a memória dos camponeses bloqueando para parte deles a possibilidade de tentar uma nova experiência); o erro da instituição foi não se atentar para normas já citadas neste texto tais como: confiança, parentesco, compadrio [...], para nuclear as famílias. Os estudos para identificar estes valores e normas requerem metodologias como observação participante e entrevistas.

E assim, o campesinato no assentamento Nova Conquista resiste aos avanços do capital que ganha forma a partir de latifúndios e usinas de álcool e açúcar, mas como evidenciado na teoria de Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2001) as pequenas propriedades nascem sitiadas pelas grandes. Todavia, o assentamento nasceu da conquista de uma grande propriedade e se mantém em termos de trabalho acessório e emprego para os filhos dos titulares vendendo sua força de trabalho para fazendeiros e usineiros, como uma forma de resistência e da própria manutenção da unidade territorial camponesa atual e/ou de sua reprodução.

Verificamos novamente o campesinato no capitalismo e o capitalismo no campesinato e a partir de nossos campos e reflexões não acreditamos semelhante a alguns teóricos contemporâneos ou não, que o campesinato esta fadado a desaparecer, acreditamos que ele lutará sempre por sua existência em qualquer sistema em que esteja inserido, assimilando estratégias novas e reafirmando antigas. Concluiremos nossas reflexões deixando uma questão ainda por discutir, as questões referentes aos filhos dos camponeses e suas novas famílias, os impasses que circundam essas novas famílias que não são titulares dos lotes e que trabalham fora, mas que mantém um roçadinho dentro

do sítio, preocupa-nos mais do que no âmbito teórico e acadêmico quando tentamos identifica-los na classe trabalhadora e/ou na camponesa, nossas preocupações caminham no sentido dos problemas que estes sujeitos enfrentam para manter-se como moradores do assentamento, moradores "especiais" que participaram da luta ou nasceram neste espaço. E finalmente, acreditamos que apesar das armadilhas perversas do capital e da baixa ou nenhuma assistência do governo, o campesinato resisti(rá)!

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, I.M. O género em geografia: introdução de um novo tema. **Finisterra**, Lisboa, v.25, n. 50, p.331-348, 1990.

BATISTA, S.C. **Cartografia geográfica em questão: do chão, do alto, das representações**. Tese de doutorado – Programa de Pós Graduação em geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

BECKER, H. S. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: HUCITEC, 1999.

BERGAMASCO, S. M. P. P.; NORDER, L. A. C. **O que são assentamentos rurais**? São Paulo, Brasiliense, 1996 (Coleção Primeiros Passos, 301).

BERTOLINI, V. A.; CARNEIRO, F.F. Considerações sobre planejamento espacial e a organização da moradia dos assentamentos de reforma agrária no DF e Entorno. **LIBERTAS On Line** (edição especial), Juiz de Fora, Fev./2007.

BRAIDO, L. M. H; TOMMASELLI, J. T. G. Caracterização climática e dos anos extremos (chuvoso e seco): seus efeitos na produção de cana de açúcar, milho e soja para a região do Pontal do Paranapanema-SP. *Revista Formação***.** v.1, n.17, p.13-34. 2010. Disponível em: < http://revista.fct.unesp.br/index.php/formação/>. Acesso em: 25 mar. 2014.

BRASIL, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Avaliação da Situação de Assentamentos da Reforma Agrária no Estado de São Paulo**: fatores de sucesso ou insucesso. Relatório de Pesquisa. Brasília, 2013. Disponível em: http://www.apeaesp.org.br/index.php/noticias-mobile/930-ipea1. Acesso em: 10 Jan/2015.

BRANDÃO, C. R. **O afeto da terra**: imaginários, sensibilidades e motivações de relacionamentos com a natureza e o meio ambiente entre agricultores e criadores sitiantes do bairro dos Pretos, nas encostas paulistas da serra da Mantiqueira, em Joanópolis. Campinas: Unicamp, 1999.

BRANDÃO, C. R. **No rancho fundo**: espaços e tempos no mundo rural. *Uberlândia: EDUFU, 2009.*

BORSATTO, R.S; CARMO, M.S. O MST e a edificação de uma proposta de reforma agrária baseada em princípios agroecológicos. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, v.16, n.2, p.221-243, 2013.

CENTRO DE ESTUDIOS SOCIALES. **Tierra e Derechos em aguas turbulentas: aportes metodológicos para la construcción de cartografias sociales**. Bogota: Merlin, 2011.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina.** Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

CLIFFORD, J. Culturas viajantes. In: ARANTES. A. A. (org.). **O espaço da diferença.** Campinas: Papirus, 2000. p. 50-79.

COLOGNESE, S. A.; MÉLO, J. L. B. de. A técnica de entrevista na pesquisa social. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v. 9, p. 143-159, 1998.

DE DECCA, E. S.. As desavenças da história com a memória. In: SILVA, Z. L. da (Org.). **Cultura histórica em debate**. São Paulo: EdUNESP, 1995.

FATOS DA TERRA: pontal do paranapanema: novos investimentos buscam o desenvolvimento da região. São Paulo: ITESP, v. 6, n.19, 2007. Disponível em: < http://www.itesp.sp.gov.br/br/info/publicacoes/arquivos/FatosTerra>. Acesso em: 24 mar. 2014.

FERNANDES, B. M. 27 anos do MST em luta pela terra. In: Ferrante, V. L. S. B.; Whitaker, D. C. A. (Org.). **Reforma Agrária e desenvolvimento**: Desafios e rumos da política de assentamentos rurais. Brasília: MDA, 2008. (NEAD especial).

FERNANDES, B. M. **M.S.T**: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: formação e territorialização em São Paulo. São Paulo: Hucitec, 1999.

FERNANDES, B.M. **Relatório do projeto de extensão**: plano de desenvolvimento sustentável do assentamento Nova Conquista Rancharia-SP. São Paulo: Convênio INCRA/ UNESP, 2000.

FERRANTE, V. L. S. B; BARONE, L. A. Assentamentos na agenda de politicas públicas: a trama de tensões" em regiões diferenciadas. In: FERRANTE,V. L. S. B;

FELICIANO, C. A. **Território em disputa:** terras (re)tomadas no pontal do paranapanema. Tese (Doutorado em geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciencias Humanas, Universidade de São Paulo, 2009.

FOOTE-WHYTE, W. Treinando a observação participante. In: GUIMARÃES, A. Z. (org.). **Desvendando máscaras sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980. p.77-86.

GARCIA JUNIOR, A.R. **Terra de trabalho:** trabalho familiar de pequenos produtores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 236 p.

GARCIA, M.F. **A luta pela terra sob enfoque de gênero**: os lugares da diferença no Pontal do Paranapanema. Tese (Doutorado em geografia) – Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

GONÇALVES, R. Impactos da reorganização espacial dos novos modelos de assentamentos nas relações de gênero. Presidente Prudente, *Revista NERA*. v. 7, n.5. Ago./Dez. 2004.

GUZMÁN, E.S.; MOLINA, M.G. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

GIBBS, G. **Análise de dados qualitativos**. Porto Alegre: ArtMed, 2009.

GUPTA, A.; FERGUSON, J. Mais além da "cultura": espaço, identidade e política da diferença. In: ARANTES, A. A. (org.). **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000. p. 30-49.

HEREDIA, B.M.A. **A morada da vida:** trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 164 p.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. São Paulo: Nova Cultural, (1899), 1986.

LEITE, J. F**. A ocupação do pontal do paranapanema**. São Paulo: Hucitec, 1999.

LÊNIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. Tradução: José Paulo Netto. Revisão de Paulo Bezerra. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Série Os Economistas).

LUXEMBURGO, R. **A acumulação do capital**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

MARRE, J. A. L. A construção do objeto científico na investigação empírica. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA DO OESTE DO PARANÁ, 1991, Cascavel. *Anais...* Cascavel: UNIOESTE, 1991.

MARTINS, J. S. **Expropriação e violência**. A questão política no campo. São Paulo: Editora Hucitec, 1991.

MARTINS, J. de S.. **Capitalismo e tradicionalismo:** estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Pioneira, 1975.

MARX, K. **Para a crítica da economia política**: Salário, Preço e Lucro: O rendimento e suas fontes. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Série Os Economistas).

MASSEY, D. Filosofia e política da espacialidade: algumas considerações. ***GEOgraphia***, Rio de Janeiro, ano 6, n. 12, p. 7-23, 2004.

MASSEY, D. Um sentido global do lugar. In: ARANTES, A. A. (org.). **O espaço da diferença.** Campinas: Papirus, 2000. p. 176-185.

MAY, T. **Pesquisa social**: questões, métodos e processos. Porto Alegre: ArtMed, 2004.

MEIHY, José Carlos S. B. **Manual de história oral**. 4.ed. São Paulo: Loyola, 2002. 246 p.

NEVES, D. P.; MOTTA-MAUÉS, M. A. Mulheres camponesas e reprodução de grupos domésticos. In**:** NEVES, D. P; MEDEIROS, L. S. (Orgs). **Mulheres camponesas**: trabalho produtivo e engajamentos políticos. Niterói: Alternativa, p. 17-41, 2013.

OLIVEIRA, A. U. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo. Contexto, 2001.

OLIVEIRA, J. T. A. et al. **Reforma agrária e segurança alimentar**: do combate à fome à promoção da agricultura familiar no Pontal do Paranapanema. In: Bergamasco,

S. M. P. P; Oliveira, J. T.; Esquerdo, V. F. S. (Orgs). Assentamentos rurais no século XXI: temas recorrentes. Campinas, SP: FEAGRI/UNICAMP; São Paulo: INCRA, 2011.

PASSOS, M. M. **A paisagem do Pontal do Paranapanema**: uma apreensão geofotográfica. Acta Scientiarum. Human and Social Sciences, Maringá, v. 26, no. 1, p. 177-189, 2004.

SABOURIN, E. **Sociedades e organizações camponesas**: uma leitura através da reciprocidade. Porto Alegre: UFRGS, 2011.

SIMONETTI, M.C.L. (Org). **Assentamentos rurais e cidadania**: a construção de novos espaços de vida. Marília: Cultura Acadêmica, 2011.

SMITH, N. Contornos de uma política espacializada: veículo dos sem teto e a construção da escala geográfica. In: ARANTES, A. (org.). **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000. p. 132-175.

SANTOS, J. V. T. **Colonos do Vinho**: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. São Paulo: HUCITEC, 1984.

THOMPSON, P. Entrevista. In: *A voz do passado*. São Paulo: Paz e Terra, 1998, 254-278p.

VERGÉS, A. B. **Os novos camponeses**: Leituras a partir do México Profundo. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011. (Coleção Vozes do Campo).

WHITACKER, D. C. A. (Orgs). Reforma agrária e desenvolvimento: desafios e rumos da politica de assentamentos rurais. Brasília: MDA; São Paulo: Uniara, 2008

WOORTMANN, K. A comida, a família e a construção do gênero feminino. *Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v. 29, n.1, p.103-130, 1996.

WOORTMANN, E.F. **Herdeiros, parentes e compadres**: colonos do sul e sitiantes do nordeste. São Paulo: HUCITEC; Brasília: Edunb, 1995.

VIA, Alice. **Conflito dos sem terra**. Disponível em: <http://alicevia.blogspot.com.br/2009/12/conflito-dos-sem-terra.html>. Acesso em: 13 fev. 2014.

NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – FCT/ UNESP. Coordenação: GIRARDI. E. P.; - Presidente Prudente, São Paulo. Dezembro de 2014. DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra: Relatório Brasil 2013.

UNIARA/INCRA. Relatório Analítico: Região do Pontal do Paranapanema, 2011.